



PROGRAMA CULTURA VIVA

ANÁLISES E OBSERVAÇÕES



PRESIDENTE DO BRASIL

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA

João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Alfredo Manevy

SECRETÁRIOS

Secretaria de Cidadania Cultural
Célio Turino

Secretaria de Políticas Culturais
José Luiz Herencia

Secretaria de Audiovisual
Sílvio Piropo Da-Rin

Secretaria da Identidade e da
Diversidade Cultural
Américo José Córdula Teixeira

Secretaria de Articulação
Institucional
Silvana Lumachi Meireles

Secretaria de Fomento e Incentivo à
Cultura
Roberto Gomes do Nascimento

INSTITUIÇÕES VINCULADAS AO MINC

Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional (IPHAN)
Presidente: Luiz Fernando de
Almeida

Agência Nacional de Cinema
(ANCINE)
Presidente: Manoel Rangel

Fundação Casa de Rui Barbosa
(FCRB)
Presidente: José Almino de Alencar e
Silva Neto

Fundação Cultural Palmares (FCP)
Presidente: Zulu Araújo

Fundação Nacional de Arte
(FUNARTE)
Presidente: Sérgio Mamberti

Fundação Biblioteca Nacional (BN)
Presidente: Muniz Sodré de Araújo
Cabral

INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento – PNUD

Coordenadora Residente da ONU
no Brasil e Representante Residente
do PNUD
Kim Bolduc

Representante Residente Assistente
para Programas
Maristela Baioni

Analista de Programa
Claudia Valenzuela

Assistente de Programa
Graziela Silveira

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Coordenação do Seminário SCC/
MinC
Antonia Rangel
Sumaya Cristina Dounis
Valéria Viana Labrea

Diretor SCC/MinC
TT Catalão

Coordenadores SCC/MinC
Elaine da Silva Tozzi
Eliete Braga
Juana Nunes

Colaboradores da SCC/MinC
Caetano Ruas
Daniele Souza Malaquias
Dayanne Renata Timóteo da Silva

Gicelda Ferreira da Silva
Isabelle Cristine da Rocha
Albuquerque
Ítalo Rios Cary
Josiane Santana Ribeiro
Luciana Oliveira Souza
Patrícia Franco
Paula Sabrina de Oliveira Sousa
Roberta Góis Cordeiro
Sarah Gonçalves Brandi Portela
Zonda Bes

Colaboradores

Claudia Bandeira de Mello
Fábio Deboni

PROGRAMA CULTURA VIVA: ANÁLISES E OBSERVAÇÕES

Colaboradores
Alba Lúcia da Silva Marinho
Alice Pires de Lacerda
André Luiz Andries
Antonia Rangel
Deborah Rebello
Eduardo Gomor dos Santos
Ester Marçal Fér
Hanayana Brandão Fontes Lima
Karina Cristina Sena Gomes
Lia Calabre
Liliana Sousa e Silva
João Luiz Pereira Domingues
Juliana Lopes
Maria Lucia Montes
Patrícia Dorneles
Sofia Araújo de Oliveira
Sophia Cardoso Rocha
Sumaya Cristina Dounis
Valéria Viana Labrea
Victor Neves de Souza

PROJETO EDITORIAL

Cezar Bianchi
Uirá Peixeiro

FOTÓGRAFO

TT Catalão



Seminário
Internacional
do Programa
Cultura Viva

18 a 20 de novembro de 2009 - Pirenópolis GO - Brasil



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura







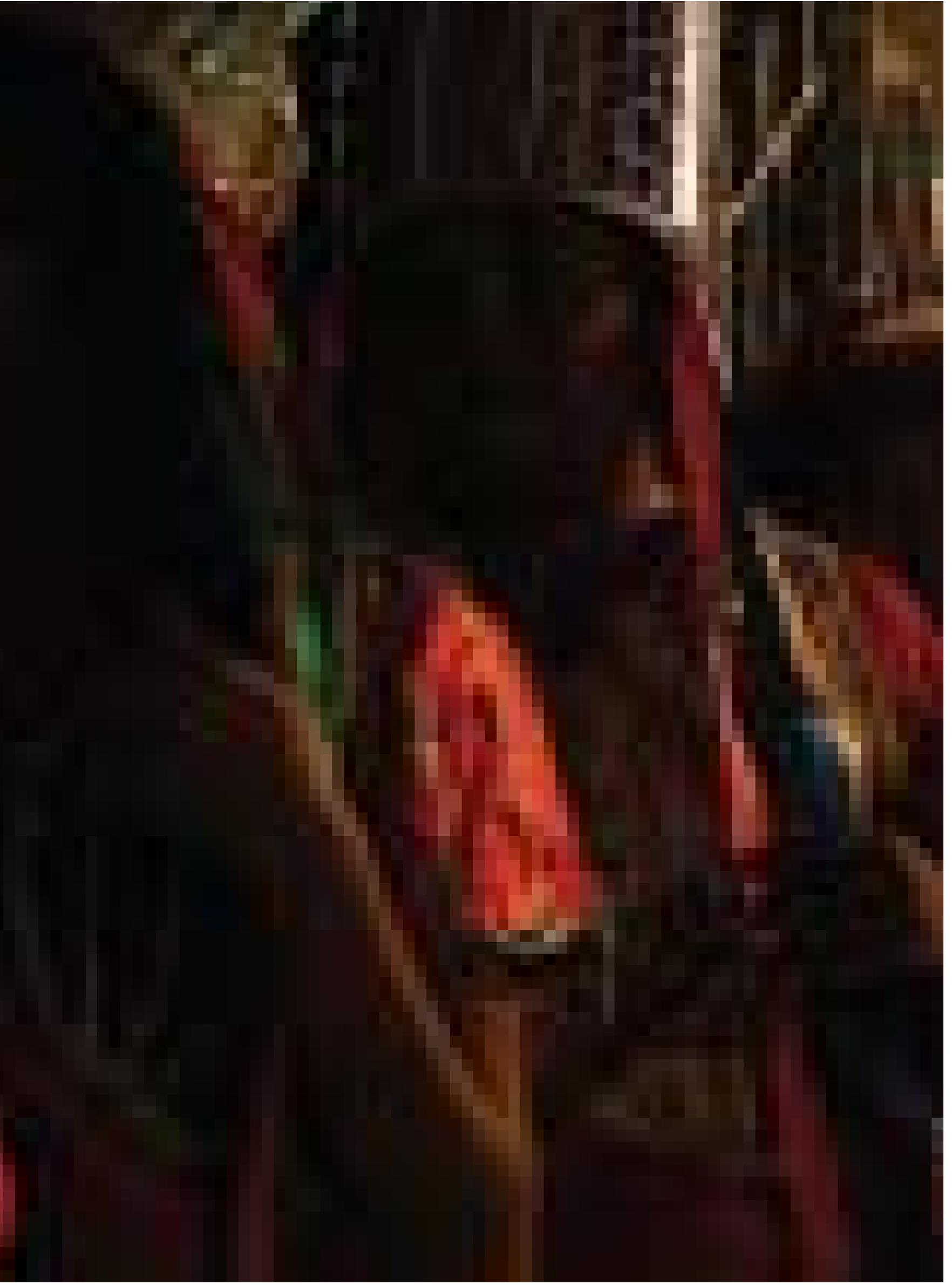
PROGRAMA CULTURA VIVA

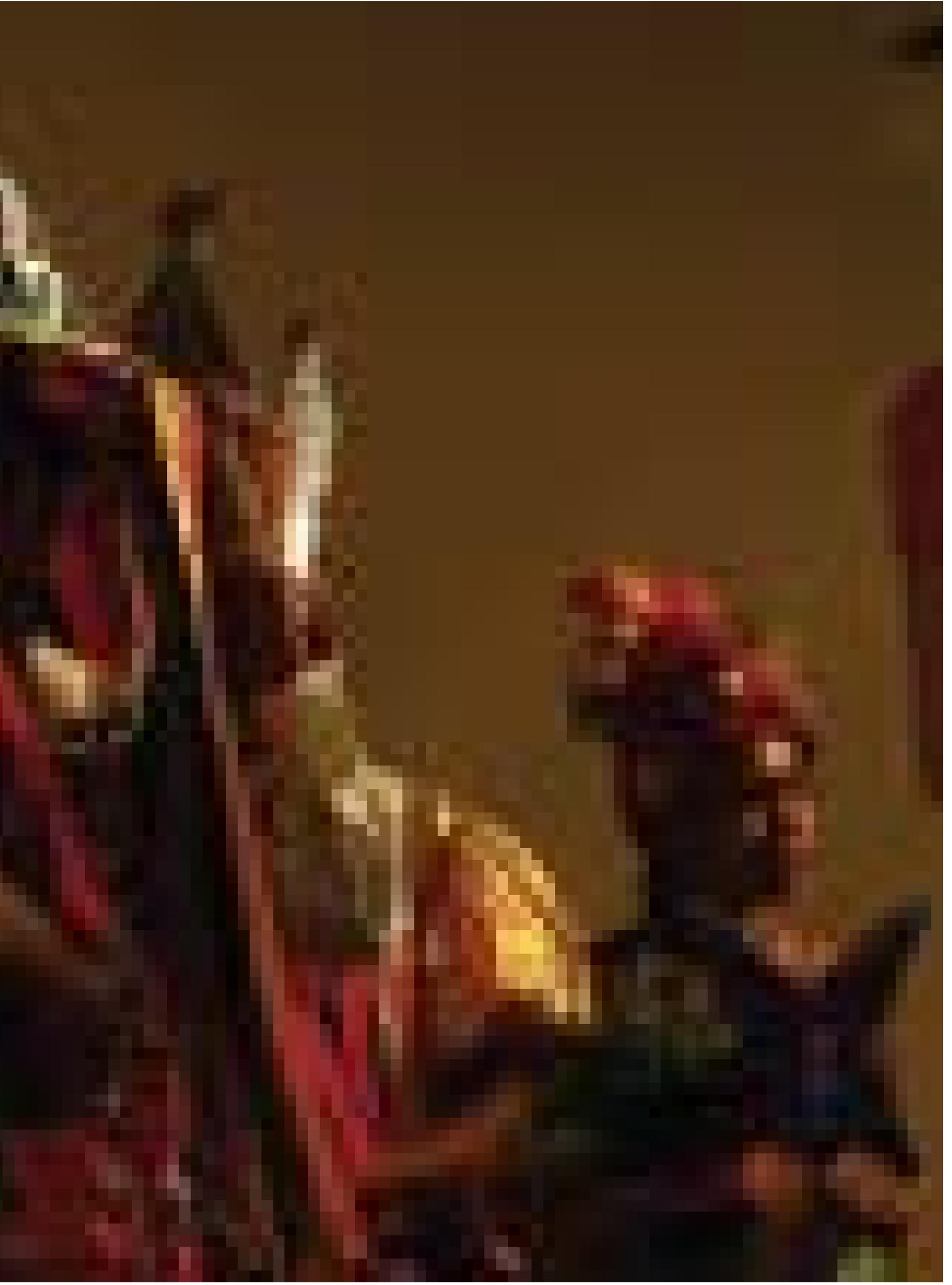
ANÁLISES E OBSERVAÇÕES



SUMÁRIO

- 10 INTRODUÇÃO
- 14 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: A TRADUÇÃO INTERCULTURAL COMO METODOLOGIA.
- 24 OBJETOS DE ESTUDO
- 86 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PROGRAMA CULTURA VIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA





1. INTRODUÇÃO

Esta publicação surge no contexto do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva que acontece entre os dias 18 e 20 de novembro de 2009, em Pirenópolis/GO, e tem por finalidade dar subsídios para os diálogos e as trocas que desejamos que ocorram o tempo todo durante este evento.

O texto de abertura convida o leitor a conhecer os muitos caminhos percorridos pelas ações do Programa e que levaram à compreensão do Seminário como uma parada necessária para compreender e sistematizar essa experiência. As autoras estão vivendo o dia-a-dia do evento e propõem uma metodologia que considere os deslocamentos e a renovação epistêmica que os Pontos protagonizam. Partem da compreensão que o Programa apresenta novas práticas culturais, que operam em um contexto igualmente novo e que as teorias sobre cultura e transformação social, atualmente disponíveis, não dão conta adequadamente desta novidade política e cultural. Elas entendem que o Programa Cultura Viva pressupõe um novo modo de



produzir conhecimentos, necessita de uma racionalidade mais ampla, em que se amplia a diversidade epistemológica do mundo ao dar credibilidade a experiência social e ao reconhecer que existem infinitas formas de descrever, ordenar e classificar o mundo.

Em seguida, Maria Lucia Montes apresenta uma primeira avaliação do Programa Cultura Viva, em uma análise densa e rigorosa, mas fluida e convidativa em que acompanha e atualiza a história que está sendo construída e que,





no Seminário, nos propomos credibilizar.

Em outubro aconteceu no Rio de Janeiro, na Fundação Casa de Rui Barbosa, o Seminário Programa Cultura Viva: Novos objetos de estudo, onde reuniram-se cerca de 20 pesquisadores e os gestores do Programa para apresentar os estudos que estão sendo realizados, cujo tema é o Programa e suas ações. Nesse encontro foi lançado um convite: os pesquisadores foram encorajados a “recortarem” das suas monografias, dissertações, teses e artigos a sua compreensão dos conceitos estruturantes do Programa e compartilhar com os participantes do Seminário Internacional o modo como eles aparecem nas suas pesquisas. Os que responderam ao desafio produziram a última parte dessa publicação, em que fica evidente a polissemia, os diferentes olhares e perspectivas teóricas que hoje caracterizam a produção acadêmica sobre o Programa.

Esperamos que esse material cumpra sua função e fortaleça a interlocução entre os participantes, cartografando novos mapas cognitivos que contemplem as especificidades e os deslocamentos que a experiência vivida dos Pontos de Cultura promovem. Esta publicação busca tornar presentes as experiências culturais disponíveis no país, ao valorizar vivências que são invisibilizadas pela monocultura ocidental e ao reconhecer potências de possibilidades epistemológicas e ontológicas diversas.

Um ótimo Seminário!
Vamos ao debate!

Antonia Maria do Carmo Rangel
Valéria Viana Labrea

Novembro 2009



2. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: A TRADUÇÃO INTERCULTURAL COMO METODOLOGIA



O Programa Cultura Viva está na vanguarda das políticas públicas do Estado, ao reconhecer na sociedade e nas diversas expressões regionais e estéticas, a força necessária para revelar os “brasis” ocultos ou excluídos. Este programa revela o quanto do que chama “realidade” é apenas uma versão da história. Há manifestações de resistências, beleza guerreira e afirmação de respeito que não saem nos jornais, revistas, rádios ou tevês. Estes Pontos de Cultura são realidades que agora se mostram e se cruzam com a força autêntica da cultura feita por quem a vive como esta TEIA.

Gilberto Gil (Teia, 2006).

VALÉRIA VIANA LABREA
SUMAYA DOUNIS
ANTONIA MARIA DO CARMO
RANGEL

SECRETARIA DE CIDADANIA
CULTURAL
MINISTÉRIO DA CULTURA



A idéia-força do Programa Cultura Viva aparentemente é singela: o Estado em vez de criar ou fomentar novos grupos culturais, sustentando projetos pontuais e que acabam junto com o governo, simplesmente reconhece e fortalece a experiência estética e artística produzida por grupos sociais historicamente excluídos do circuito cultural, tornado-a credível. Essa idéia, simples na formulação mas com uma potência criativa ainda a ser mensurada, propõe deslocamentos consideráveis na compreensão do papel do Estado junto à sociedade, porque entende que Estado e sociedade podem, em certa medida e dentro de um contexto acordado, manter relação de co-gestão e responsabilidade compartilhada de uma política pública. Um novo pacto cultural é proposto: tal modo de pactuar com a sociedade foi definido como Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. Enquanto nos afastamos das velhas “neo” cartilhas, clareamos os conceitos, à medida em que a experiência social avança e os fenômenos tornam-se explicitados. Menos receitadores e mais educadores, este parece ser um bom caminho. (TURINO, 2004: 16)

Os conceitos estruturantes do programa são descritos, inicialmente, com sentidos auto-evidentes: autonomia se traduz pelo respeito à dinâmica local, como um processo de

modificação das relações de poder; o protagonismo diz respeito aos atores sociais se assumirem enquanto sujeitos de suas práticas e ao reconhecimento de que todos os grupos sociais, independentemente de suas origens, produzem conhecimentos e linguagem simbólica esteticamente elaborada; o empoderamento evoca o reconhecimento e a afirmação pelo qual os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder.

O Programa Cultura Viva propõe que os Pontos de Cultura se articulem em rede. O sentido dessa rede, por vezes é polissêmico e, ora diz respeito à forma de gestão do Programa que, em algumas questões, acolhe e responde às demandas da sociedade, ora diz respeito à forma que os pontos se articulam com outros pontos. A organização em rede propõe processos de auto-gestão e co-responsabilidade, diluindo o poder em vários pontos focais, possibilitando a formação de uma equipe de gestores que se propõe a ressignificar e mesmo reverter a assimetria que existe tradicionalmente entre sociedade, Estado e mercado, em um trabalho onde as ações são construídas coletivamente. O Programa Cultura Viva procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os contextos sociais, ajudando a repensar as políticas públicas que tradicionalmente tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e muitas vezes anacrônicos.

Esses conceitos são imbricados, um implica o outro e não há como defini-los senão em relação, e no momento que esses conceitos passam a dialogar com a experiência vivida nos Pontos de Cultura - e demais ações do Programa: Pontões, Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô, Cultura e Saúde -, eles são ressignificados, reafirmados, negados ou substituídos, formando novos mapas conceituais.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Após cinco anos de gestão e mais de 2000 Pontos de Cultura em todos os territórios do Brasil e no exterior, se faz necessário um encontro que reúna os diferentes protagonistas do programa. Surge daí a proposta de um Seminário Internacional do Programa Cultura Viva cujos objetivos principais são:

- Reflexão crítica das diretrizes conceituais do Programa Cultura Viva, a partir da experiência vivida nos Pontos de Cultura e das outras ações do programa, visando a convergência entre os conhecimentos estruturantes e os saberes que emergem da experiência social.
- Problematizar temas e questões estruturantes, buscando convergir conceitos de diferentes discursos e escalas para um processo coletivo de construção social de conhecimentos que surpreenda,

interroge, perturbe e sugira o cenário de futuro do Programa Cultura Viva.

A proposta de um Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, reunindo protagonistas, intérpretes, tradutores dos Pontos de Cultura, gestores, representantes de instituições parceiras e pesquisadores, pensadores, acadêmicos contemporâneos, visa apresentar, sistematizar, compreender, reafirmar, ressignificar essa experiência social, a partir do aprofundamento da discussão de seus conceitos e diretrizes estruturantes, que estão na origem da proposta e que todos os protagonistas dos Pontos de Cultura e das demais ações do Programa necessariamente dialogam e conhecem, seja dos Editais, seja por vivenciá-los cotidianamente. O seminário se propõe a ser um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada pela reflexão crítica coletiva.

Fundado sobre a dimensão da cultura como direito e como cidadania, o Programa Cultura Viva tem como objetivos ampliar e garantir os meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; promover a cultura enquanto expressão e

representação simbólica, direito e economia.

O grande êxito do programa reside na formação de redes culturais com o objetivo de desenvolver e aprimorar soluções alternativas e autônomas para a gestão cultural, entendendo a cultura como um poderoso instrumento de desenvolvimento humano e transformação social, valorizando o “saber da experiência feita”, nos termos de Paulo Freire.

O programa se relaciona com

os mais variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia de grandes metrópoles do país, comunidades afrodescendentes, associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais e sem-terra. As organizações são selecionadas por edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializar seus trabalhos.

O IPEA em recente estudo mostra que o programa está sintonizado com demandas e

valores contemporâneos na área cultural nas questões referentes “à democratização do acesso da produção; e à valorização das experiências locais e da diversidade cultural” (IPEA, 2005:101).

O programa também reformula os papéis e a atuação do Estado, ao procurar ampliar os espaços públicos de compartilhamento de decisões e execução de políticas com a sociedade, estando, portanto, adequados às proposições de democratização, participação e transparência na









gestão dos recursos (idem).

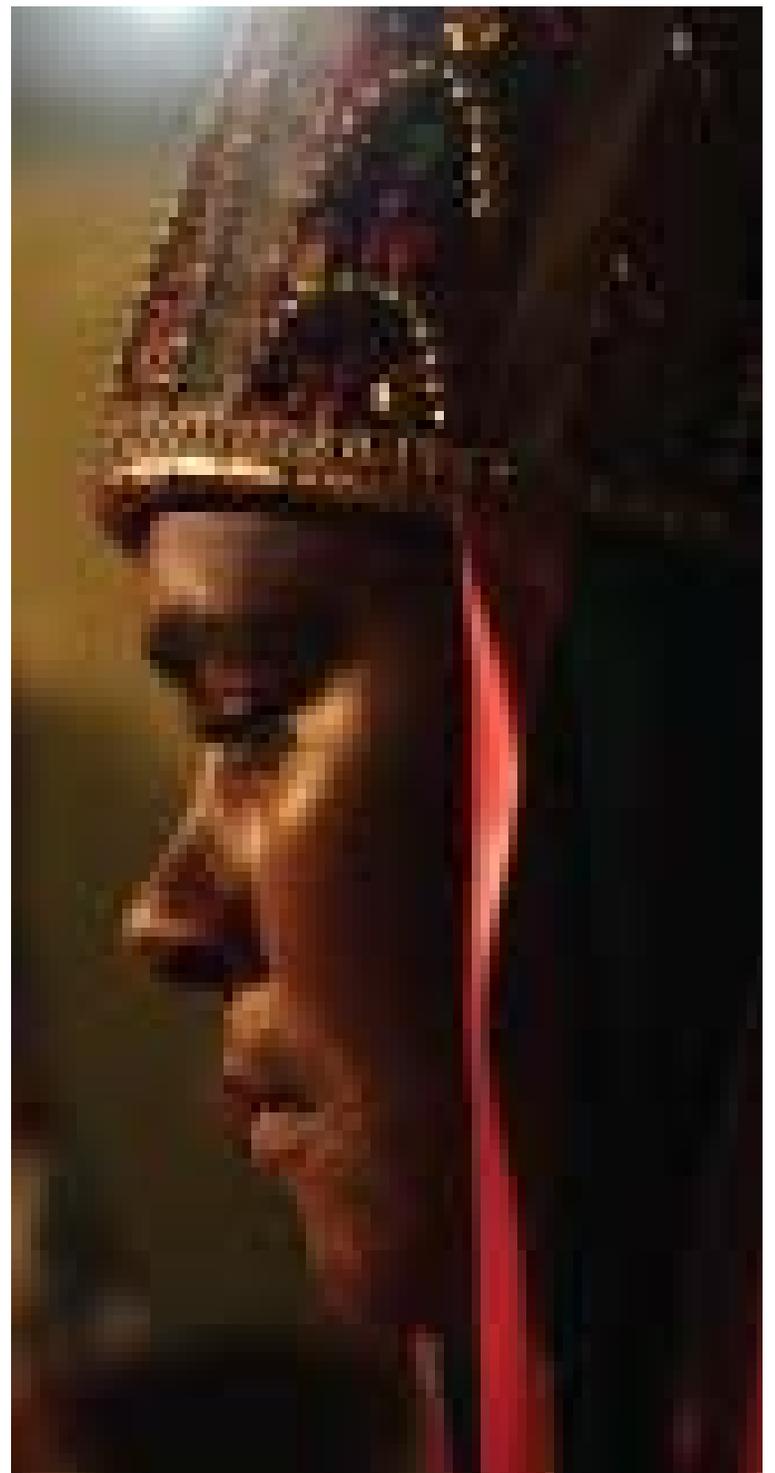
O Cultura Viva inova ao ampliar, em uma perspectiva horizontal, a relação entre Estado e Sociedade, construindo em conjunto as políticas públicas. O programa incentiva o empoderamento da sociedade civil ao propor uma nova versão para o papel que o Estado deve desempenhar.

Neste processo, muitos desafios se impõem. Os produtores de cultura precisam se aproximar do Estado e compreender seu funcionamento para que possa intervir nos processos de gestão, enquanto o programa precisa lidar com realidades diversas partindo de um arcabouço legal padronizado e pouco flexível de um Estado engessado e rígido. O que a experiência tem mostrado é que, por vezes, ainda que pareça que os processos burocráticos prevalecerão sobre os processos criativos, tem-se encontrado caminhos para a

concretização e o amadurecimento da relação da gestão compartilhada entre o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.

Trata-se, pois, de uma experiência em curso, até o momento bem sucedida de gestão pública compartilhada, o que significa um grande avanço na construção de uma relação mais democrática entre o poder público e a sociedade civil. O entendimento atual é de que o Programa deve direcionar suas forças para consolidar-se buscando, por um lado aprofundar e divulgar seus conceitos, histórias e experiências e, por outro, fortalecer as iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil com foco na apropriação, na autonomia e sustentabilidade.

Ao longo de cinco anos o programa vêm sendo “traduzido” em diferentes linguagens, a partir da experiência vivida desses novos agentes de transformação cultural, criando diferentes alternativas culturais e estratégias políticas que geram ações coletivas em vasta escala territorial. Ou seja, o Cultura Viva é um programa em abertura que se dispõe a traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, buscar inteligibilidade sem homogeneização, articulando estes saberes oriundos de diferentes lugares com os produzidos no país sobre as experiências culturais locais.





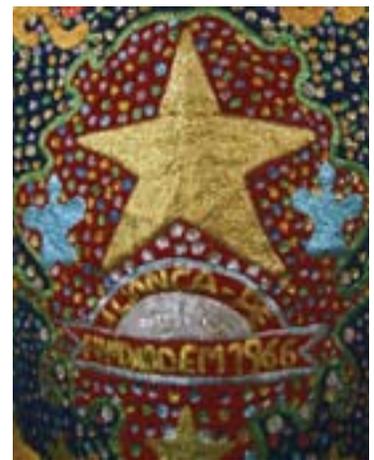
Esta estrutura acolhe a diversidade e a heterogeneidade dos grupos que compõem os Pontos de Cultura, assim, é necessária uma parada para observar confluências e alteridades e construir uma visão de futuro, criando as condições para sua sustentabilidade, a partir do encontro entre pesquisadores/acadêmicos e seus intérpretes/tradutores. Segundo Durston, o “programa Cultura Viva oferece um exemplo concreto de como teorias sobre o desenvolvimento baseado na arte e cultura podem ser implementadas na prática”.

Os pressupostos epistemológicos que sustentam a ideia do Seminário priorizam a dialética da realidade social, considerando a historicidade dos fenômenos e da práxis, com suas contradições e relações da ação dos sujeitos sobre suas circunstâncias. A práxis deve ser concebida como mediação básica na construção do conhecimento porque por meio dela se veicula teoria e prática, o pensar e o agir, pesquisar e (trans)formar. A interpretação dos dados só pode se realizar em contexto e o saber produzido é necessariamente transformador dos sujeitos e das circunstâncias.

Retomando a análise do IPEA (2005:102):

O programa (...) prenuncia um novo paradigma de política pública cultural, muito pouco explorada e desenvolvida em experiências concretas de reorganização da





atuação do Estado. Esse paradigma pressupõe uma ampla base de organização e de iniciativas autônomas da sociedade civil, que repercuta na dinamização da ação pública estatal. Entretanto, ainda se conhece pouco dessas experiências e é possível que elas ganhem visibilidade ou organicidade a partir de iniciativas como a do próprio Programa Cultura Viva.

METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

Nesse contexto, propomos um Seminário que busca sistematizar essa experiência na elaboração coletiva de uma genealogia do Programa onde a memória é atualizada e reafirmada para que possa ser replicada. Propomos criar parâmetros amplos que contemplem a diversidade intercultural característica do Programa, na busca para convergir os conceitos estruturantes em diferentes discursos e escalas em um processo

coletivo de construção social de conhecimentos que surpreenda, interroge, perturbe e sugira o cenário de futuro do Cultura Viva.

Assim como o Programa Cultura Viva procura desconstruir o papel do Estado, criando novos sentidos para a relação Estado e sociedade, para o Seminário buscamos da mesma forma uma metodologia que priorizasse o encontro, celebrasse a diversidade e que assegurasse um espaço de voz e escuta para todos os participantes, sem hierarquias. Não estamos de modo algum negando o poder simbólico do Estado ou dos grupos ali presentes, ao contrário, eles são explicitados, ao mesmo tempo em que fazemos um esforço para que tenham o mesmo espaço para trazer e compartilhar seus saberes. Também buscamos fugir do formato tradicional, engessado em mesas em que poucos falam e muitos escutam, não havendo tempo para trocas de saberes.





Nesse seminário ousamos pensar que todos os participantes estariam na “mesa” e, se todos estão na mesa, não há necessidade de mesa. Assim, para o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva propomos dois espaços que propiciem uma contraposição das linguagens que permeiam as diversas ações do Programa, o círculo de convergência e os grupos aglutinadores. Estes espaços buscam mostrar diferentes interpretações sobre um mesmo “conceito”, abrindo-se à polissemia e possibilitando a organização das condições de reflexão, auto-formação e emancipação dos sujeitos envolvidos, bem como o desenvolvimento de uma dinâmica coletiva que permita o estabelecimento de referências contínuas e evolutivas com o coletivo, no sentido de apreensão dos significados construídos e em construção.

A idéia do círculo de convergência enfatiza a valorização de uma



nova atitude epistemológica de curiosidade em relação aos diferentes sentidos que os conceitos estruturantes do programa materializam na experiência vivida. O círculo de convergência é entendido como um espaço dialógico inter-temático onde no início do seminário será apresentado o “estado da arte” do programa, bem como os objetivos do Seminário e sua metodologia. Nesse primeiro momento serão pactuadas as “regras de convivência” durante o período do evento porque como teremos pouco tempo, precisamos qualificar e adensar as discussões para chegar ao objetivo do seminário. E, se houver propostas, readequada a metodologia.

Em um segundo momento, o círculo será o espaço de encontro de todos os GAs, onde será feita a partilha do que foi vivido e acordado nos GAs e esse acúmulo é visualizado e pode vir a ser problematizado, modificado ou reafirmado, tornando possível ampliar o debate com a participação plena dos convidados. A idéia do círculo enfatiza o protagonismo de todos os participantes que não são meros assistentes e contribuem ativamente a partir da experiência vivida e/ou acadêmica. A idéia do círculo enfatiza o protagonismo de todos os participantes que não são meros assistentes e contribuem ativamente a partir da experiência vivida e/ou acadêmica, reforçando a idéia de Juca Ferreira de “colagem

de subjetividades” onde “não há expectadores, mas tão somente interlocutores”.

O grupo aglutinador (GA) visa compreender como os conceitos estruturantes do programa foram apropriados pelo conjunto dos Pontos de Cultura e de que modo particular dialogam com a experiência vivida. E como essa experiência social aparece na reflexão acadêmica e nas pesquisas. Para isso, buscamos aprofundar e enfatizar a polissemia dos conceitos, a partir de algumas questões norteadoras do debate. Os GAs terão mediadores e relatores que atuarão também como produtores editoriais. Essa dupla terá a função de mediar o diálogo entre os participantes, qualificando essa interlocução. Em um primeiro momento os participantes dividem-se nos diferentes grupos e no segundo momento os grupos são reunidos para socialização e reflexão conjunta. É fundamental nesse espaço o trabalho do mediador, que funciona como um tradutor dos saberes, a partir de questões que permeiam a reflexão. Os GAs devem focar sua argumentação para dar respostas a questões que tem o objetivo de convergir os conceitos estruturantes do Programa Cultura Viva e as diferentes experiências que eles suscitam. Neste processo, os GAs devem ser tomados como espaços de reflexão a partir da troca e escuta entre os participantes.







Como temas orientadores dos diálogos sugerimos:

1. Grupo Aglutinador Arte e Transformação (Experimentação)
2. Grupo Aglutinador Cultura e Educação,
3. Grupo Aglutinador Cultura e Juventude,
4. Grupo Aglutinador Cultura Digital,
5. Grupo Aglutinador Cultura, Tradição e Invenção (Linguagem, ruptura e contradição)
6. Grupo Aglutinador Cultura e Economia Solidária
7. Grupo Aglutinador Cultura e Emancipação (Estado, sociedade e política).
8. Grupo Aglutinador Cultura como Bem Comum e Bem Estar (Saúde, Sustentabilidade e Soberania Alimentar).



Esses espaços visam aproveitar e credibilizar a experiência de todos os participantes, relacionando os conceitos estruturantes aos conhecimentos emergentes que surgem da experiência vivida. Seguindo a proposta de Boaventura de Sousa Santos (2004) com a metodologia de “tradução intercultural” recíproca objetivando o “interreconhecimento”, recomenda-se que cada participante do grupo (com cerca de 20 participantes) possa usar um tempo para expor brevemente sua visão e sua experiência sobre os temas propostos. A metodologia de trabalho observa a idéia-força: o que há de comum e de diferente nessas experiências narradas? Como identificar pontos e modos de articulação, sem perda de identidade e autonomia? A tradução cultural é um método que mantém a diversidade, permitindo o intercâmbio e o mútuo enriquecimento.

O Seminário busca analisar e compreender os deslocamentos conceituais que a experiência vivida e a reflexão teórica produzem, para a criação de comunidades epistêmicas mais amplas, que produzem novos saberes, híbridos, gestados no entremeio, conhecimentos contextuais construídos coletivamente no viver-junto, fortalecendo os vínculos de pertencimento e de identidade, ampliando a visibilidade desses novos sujeitos de conhecimento tanto para o Estado quanto para a comunidade. Na perspectiva que adotamos, o conhecimento contextual, os saberes tradicionais são territórios de pesquisa, campos empíricos férteis para uma cartografia social e simbólica que busca relacionar os conhecimentos que a experiência de ser Ponto de Cultura gera, produzindo uma narrativa afirmativa que mostra o que o Programa Cultura Viva tem e sua potência latente e quais são os cenários de futuro possíveis.

3. OBJETOS DE ESTUDO

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

LIA CALABRE

O Programa Cultura Viva tem se tornado objeto de estudos acadêmicos, nas mais diversas áreas e em diferentes instituições de ensino do país. Seja por sua presença nacional, seja pela diversidade de ações ou por seu foco em fortalecer ações promovidas pela sociedade civil, os Pontos de Cultura vem merecendo um olhar mais atento por parte dos estudiosos.

Com o objetivo de conhecer e promover a divulgação desses estudos e incentivar a formação de uma rede de pesquisadores sobre o tema, a Secretaria de Cidadania

Cultural, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizaram em outubro de 2009 o I Seminário: Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura – Novos objetos de estudos.

Neste encontro entre pesquisadores e os gestores do Programa foi visto que a questão da construção de novas formas de desenvolvimento local está presente em estudos das áreas de geografia, turismo e administração. A possibilidade de implantação de políticas culturais inovadoras que propiciem gestões colaborativas e criem novos canais de relacionamento entre o Estado e a sociedade

civil está presente em estudos da área das políticas públicas, da comunicação, da produção cultural e da administração. A formação dos jovens é objeto de estudos na área da educação. A experiência na área digital, com autonomização local, arte digital e formação de comunidades em rede está sendo trabalhada na gestão cultural, em ciências sociais, em administração e em comunicação social. Temas como participação social, são estudados pela área de psicologia e a preservação de acervos da cultura popular pela área de patrimônio.

Como resultado deste encontro saiu a proposta da criação de uma rede de pesquisadores para que

conectados eles possam trocar conhecimentos e metodologias de pesquisa. Também estamos organizando no site do Ministério da Cultura um banco de teses/ dissertações/monografias e artigos para divulgação destas pesquisas. A fim de criar subsídios para o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva foi solicitado aos pesquisadores um pequeno texto onde fossem explicitados a compreensão dos conceitos estruturantes do Programa Cultura Viva e como eles aparecem em seus trabalhos, que publicamos aqui.

Boa leitura!



GESTÃO EM REDE E ARTICULAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS PONTOS DE CULTURA



ALBA LÚCIA DA SILVA MARINHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO

As reflexões aqui contidas correspondem a um esforço de pensar as políticas públicas culturais atualmente propostas para o Brasil, partindo da visão do Cultura Viva como um programa em permanente construção com vistas à autonomia, o protagonismo, o empoderamento e, sobretudo, a gestão em rede e a articulação entre os diversos pontos, voltados à formação de uma rede geográfica social e cultural autônoma e geradora de novos nós.

Assim, a abordagem se volta às dimensões de análise das redes geográficas de acordo as propostas de estudiosos da Geografia Cultural, ou seja, tomadas como um conjunto de localizações interconectadas tanto por ligações materiais quanto imateriais. As redes são investigadas por meio das dimensões organizacional, temporal e espacial como

forma de identificar os seus arranjos internos, sua duração, a velocidade dos fluxos e a frequência com que a teia se estabelece.

Referência nos estudos sobre redes, diz Castells que elas formam um conjunto de nós interconectados e, como estruturas abertas, tendem a se expandir, gerando novos nós, constituindo a morfologia social de nossas sociedades. Ele reconhece que isso não é novo, a novidade está na existência de uma base material para a sua expansão, possibilitando a criação de uma nova economia informacional, global e em rede.¹

A caracterização do comportamento e do sistema do universo investigado só pode ser feita de uma maneira mais consequente à medida que seja evidenciado o fato de se inserir em uma sociedade complexa, fazendo parte e relacionando-se com outros grupos e setores da sociedade. Pois é impossível analisar a cultura por si mesma, já que ela é uma construção

histórica e faz parte de uma série de relações em que os "múltiplos planos de processos sociais e culturais se entrecruzam, compondo uma intrincada rede de relações",² espontâneas ou não. Aliás, uma das principais características das redes sociais é a intencionalidade. Nessa perspectiva, cabe observar os padrões de interações propostos por Corrêa:³

A Rede Solar tem por principal característica um nó central, relativamente mais forte, como ponto convergente de vias e fluxos interligados a nós menores, não relacionados entre si. Já a Rede Dendrítica caracteriza-se por ter seu centro nodal vias e fluxos distribuídos segundo um padrão comparável a uma rede fluvial. Tem hierarquias mais desenvolvidas entre os centros, percebendo-se que, quanto mais distantes forem os centros periféricos do centro nodal, menor seu nível hierárquico. Assim como a Rede Solar, seus centros não mantêm ligações laterais.

A Christalleriana é uma rede em que o centro nodal, de maior hierarquia, se localiza no centro da rede, tendo, em seu entorno centros de menores níveis hierárquicos, sistematicamente dispostos. Tais centros controlam, cada um, centros de hierarquia ainda menor, que mantêm muito pouca ou nenhuma relação entre si. A Rede Christalleriana é a junção das redes Solares e Dendrítica, porém com maior complexidade.

A Rede Axial tem por característica a forma linear onde, normalmente, tem seus nós interligados por uma única via de tráfego. Pode-

se observar que os centros nodais apresentam hierarquias diferenciadas a partir da relação de interações efetivadas em duas direções. Nesta rede, as interações perpendiculares, mesmo existentes, são insignificantes, porém também se observa que determinados fluxos ultrapassam centros menores, interligando centros hierarquicamente superiores. A Rede Axial tende a apresentar um maior número de centros que a outras redes.

A Rede Circular é caracterizada por um único circuito a interligar os nós. Nela não se observa grande diferença hierárquica entre os centros nodais que a compõem. Os fluxos se observam nos dois sentidos. Mais intrincada a Rede de Múltiplos Circuitos difere-se das demais redes por oferecer várias ligações entre um mesmo par de nós. É uma rede mais complexa, em que as ligações podem apresentar cruzamentos sem a intermediação de um nó. Nela os centros tanto podem apresentar complementaridade como diferentes graus de hierarquias entre si.

Fica a questão: qual o modelo de teia que está se formando? Os integrantes ligados diretamente ao MinC formam uma rede social paralela e de nós mais sólidos do que aqueles ligados aos órgãos estaduais? Como garantir a horizontalidade desejada? Mas o fato é que estas e tantas outras questões apenas são possíveis nos dias atuais, tempos em que tem voz a cultura tradicional e popular, a cultura profunda, que se nutre dos homens, no dizer de Milton Santos.



¹ CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, 1999, p. 67-120.

² DAVID, Solange. Cultura e religião, 2001, p. 233.

³ CORRÊA, Roberto. Interações espaciais, In CASTRO, GOMES e CORRÊA (Orgs.). Explorações geográficas, 2006, p. 306-313.



O QUE VEM PRIMEIRO?!

DEBORAH REBELLO
UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE

Autonomia-Protagonismo-
Empoderamento-Gestão em Rede?!

Ou seria?
Protagonismo-Empoderamento-
Gestão em Rede-Autonomia

Pode-se pensar em...
Empoderamento-Gestão em rede-
Autonomia-Protagonismo

Quem sabe?
Gestão em rede-Autonomia-
Protagonismo-Empoderamento

Estas quatro palavras-chave são conceitos fundamentais para a compreensão do Programa Cultura Viva. Mas como identificar sua ordem? Importância? Como destacar uma noção da outra e ainda sim ter uma dimensão satisfatória da ação?! O Cultura Viva é centrado na redescoberta do Brasil, no maravilhamento do Estado com tamanha diversidade cultural que seu povo apresenta, distribui, encanta... (como todos sabemos).

Contudo, a problematização de idéias que podem parecer tão óbvias nesta ação é um exercício audacioso. Logicamente, o entendimento desses conceitos e a reflexão sobre eles é uma questão fundamental para a percepção de uma nova concepção política, um redescobrimto do sentido de democracia, um exercício de ausculto do Estado, uma valorização do saber dos cidadãos. Afinal, a vida não está no órgão, no governo, no poder. Está em quem participa deles, em quem constrói as bases de uma sociedade justa, plural, que conviva

com sua diversidade, sem tentativa de julgamentos e aniquilações.

Da mesma forma, parece quase impossível tentar refletir isoladamente sobre cada um deles. Pois, ao fazê-lo, perde-se a percepção da estrutura do programa. Não me parece possível separar um item mais importante, ou ainda estabelecer uma ordem de acontecimentos dentro do fazer do programa.

O Cultura Viva é mais vivo e pulsante do que uma definição cartesiana de ordem e assimilação. "O todo é maior do que as partes!" A apropriação crítica e criativa dessas idéias, mais o potencial de reinvenção das mesmas é uma das grandes riquezas desta potência.

Talvez uma das bases desses conceitos e do enorme sucesso do programa seja exatamente o fato de ser uma ação que há muito era "esperada" por toda a população. Como se todos os pontos estivessem isolados na imensa dimensão territorial brasileira e a possibilidade de se nomear Ponto de Cultura abriu uma nova porta para o conhecimento de seus "irmãos". Mesmo que seja impossível conhecer todos os Pontos de Cultura desta enorme nação, o conforto de saber que todos partilham de um mesmo sentimento, de um mesmo objetivo de valorização do que de melhor tem este país: o seu povo; torna ainda mais pujante e inesgotável a riqueza dessa ação.

Por conta disso, entende-se que o fenômeno Cultura Viva já poderia ser "percebido" em muitos outros autores. Afinal, seu norte conceitual pode ser visto como a ampliação da Casa de Roberto

da Matta. É a grande Casa de Cultura do povo brasileiro! Pode ser visto também como um novo lugar, o lugar antropológico de Marc Augé. Da mesma forma que poderia ser lido como uma distinta construção de opinião pública aos olhos de Habermas. Com todas as suas adaptações, releituras, o que o programa demonstra até este momento é a sua sensibilidade no tensionamento entre cultura e prática governamental. Entre o Estado e o seu povo.

Para além de uma ação governamental, precisamos percebê-lo como uma nova forma de relacionamento com a política. Afinal, a cultura funciona sob outra lógica, não pela estrutura, pelo engessamento governamental, pelo processual burocrático de uma pasta. Realidades distintas necessitam de formas de governos também adaptadas. Vivemos agora um novo contorno no relacionamento entre cultura e política, entre gestão e cultura. Elenca-se uma nova questão pública. Pública em seu sentido epistemológico, em sua raiz, no bem comum, fora da briga de particularismos. Algo muito maior do que a reunião de algumas singularidades. Neste sentido, Autonomia – Protagonismo – Empoderamento – Gestão em Rede também podem ser percebidos como: a valorização da conversa e troca entre os diversos agentes; o reconhecimento de si no indivíduo que se apresenta; a percepção de sua centralidade no processo de construção do Programa; o surgimento de uma solidariedade imaginária entre figuras distintas ou a possibilidade de balanceamento de energias, a troca de saberes. Nenhum deles surge como um

fator dado, um objetivo da política, ou uma geração espontânea. São "resultados" que estavam latentes, características que puderam e podem ser percebidas pela valorização do aprendizado conjunto.

Esses conceitos são instrumentos importantes que corroboram com esta re-arrumação das tessituras sociais. Processo que vem de baixo para cima, como forma de garantir os alicerces de um edifício grande e imponente. É a recombinação de subjetividades, de relações sociais, a construção de uma nova teia de significações.

O Cultura Viva pode ser compreendido como um organismo que surge do mundo da vida, toma corpo, forma, nome. Um Programa que não possui o limite de uma Pasta Ministerial, ou mesmo de fronteiras nacionais. Como um ponto de atração e irradiação, é o florescimento do potencial de troca de um sem número de possibilidades e combinações que a interação Homem-Homem pode trazer. Nesse sentido, estes quatro conceitos são variáveis de uma mesma equação em que não importa muito a sequência de problematização, mas o resultado proporcionado pelas mesmas. Pois sua melhor implicação pode ser o incentivo à força da solidariedade criada nesta imensa nação – a Nação Cultura Viva – que irradia calor e frutos por onde passa.



A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA CULTURA VIVA À LUZ DE UMA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO



ESTER MARÇAL FÉR
FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Considerado um dos maiores intelectuais brasileiros, autor de uma extensa obra reconhecida internacionalmente, Paulo Freire construiu um novo paradigma para a educação latino-americana ao desenvolver um pensamento crítico-dialético, a partir de uma visão humanista e libertadora, aliada a uma clara postura política em favor dos oprimidos. Sua obra não se restringe à área da educação, pois seus conceitos avançam, construindo pontes entre os saberes, inclusive com a comunicação, como bem observa Venício de Lima em sua análise sobre a atualidade do conceito de comunicação em Paulo Freire (LIMA, 2004).

Por meio de uma definição do ser humano como um ser inconcluso e da sua vocação ontológica em ser mais, ou seja, o estado através do qual o ser humano está em permanente procura, aventurando-se curiosamente no conhecimento de si mesmo e do mundo (STRECK, 2008: 380), Freire entende a situação de opressão

como uma distorção dessa vocação natural do ser humano (FREIRE, 1993: 30). Nesse sentido, sua obra impulsiona a construção de uma cultura da libertação, na qual é possível ao oprimido, a partir do diálogo crítico e problematizador, construir caminhos concretos para a realização do seu ser mais. Por ser um educador, Freire observa a existência de uma cultura da dominação que se reproduz em uma pedagogia planejada pelos opressores, mas que também se encontra efetivamente presente nos processos políticos culturais. O desafio aos oprimidos e aos que com eles se solidarizam e lutam pela libertação é a afirmação de uma nova cultura, que não reproduza jamais a opressão.

Neste sentido, o pensamento freireano de construção de uma cultura libertadora encontra espaço no discurso de apresentação da proposta político-cultural elaborada por Gilberto Gil: “Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...”⁴ Desta aproximação do pensamento libertador de Paulo

Freire com a proposta político-cultural de Gilberto Gil, o programa Cultura Viva se estruturou a partir dos conceitos de protagonismo social, empoderamento e autonomia.

O conceito de protagonismo social se apresenta na obra de Freire como uma valorização do ser humano enquanto sujeito. Estando o ser humano submetido a uma situação de opressão – coisificado, desenraizado, desumanizado -, ele não é mais capaz de alterar a realidade. No intuito de preservar-se, o ser humano se ajusta a realidade e para isso, altera-se a si para adaptar-se (FREIRE, 1980: 42). Tal movimento defensivo de adaptação ou acomodação diante do apelo publicitário, da cultura de massificação e do excesso de informações, gera no ser humano a perda da capacidade de reconhecimento de sua própria integridade, afogando-o no anonimato ou então, adotando um eu que não lhe pertence (p. 44). Já não é mais sujeito, e sim objeto.

Onde se elimina o homem como sujeito do processo histórico, perde-se uma dimensão que é central em Freire: a de que a relação com o mundo se constitui num movimento, constituído exatamente pelas possibilidades diversas inseridas pela intervenção e criatividade dos sujeitos. (STRECK et al., 2008: 392).

Em Medo e Ousadia (FREIRE, 1986), encontramos o conceito de “empoderamento”. Preocupado em alertar para possíveis equívocos que o termo possa conduzir, Freire previne a interpretação de empoderamento enquanto “dar poder a alguém”, na qual o sujeito ‘recebe’ de outro algum recurso,



dentro de uma perspectiva individualista. Freire não acredita numa auto-libertação, mas sim numa libertação social e coletiva:

Mesmo quando você se sente, individualmente mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem por meio da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. (FREIRE, 1986: 135)

Dentro da perspectiva freireana, o empoderamento acontece no processo que emerge das interações sociais em que os seres humanos são construídos. Ressaltamos que não são interações aleatórias, mas aquelas provocadas pelos problemas, ou pelas perguntas problematizadoras, que são fruto de uma inserção crítica dos sujeitos no mundo, colocando-os em ação. Por isso, a gênese do empoderamento está profundamente ligada à conscientização dos indivíduos e dos coletivos, levando-os a um processo de libertação (STRECK, 2008: 165)

O terceiro conceito freireano incorporado à fundamentação da política cultural do Cultura Viva é a autonomia. Para Paulo Freire, a autonomia se constitui a partir de um paradoxo: o paradoxo da autonomia-dependência. Por sermos seres de cultura, somos necessariamente dependentes. Assim, ser autônomo é ter a capacidade de assumir essa dependência radical derivada de nossa finitude, por isso, para Freire, a autonomia propicia a

solidariedade e a relação em comunidade. (STRECK, 2008: 56) Autonomia não se dá. Adquire-se no processo. “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. (FREIRE, 1996: 120)

Os conceitos da cultura hacker na rede dos Pontos de Cultura

Toda política cultural, ainda que quase nunca explicitamente, inclui entre seus componentes básicos um modelo de comunicação (BARBERO, 2008, p.74). Por ser definida enquanto uma da rede orgânica e horizontal de criação e gestão cultural, o modelo de comunicação dos Pontos de Cultura se encontram em consonância com o emergente modelo de uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999). O autor define rede como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos.” No caso dos Pontos de Cultura, podemos dizer que

sua rede concreta é composta por centenas de nós, constituídos pelas associações comunitárias e organizações sociais integradas ao Programa Cultura Viva.

Castells continua:

“Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmo códigos de comunicação.[...] Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados [...] para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo.(1999:566).”

Para que essa rede de pessoas, práticas e produtos culturais se estabeleça efetivamente, foi necessário a adoção de um modelo de comunicação que permita a troca intensa e constante de informações e conteúdos simbólicos entre as redes locais e a macro-rede global e vice-versa. Desta forma, o Programa Cultura Viva abraçou a rede virtual de computadores como modelo e plataforma estruturante da comunicação “enredada” de Pontos de Cultura.

Com o objetivo de orientar os agentes culturais e usuários dos Pontos de Cultura a democratizar e fomentar a utilização das ferramentas tecnológicas digitais de uma maneira crítica e criativa, o Ministério da Cultura criou a ação intitulada “Cultura Digital”. Os valores de liberdade,

colaboração e compartilhamento em rede encontrados na cultura hacker (CASTELLS, 2003, p.45) são estimulados e incorporados às práticas culturais e educacionais desenvolvidas nos Pontos de Cultura, desencadeando um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo. Por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica.

A cultura hacker, juntamente com a cultura tecnomeritocrática, a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial, compõe o conjunto das culturas produzidas dentro das redes e identificadas por Castells como fundadoras da cultura da Internet. Segundo Castells, a Internet é o alicerce da cultura hacker. A informalidade e a virtualidade são características presentes nesta cultura, que na maioria das vezes é global e virtual, com poucos momentos de encontro físico.

“Mas o que é comum à cultura hacker, em todos os contextos sociais, é a premência de reinventar maneiras de se comunicar com computadores e por meio deles, construindo um sistema simbiótico de pessoas e computadores em interação na Internet. A cultura hacker é, em essência, uma cultura de convergência entre seres humanos e suas máquinas num processo de interação liberta. É uma cultura de criatividade intelectual fundada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e na informalidade”. (CASTELLS, 2003, p.45)

Valendo-se desses conceitos, e, no intuito de vincular o desenvolvimento tecnológico da Internet às possibilidades dos sujeitos se expressarem e interagirem através desse suporte,



Castells apresenta como ponto crucial do desenvolvimento de sua análise a abertura do código-fonte do software: "A distribuição aberta dos códigos-fonte permite a qualquer pessoa modificar o código e desenvolver novos programas e aplicações, numa espiral ascendente de inovação tecnológica, baseada na cooperação e na livre circulação de conhecimento técnico". (CASTELLS, 2003, p.35)

A utilização do software livre como ferramenta para o desenvolvimento econômico, cultural e social local tem uma série de vantagens para as políticas públicas. As duas principais são a inexistência do pagamento de licenças pelo seu uso, e a utilização do código aberto. Além do fato das soluções não-proprietárias serem menos onerosas ao Estado, "não é correto utilizar dinheiro público para formar e alfabetizar digitalmente os cidadãos em uma linguagem proprietária de um monopólio privado transnacional." (SILVEIRA, 2003, p. 22) Já o fato dos códigos serem abertos, isso permite que a criação de soluções tecnológicas para demandas da comunidade seja feita de forma descentralizada e colaborativa, fortalecendo os laços entre os indivíduos, num processo coletivo de empoderamento.

O movimento do software livre é expressão autêntica desse potencial da rede e o grande modelo para a consolidação de soluções compartilhadas diante de questões complexas, a partir da interação multi-étnica, multinacional e multicultural. É a afirmação da possibilidade da Internet consolidar-se também como uma esfera pública planetária, evitando a condição hegemônica de supermercado global. (SILVEIRA, 2003, p. 18)

Mesmo com a origem do movimento hacker sendo os hackers dos softwares, a prática da cultura compartilhada gerou uma atitude e uma ética hacker que extrapolam o universo da programação computacional. Pra Cláudio Prado, idealizador da ação Cultura Digital, é possível aplicar os conceitos hacker na produção cultural dos Pontos de Cultura, pois a mentalidade hacker não é confinada a cultura do hacker-de-software. Há pessoas que aplicam a atitude hacker em outras coisas, como eletrônica, música e nas ciências humanas. Na verdade, você pode encontrá-la nos níveis mais altos de qualquer ciência ou arte.

O conceito de ética hacker pode ser encontrado na obra do filósofo finlandês Pekka Himanen⁵:

A ética de trabalho dos hackers consiste em combinar paixão com liberdade, e foi essa a parte da ética dos hackers cuja influência foi sentida com maior intensidade.[...] um terceiro e crucial aspecto da ética dos hackers é a atitude dos hackers em relação às redes, ou

seja, é a sua ética da rede, que é definida pelos valores da atividade e do cuidar. Atividade, nesse contexto, envolve a completa liberdade de expressão em ação, privacidade para proteger a criação de um estilo de vida individual, e desprezo pela passividade frente à procura pela paixão individual. Cuidar significa aqui a preocupação com o próximo como um fim em si mesmo e um desejo de libertar a sociedade virtual da mentalidade da sobrevivência que tão facilmente resulta de sua lógica. (p.126)

Considerações Finais

A integração dos conceitos de protagonismo social, empoderamento e autonomia construídos por Paulo Freire com a ética da cultura hacker é possível graças ao compromisso que tais conceitos possuem no processo de conscientização e libertação dos indivíduo. Na cultura hacker, os conceitos de Freire são encontrados na comunicação em rede, nas práticas da produção colaborativa e na generosidade intelectual evidenciada pelo compartilhamento de informações. Pelas características tecnológico-culturais dos Pontos de Cultura – a utilização da filosofia do software livre aplicadas aos processos culturais -, a fundamentação teórica da política pública cultural do Programa Cultura Viva encontra um espaço de concretização da rede orgânica de criação, distribuição e fruição cultural. A comunicação audiovisual integra essa rede de Pontos de Cultura nas práticas de formação e capacitação, registro e produção, e distribuição e discussão audiovisual, construindo colaborativamente a rede, também através da rede mundial de computadores.

Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 2/09/2004. In: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária 3ª. Edição revisada.
- LIMA, Venício A. de. Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARTÍN-BARBERO. Jesús. De las políticas de comunicación a la reimaginación de la política. Revista Nueva Sociedad 175, pág 70-84.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Hackers, monopólios e instituições panópticas: elementos para uma teoria da cidadania digital. Revista Líbero, no. 17, pág 73-81. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2006.
- Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: Sérgio Amadeu da Silveira; João Cassino. [Org.]. Software Livre e Inclusão Digital. 1 ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- STRECK, Danilo R., REDIN Euclides, ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.) Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ENTRE AS FRONTEIRAS ON/OFF LINE



KARINA CRISTINA SENA GOMES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Nos foi proposto o desafio de pensar os conceitos e diretrizes estruturantes do Programa Cultura Viva. Embora tenham sido apresentados quatro conceitos/diretrizes principais (protagonismo, autonomia, empoderamento e gestão em rede), entendemos que os mesmos não se apresentam de maneira estanque, se materializando mais propriamente como eixos transversais e em momentos diferentes de um mesmo processo. Não existe gestão descentralizada em rede se a mesma não for composta por atores que assumam um posicionamento ativo e autônomo frente a esses novos espaços de sociabilidade e debate público e, simultaneamente, esses espaços, ambientes e formas próprias de colaboração em rede são condição relevante na atualidade para que esse processo de empoderamento, de exercício do protagonismo e da autonomia possam se efetivar.

Nosso processo de reflexão nesse momento vai procurar se debruçar sobre o princípio de gestão em rede partindo da compreensão de que o próprio formato do Programa, aliado à movimentação progressiva que o mesmo vem empreendendo no sentido de descentralizar tal política cultural, nos permite refletir sobre o estágio atual de articulação entre os Pontos de Cultura.

Assumimos que nosso olhar sobre o Programa Cultura Viva, e do que representa essa rede emergente de Pontos de Culturas espalhados por todo território nacional, é também decorrente de um enviesamento, quase que "natural", proveniente

do tipo de abordagem que estamos desenvolvendo ao longo de nossa curta trajetória de pesquisa e que tem como foco entender o entrelaçamento entre as culturas digitais (também conhecidas sob outras metáforas/conceitos como o de cultura das redes, hacker, da cibercultura, da informação e etc.) e as culturas locais e populares. Mas entendemos também que esse olhar talvez possa contribuir, mesmo que modestamente, para propormos alguns apontamentos que dizem respeito ao processo de construção desta gestão em rede compartilhada a qual o Programa vem propondo junto aos Pontos de Cultura.

Dentro de nossa perspectiva, pensar nos Pontos de Cultura é pensar em redes, em um tipo de gestão sócio-técnica diferenciada do conhecimento e dos bens culturais e em modos menores e diversos de compartilhamento, de troca, de circulação, de outras lógicas e devires que são gestados dentro/através/por meio das redes informacionais. Podemos seguramente afirmar que "as redes", tomadas aqui de maneira mais ampla – como metáfora conceitual adequada para descrever um modo descentralizado de organização e de distribuição de bens, de ajuda, de oportunidades, de conhecimento entre indivíduos pertencentes a grupos sociais diversos – preexistiram ao desenvolvimento de tecnologias de comutação por pacotes. Sejam lá quais forem os suportes adotados por cada grupo particular dentro de seus contextos e demandas específicas, tal modo horizontal e descentralizado de organização já estava entrelaçado, mesmo que de maneira silenciosa, ao tecido





social. Entretanto, essa tendência organizacional preexistente em nossas sociedades, ao encontrar as redes digitais provenientes da ainda recente revolução das tecnologias de informação e comunicação, se depara com uma série de desafios e potencialidades a serem apropriadas e, porque não, também transformadas. Isso porque ao mesmo tempo em que tais tecnologias digitais vêm para ressignificar uma série de práticas e contextos culturais, as mesmas, ao serem inseridas nessas diversidades de contextos, vão sendo progressivamente redefinidas e transformadas. Entendemos que a formação de tais redes é um movimento de mão dupla que vai transformando simultaneamente todos os atores envolvidos em tais processos de articulação e de conversação.

Mas enfim, o que marca – ou como se caracterizaria – esse regime de circulação particular que as redes digitais vêm trazendo mais explicitamente a tona na contemporaneidade, e que envolve a todos nós de maneira tão fundamental? E em que medida

esses novos paradigmas dizem respeito às culturas locais e mais especificamente aos Pontos de Cultura?

Pierre Levy, em sua obra *Tecnologias da Inteligência* (1993), define os diferentes regimes de circulação de saberes (a oralidade, a escrita e a informática) encarando-os como agenciamentos complexos dotados de modos particulares de gestão social do conhecimento. O autor utiliza a noção de simulação para caracterizar a tendência organizacional predominante nas sociedades que serviram de contexto de emergência para as redes digitais e para a informática. A ênfase no tratamento do conhecimento e da produção cultural a partir do paradigma da simulação vem progressivamente modificando tais elementos constituintes e fundadores de nossa cultura e, conseqüentemente, das formas de nos relacionarmos sócio-culturalmente de maneira muito particular. Diferentemente do tempo circular proveniente da oralidade e da acumulação

progressiva da escrita, a ênfase na evolução e na atualização da informação, típicas das “sociedades informáticas”, coloca em pauta a funcionalidade, a desterritorialização de signos e bens culturais e a velocidade da circulação do saber como princípios reguladores de todo esse processo.

No âmbito da produção de bens culturais, que aqui nos interessa particularmente, essas tecnologias de informação e comunicação foram capazes de apresentar novos paradigmas no que se refere à percepção de autoria, de originalidade e criatividade, no status da obra de arte como valor de culto, nos valores que são atribuídos ora a cultura erudita ora a cultura popular, nas formas pelas quais os meios de comunicação influem na produção de relações de socialidade, etc.

Mas o que mais achamos interessante na perspectiva defendida por Levy é o fato de que esses diferentes agenciamentos sociotécnicos, antes de se materializarem como etapas sucessivas e por substituição, são operados por meio da hibridização e da recombinação, resultando em um processo contínuo e imprevisível de complexificação de conteúdos, formas e sujeitos imbricados e tais processos.

Essa perspectiva permite simultaneamente nos distanciarmos de um olhar ingênuo que defende uma interpretação de que tais aparatos e tecnologias seriam meios supostamente neutros – apresentando importantes questões políticas e culturais a serem levadas em conta – mas também nos prevenindo de um

determinismo tecnológico raso e superficial que levaria a um ideal de evolução e progresso se impondo de maneira homogênea e unilateral sobre toda a sociedade.

Nesse sentido, o processo de encontro entre diversos grupos e atores participantes de cada Ponto de Cultura e esse novo paradigma de produção colaborativa em rede se opera, dentro de nossa perspectiva, mais por meio de múltiplos pontos de tensionamento e de negociação do que por uma assimilação passiva dos Pontos por parte do Programa. Isso porque, ao mesmo tempo em que tal ênfase na velocidade e evolução da informação vem apresentar uma série de questões chave para a gestão do conhecimento coletivo na atualidade – colocando em pauta a liberação dos pólos de produção e emissão de informação, a produção colaborativa e a cultura do remix e a revisão dos regimes de proteção dos direitos autorais, dentre outros – esses novos paradigmas abalam consigo não somente regimes de produção e circulação de informação anteriores, mas também as relações sociais que os perpassavam e os sustentavam.

Tais ambientes e aparatos comunicacionais deslocam e apresentam novas configurações para as relações sociais de gênero, de pertença, de geração, de territorialidade; borrando e em alguns casos acentuando distinções entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, entre a modernidade e a tradição, o local e o global, público e privado e etc.

O Programa Cultura Viva teve como mérito trazer todos estes pontos geograficamente dispersos



para um espaço comum, e de prover uma série de meios para promover esse encontro entre atores que atuavam quase que anonimamente no campo cultural sem um maior reconhecimento por parte do Estado. Mas quais caminhos devem ser traçados para que, passada a euforia inicial de se (re)conhecer e (re)descobrir uns nos outros, desse encontro se passe efetivamente à ação colaborativa em rede? Tendo em vista que, para o desenvolvimento de projetos colaborativos nas redes digitais são necessários mais do que equipamentos e protocolos tecnológicos abertos, de que maneira poderíamos construir também "protocolos sociais" comuns a todos os participantes?

Nesse sentido, as redes digitais se apresentam como novos territórios coletivos de ação cultural e articulação política, mas não como um espaço dado e pronto e sim como ambiências em permanente processo de construção e de remodelamento demandando um esforço contínuo de manutenção de canais de conectividade entre seus milhares de pontos. Atuar em rede significa não apenas adentrar em uma esfera mais ampla, mas principalmente em habitar, construir e atualizar permanentemente novos sentimentos de pertença e vínculos de solidariedade em um terreno desconhecido.

Eric Kluitenberg (2005) argumenta que o espaço comum (seja ele virtual ou físico) é construído e definido através do uso. Não é algo dado, é um produto da práxis social viva, e envolve tempo. Não seria um espaço permanente ou eternamente disponível, mas pode ser mantido por muitas e muitas gerações, desde que cada nova geração se importe o suficiente com esse espaço para o manter ativo através da sua permanente

utilização. O primeiro impulso advindo dessa constatação é buscar as semelhanças e as compatibilidades que porventura possam existir em todos esses diferentes agenciamentos rizomáticos, que funcionam como verdadeiras máquinas sociais de colaboração, de distribuição e produção coletiva de bens, recursos e de conhecimento. Muitos dos atores, governamentais e não-governamentais, vêm apresentando questões fundamentais para a construção de ambientes e espaços coletivos que sejam capazes de efetivamente abarcar e potencializar a multiplicidade das nossas "realidades locais".

A adoção de metáforas como a do Mutirão e da Gambiarra, por exemplo, evidenciam o desejo de mais do que meramente "transformar" ou "incluir" a diversidade cultural das "periferias" ou das comunidades "tradicionais" dentro de um formato pronto. Parecem ressaltar o potencial criativo destas diversas localidades e assinalam a urgência de se lançar um olhar mais atento aos modos próprios de compartilhamento, de criação de ambientes e redes de solidariedade que fazem frente à escassez de recursos, buscando as potencialidades que esses movimentos trazem consigo de forma a se criar um ambiente propício para uma ação coletiva em maior escala.

Não se trata de um regionalismo simplista ou uma tentativa de "fazer o povo entender" os novos paradigmas de produção colaborativa em rede, colocados a partir da emergência de novos espaços e esferas públicas de debate, mas nos parece mais a manifestação de uma nova sensibilidade frente às potencialidades organizacionais,

criativas e inventivas que estão sendo gestadas em distintas localidades difusas em todo território nacional e de compreensão da importância das formas organizacionais populares como tecnologia social a ser apreendida e incorporada.

Eric Raymond, ao analisar a emergência da cultura hacker, aponta o espaço das redes não apenas como um fenômeno tecnológico desenvolvido dentro dos grandes centros de pesquisa e de excelência acadêmica, mas também como um espaço que tornou possível a aglomeração de hackers geograficamente dispersos por todos os EUA, se apresentando como um terreno fértil para o surgimento de uma massa crítica ao retirar-los de seu isolamento inicial e possibilitar que os mesmos se "reinventassem como uma tribo em rede". (RAYMOND, 1998, p.5)

Poderíamos afirmar, até onde nossa análise sobre a rede emergente dos Pontos de Cultura pode chegar, que uma etapa desse processo, a distância física e a fragmentação territorial às quais esses espaços estavam submetidos, já foi vencida. Destarte, um novo desafio vem agora se delinear para que essa rede possa se consolidar. Uma vez transpassadas as fronteiras "off-line", chega o momento de vencer as barreiras "on-line", de se apropriar e transformar as experiências existentes de articulação em rede construindo novas formas e laços de pertença entre esse diverso e heterogêneo grupo de atores.



BIBLIOGRAFIA:

KLUITENBERG, Eric. Constructing the Digital Commons: A venture into Hybridization [2003]. Disponível em www.n5m.org/n5m4_reader.pdf, acesso em 24/03/2005.

LEVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RAYMOND, Eric (1998). The Cathedral and the bazaar. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tl000001.pdf>, acesso em







DEMOCRACIA PRAGMÁTICA, CRÍTICA OU DE INTERESSE PÚBLICO

16/10/2009.
ANDRÉ LUIZ F. ANDRIES
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

No texto *Cidadania por que, quando, para que e para quem?* (2009), a professora da UFMG, Marlise Matos, afirma que ao contrário do que ficou impregnado no senso-comum, cidadania é um processo e não estado, substância ou matéria. Não tem uma natureza perene, passível de posse. Trata-se de um processo dinâmico, constantemente reificado em diferentes períodos históricos e circunstâncias políticas. Sendo polissêmico, o conceito também está próximo ao de democracia, quando associado à exclusão ou inclusão social de pessoas; também está associado ao conceito de Nação quando se invoca um território no sentido de pertencimento ou identidade nacional.

A noção de direito, segundo a autora, também esta freqüentemente relacionada à cidadania na proporção e/ou relação de quanto mais ativado os direitos, maior a sensação de

cidadania. T.H. Marshall no livro *Cidadania e classe social* (1967) construiu uma “dinâmica evolutiva” sobre a processo dos direitos que rapidamente foi generalizada nos estudos sociais e só, muito recentemente, passou a ser questionada. Segundo Marshall, os direitos civis se formaram no século XVIII; os políticos, no século XIX; e, por fim, os direitos sociais, no século XX, mas essa periodização, segundo o autor, não é rígida e deve ser tratada com uma “razoável” elasticidade. Diz Marlise: “foi através de Marshall que se passou a dar relevância à construção histórica e política dos direitos entendidos como civis, políticos e sociais”. A junção ou fusão desses direitos, à medida que se especializavam, fortaleceram as instituições que alicerçaram o princípio de Estado-Nação.

Sob essa perspectiva, os direitos civis referem-se às liberdades individuais, que se explicitam no direito de opinião, de pensamento, fé, à liberdade de ir e vir, o direito à inviolabilidade da propriedade e à justiça; os direitos políticos são os que garantem a intervenção

do cidadão na vida pública, no regime político ao votar ou ser votado; por fim, os direitos sociais, exercidos quando cidadãos pressionam o Estado no sentido de minorar as desigualdades e promover o bem-comum. No caso do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura trata-se, de enfeixar numa só bandeira os direitos civis, políticos e socioculturais e reduzir, no âmbito de suas múltiplas atividades, o tempo dessa “dinâmica evolutiva”.

A proposta da autora em proclamar a cidadania em seu caráter multidimensional e contemporâneo implica no reconhecimento de todos os direitos de um só vez, desde os fundamentais - que são os políticos, os civis e os sociais, conforme os descreveu Marshall- até os atuais que passam pelo direitos culturais, ambientais, e mesmos aqueles que ainda não foram institucionalizados, como os direitos difusos. Implica também em reconhecer a existência de um “processo de multiplicação dos pertencimentos”, sejam eles raciais, sexuais, territoriais, etários, formando esse “rico mosaico



na contemporaneidade” que, segundo o texto de Marlise Matos, demandam questões que vão além das políticas de distribuição de renda desde que concomitantes com os direitos fundamentais.

Essa ausência de homogeneidade política e social, essa ordem social fraturada que rompe e/ou ultrapassa os contratos vazados em antigos ideais de cidadania e igualdade universal, não pode ser entendida como uma situação de crise, defende a autora, muito menos ser caracterizada como uma espécie anomia, na acepção de Durkheim, quando não são reconhecidos valores ou regras normativas de conduta, dificultando o entendimento do cidadão ante essas novas situações comportamentais.

O exercício da cidadania social não se faz a contrapelo da democracia e das liberdades individuais. Trata-se, na ousada proposta da autora, de uma democracia de cunho “crítico- emancipatório” operada por cidadãos a par dessa riqueza multidimensional, qual seja, “uma democracia pragmática, crítica ou de interesse público”, ultrapassando, sem derrapagens, os dois projetos e modelos políticos constitucionais democráticos mais importantes dos últimos dois séculos: a democracia representativa e a democracia participativa.

Quais seriam, então, as principais características dessa democracia pragmática, crítica e de interesse público? Antes de anunciá-las, vamos às suas origens, lembrando, inicialmente, as utopias da juventude marxista, para quem

direitos civis diziam mais respeito aos direitos burgueses, sendo o Estado moderno definido como um “comitê executivo da burguesia”, como escreve Carlos Néson Coutinho (2005). Mais adiante, percorrendo o mesmo texto de Coutinho, encontramos Gramsci e seu conceito de sociedade civil, uma cunha que ele introduziu entre a sociedade econômica e a sociedade política, uma esfera pública fora do Estado, que dessa forma se amplia e ganha novas determinações.

A proposta de “democracia pragmática” tem, por certo, inspiração gramsciana, quando ele propõe a busca de uma ordem socialista não mais pelo enfrentamento violento e armado mas por “uma guerra de posição”, um reformismo revolucionário, por meio “da conquista permanente e cumulativa de novos espaços no interior da esfera pública, tanto na sociedade civil quanto no próprio Estado”, um processo de radicalização da democracia para a realização (plena) da cidadania. O enunciado de uma democracia crítica, pragmática ou de interesse público, traz como pré-condição, segundo Marlise Matos, a “transgressão emancipatória” como método”, colocando “todas as regras em estado permanente de suspeição e questionamento com vistas à produção de justiça e da emancipação social”. Em resumo, uma retomada do conceito gramsciano de guerra de posição pela denegação do caráter atual do Estado, na intenção de multidimensioná-lo pelo fornecimento de instrumentos legais e institucionais para empoderamento dos grupos

excluídos. A leitura do texto da professora Marlise Matos, nos permite trabalhar essa conexão da teoria crítica com a teoria democrática para potencializar a participação dos cidadãos no processo público de decisões sobre os rumos da comunidade política.

BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: Revista Agora: Políticas públicas e Serviço Social. Ano 2, n.3, dezembro de 2005.

FARAH, Maria Ferreira dos Santos. Cadernos de Gestão Pública e cidadania. Volume 4. São Paulo, EAESP/FGV, s/d.

MATOS, Marlise. Cidadania Por que, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao estado e à democracia inclusiva. UFMG, mimeo, 2009.

REIS, Elisa. Cidadania: História, teoria e utopia. UFMG, mimeo, 2009. Cultura Viva, Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania. Brasília: MinC, 2004.

CULTURA VIVA E CULTURA DA PARTICIPAÇÃO. POR QUE AVANÇAR NESTE PROCESSO?

JOÃO LUIZ PEREIRA DOMINGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO

A grande quantidade de abordagens e diferentes avaliações sobre o Programa Cultura Viva expõe sua qualidade novidadeira enquanto uma política pública orientada para as classes populares e uma necessidade presente, quase extrema, de uma reorientação do próprio campo das políticas culturais, seja na recomposição de um novo quadro heurístico onde sua aplicação demonstre capacidade de apreender os fenômenos do campo numa perspectiva ampliada, seja em sua formulação e aplicação, onde se suponha incluir a totalidade de atores sociais que justifique uma de suas tarefas principais: a materialização da diversidade cultural.

Esta materialização coloca vários desafios a se enfrentar para a validação de seu pressuposto e sua vinculação a um dos princípios mais efetivos para a superação das desigualdades sociais; refiro-me, a princípio, a uma relação tensa acerca da legitimidade do discurso sobre a justiça social e do reconhecimento político das minorias. Uma expressão do campo do político que vem separando de um lado - mesmo que sob falsas antíteses, na fala de Nancy Fraser (2007) - normas de justiça com uma perspectiva universal e redistributiva, e outra pautada por reivindicações pelo reconhecimento da diferença, mais restritas.

Embora não seja esta exatamente a agenda que pauta sua criação, creio que o Programa Cultura Viva apresenta um potencial de dupla vinculação destas temáticas,

podendo, assim, tornar-se uma expressão prática de superação em torno das disputas de duas ordens diferentes - embora não antinômicas, cabe dizer - de expressão de normatividade.

O argumento opera sobre uma atribuição muito simples: de um lado, se trata de um programa de redistribuição dos fundos públicos orientado às mais diversas expressões populares, que procura expor não apenas um caráter compensatório e imediato (posto que em sua avaliação política, o Cultura Viva também é uma resposta à concentração no eixo Rio-São Paulo-Brasília dos recursos incentivados, e da forma como estes fundos estão disponibilizados, com certeza não às classes populares) que, desta forma, questiona a ausência de grupos interessados na ampliação de sua participação na vida cultural do país. Outro aspecto diz respeito ao foco de seleção de seus destinatários: são comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços público; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.

Em torno desta seleção, que problematiza as relações de representatividade do universo das classes populares, o Programa pôde apostar numa operação de um modelo de gestão que fosse capaz de integrar seus destinatários no processo de reformulação conceitual do ciclo político. Isto significa um ensaio bastante interessante para um outro princípio de justiça social: o reconhecimento das várias identidades como sujeitos políticas e redistribuição não apenas dos fundos públicos compensatórios,



mas dos canais de poder de definição de algumas das diretrizes da concepção desta política do Ministério da Cultura. Chama a atenção que no plano político-prático assistimos um processo de desorganização da representação popular na aquisição de novos direitos, sejam eles de classe ou de nova natureza representativa.

Neste aspecto, o Programa se apresentou - de início bem verdade dizer - comprometido com uma reorientação em plano federal do uso político dos fundos e de um novo delineamento do que se tornou sua principal política. Cabe ressaltar o fato de que um programa desta natureza tenha sido concebido num governo que expressa minimamente pretensões do campo democrático-popular, momento propício para avanços desta natureza.

Esta face foi definida pelo Programa como Gestão Compartilhada e Transformadora, e na fala de Célio Turino, insere a idéia do "Cultura Viva como um Programa que tem sua definição conceitual e metodológica sendo construída no processo, à medida que as experiências são incorporadas e as modificações feitas" (Instituto Paulo Freire, 2006: 11). A idéia de gestão compartilhada expõe um caráter de uma novíssima representação de uma cultura política para as políticas culturais, até então - defendo eu - historicamente executada no Brasil sob responsabilidade de intelectuais nem sempre afeitos às demandas populares.

Para ser eficaz, o processo de participação deve ter algumas premissas. A primeira delas é a necessidade de estabelecer mudanças significativas nas vidas dos participantes como forma de adesão normativa aos valores propostos no processo

participativo (de outra forma não há motivo para a participação). A segunda é que não existe participação suficiente, pré-acabada ou sem obstáculos, e que não existe participação sem conquista, de outra forma o resultado é o imobilismo, e esta é uma responsabilidade direta dos próprios Pontos de Cultura em fazer avançar. A terceira premissa é a mais complexa de se lidar, e envolve diretamente os saberes institucionalizados e seus responsáveis. Não há como fugir ao fato de que uma política pública per si é impositiva, por mais que ela seja participativa. Planejar significa impor tecnicamente algo. Não se deve fugir a isso. Deve-se sim, dar limites a esse processo, através de diálogos abertos com os interessados. Somente pode ser participativo, o planejador que percebe que sua tendência é [diametralmente] oposta" (Demo, 1999).

No limite, sobre o processo em curso, restaria dizer poucas coisas: (i) a normatividade sugerida inclui, ao invés de excluir, os mais diferentes atores, com suas próprias gramáticas e interesses políticos, o que em si constitui um enorme desafio para sua operacionalização; (ii) trata-se, desta forma, de um processo de pedagogia política, e o papel dos Pontos e seus representantes deve ser cada vez mais amplo, reivindicando seu espaço, a ampliação de sua participação e a garantia da continuidade em quaisquer cenários que se apresentem posteriormente; (iii) este processo não se esgota na esfera do próprio Cultura Viva, ele pode ser ampliado para outras experiências municipais e estaduais.



BIBLIOGRAFIA

DEMO, Pedro. Participação é Conquista - Noções de política social participativa, São Paulo: Cortez, 1999.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova. São Paulo, 70: 101-138, 2007.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Programa Cultura Viva. Dossiê de Atividades - fevereiro a maio 2006. Caderno 1. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2006. Disponível em www.cultura.gov.br/upload/caderno1/IPF_1164654689.pdf. Acesso em fevereiro de 2008.



A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E SEUS DESAFIOS

SOPHIA CARDOSO ROCHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Em 2007 o Ministério da Cultura instituiu o seu Programa de Aceleração da Cultura – Programa Mais Cultura - que prevê movimentar 4.7 bilhões de reais até 2010 através de uma política descentralizadora. O Programa tem por objetivos: promover diversidade sócio-cultural, auto-estima, cidadania, protagonismo e emancipação social; e suas ações têm como foco algumas áreas prioritárias no território brasileiro. Além da distribuição territorial, um outro aspecto importante do Programa é a participação de outros órgãos públicos, bancos oficiais, conselhos e fóruns de cultura, dentre outros parceiros, que possibilitam um intenso diálogo e propostas de ações transversais.

A implementação desse Programa acontece através de acordos de cooperações entre Ministério e outros órgãos nacionais, estaduais e municipais, configurando-se, portanto, como um passo importante na construção do Sistema Nacional de Cultura, responsável por consolidar

as políticas culturais a partir da descentralização de ações que possam ser preservadas e fortalecidas a médio e longo prazo em parcerias com instituições públicas e privadas.

A questão da democratização é hoje uma das principais precondições para formular uma efetiva democratização do Estado. Do ponto de vista conceitual, o termo define uma transferência ou delegação de autoridade legal e política aos poderes locais para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central. Descentralização relaciona-se, pois, com a distribuição territorial do poder e implica delegação de autoridade. (JACOBI, 2000, p.35)

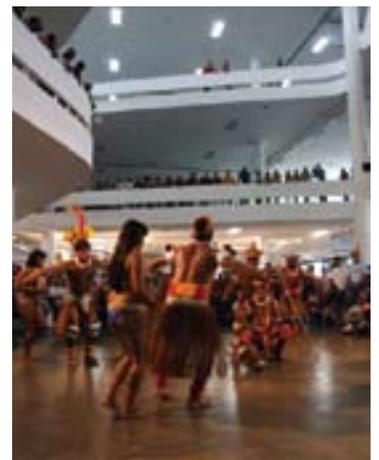
Na prática, o Mais Cultura foi instituído inicialmente através da estadualização do Projeto Ponto de Cultura, ação prioritária do Programa Cultura Viva, que foi apresentado como um dos principais projetos da gestão Gilberto Gil no Governo Lula.

O Ministério da Cultura lança seu programa mais abrangente e profundo no campo da cidadania cultural (...). Nos primeiros dias de gestão, definimos que a ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia. Este programa se inclui na primeira e na terceira dimensões, mas diz respeito sobretudo à segunda. Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos

quilombos, nas aldeias: a cultura local. (GIL, 2004, p. 8).

O Programa Cultura Viva vem representando, de fato, um avanço nas políticas culturais do Brasil. Apesar disso, não se pode desconsiderar as dificuldades e os problemas enfrentados, tanto pelos Pontos de Cultura como pelo próprio governo. O Programa que cresceu rapidamente nesses últimos cinco anos tem muitos desafios. Administrar um Programa tão rico de conteúdo e tão livre na forma dentro da pesada ordem burocrática e da excessiva rigidez formal do Estado é tarefa extremamente difícil, e ultrapassa o limite de uma gestão eficiente.

Neste sentido, a estadualização do Cultura Viva representa, por um lado, uma possibilidade real para sua reestruturação, e por outro, mais desafios para os órgãos públicos estaduais de cultura, co-responsáveis pelo Programa, que terão ainda que articular sua política com a de outro órgão público (MinC) e aproximar a rede de Pontos de Cultura já existente naquele estado com os novos projetos conveniados. Além disso, apresenta-se claramente uma questão muito mais complexa: a inadequação do sistema jurídico brasileiro para o desenvolvimento de uma política pública de cultura. Ainda que as organizações da sociedade civil tivessem o hábito de dialogar com o Estado e que possuíssem uma estrutura administrativa capaz de entender e obedecer a todas as exigências, está cada vez mais claro que determinadas orientações legais não são compatíveis para projetos culturais, e o Ponto de Cultura é atualmente o maior exemplo disso.



O Estado precisa sim de um modelo de gestão eficiente, que possua mecanismos de controle e fiscalização, mas não pode ter como princípio basilar uma realidade que não lhe condiz.

Independente da vontade do dirigente, da qualidade do corpo de funcionários, da condução dos procedimentos administrativos, nada disso funciona se o Estado não reconhece a sociedade civil para quem servirá. Esta tensão entre Estado e sociedade civil tem que ser considerada se houver o real desejo de implementar uma política pública para cultura no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Acordo de cooperação Mais Cultura, de 29 de outubro de 2007.

GIL, Gilberto. Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004. In: Caderno Cultura Viva, 2.ª edição, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA REDE CULTURA VIVA DA REGIÃO SUL PROGRAMA CULTURA VIVA / MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL



PATRÍCIA DORNELES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

O Projeto Territórios e Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul, em fase de pesquisa, é a oportunidade e continuidade e aprofundamento da dissertação mestrado Arte e Cidadania – Diálogos no Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular de Porto Alegre.

Sabe-se que a partir da abertura política no Brasil, os projetos de arte desenvolvidos nas comunidades de periferia do país, mobilizados pelos movimentos de arte-educadores e de educadores populares contribuíram para a construção de um olhar sobre as formas de produção de cultura.

Na contrapartida da cultura “bancária”, fomentada pela cultura de massa, (isto é a partir da disseminação de padrões mais ou menos hegemônicos de consumo cultural) ou na manutenção das formas elitistas de produção cultural (isto é, a

concentração da produção cultural distanciada das classes populares), estas experiências apontam, como caminho possível, para o deslocamento e a emergência de novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção de imaginário⁶, com capacidade de organizar novos territórios.

Estes territórios emergentes, em suas distintas formas – de organização, de produção, de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros -, vêm construindo estratégias de afirmação e resistência, que alimentadas por uma ética de solidariedade, por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências com capacidade de resposta à formação de redes e de novas ações e corredores culturais.

Identificamos o programa Cultura Viva – Pontos de Cultura como uma política cultural que possibilita o surgimento e / ou o

fortalecimento de novos territórios de produção, identidade e ação cultural. Estes territórios surgem a partir de um lugar – Pontos de Cultura, através da emergência de seus próprios atores, da criação de redes intercambiáveis de produção cultural, daquilo que é vivido, na Geração Ambiência (Rego 2000, p. 07) das oficinas culturais e na formação dos Agentes Cultura Viva.

Baseados nas reflexões acima identificamos a proposta dos Pontos de Cultura, como uma “Hermenêutica Instauradora” (Rego 2003, p.278) capaz de ampliar territórios e territorialidades de ações e identidades culturais. Para Rego, baseado nas concepções de Durand e Bachelard, a “Hermenêutica Instauradora”, se traduz como um determinado jogo de símbolos, do quais não são como um ponto de chegada e sim como um ponto de partida: “a hermenêutica propõe-se ela própria a um agenciamento de futuro” .

Na contrapartida ao processo de globalização, aparecem as propostas de fortalecimento do poder local e a formação de redes solidárias dos mais diversos tipos de intercâmbios. Propostas também encontradas no Programa Cultura Viva.

Milton Santos (2001, p. 21), no seu livro *Por uma Outra Globalização*, aponta que podemos pensar em uma globalização mais humana. Compreende que “as bases materiais do período atual são antes, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta”. Embora estas com afirma o autor, são as mesmas bases que o grande capital se apóia para construir a

globalização perversa, se utilizadas para outros fundamentos sociais e políticos, é possível de se construir uma outra globalização.

Nesta perspectiva, Santos (2001) aponta que a mistura das filosofias devido ao aglomerado das pessoas em áreas menores permite dar um outro dinamismo à existência, apostando na sociodiversidade e na reconstrução da sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade da utilização do sistema técnico atual ao serviço do homem. Junto a isso o autor aposta que a emergência do de uma cultura popular, e a produção de um outro e novo discurso teórico, que ganha relevância a partir de que o homem hoje pode constatar a existência de uma universalidade empírica [...] isto é a explicação do acontecer pode ser feita a partir das categorias de uma história concreta” , também permite, como assinala Santos, a conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (ibid. p. 21)

Desta forma, pode-se perguntar a partir de Milton Santos, de que forma nos Pontos de Cultura, a emergência da cultura popular e esta sociodiversidade que estará sendo alimentada pela inclusão digital e formando a Rede Cultura Viva, é capaz de alimentar a narrativa, o outro discurso baseado na universalidade empírica, colaborando e permitindo “conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história”. De que forma esta narrativa, constituída a partir das tecnologias sociais construídas por cada comunidade a partir de sua realidade se constitui como um instrumento de uma mudança social local, que é capaz de



influenciar e ser influenciado pelo diálogo com outras experiências desta rede?

No campo da cultura, como nos lembra Coelho (Coelho 1997, p. 183) o processo de globalização da economia que se associa ao fenômeno da globalização cultural, está em curso pelo menos desde a época das grandes viagens marítimas no século XVI, que resultou a colonização da Américas, e foi intensificada e potencializada, após a Segunda Guerra Mundial. De modo mais específico, nas últimas décadas, a globalização se associa – em particular ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa e informática que (ibid p. 183).

[...] revela-se antes de mais nada na tendência à uniformização da sensibilidade, via cinema e televisão, o que é conseguido pela distribuição de produtos gerados por um número cada vez menor de fábricas culturais colocadas sob a égide econômica (do gosto) dos padrões americanos administrados por empresas globais. (ibid. 185)

A uniformização da indústria cultural, segundo Coelho, não é ainda absoluta nem inevitável, observa-se um claro ressurgimento da diferença identitária manifestando-se de ora de modo violento ou procurando emergir de uma maneira mais pacífica sob a aparência do multiculturalismo. Para o autor, afirmação e a diferença, o fenômeno da reconversão cultural se difunde e as culturas e o imaginário nacionais tendem a desmoronar (relativamente), mas não desaparecer de todo o localismo como âncora cultural, quer isso signifique um valor positivo de afirmação identitária, quer negativo quando reafirma de provincianismo não de todo instante do racismo e da xenofobia (ibid. p. 186).

Quanto ao localismo, Coelho (1997 p. 242) designa na pós-modernidade, uma tendência de retorno ao particular, ao pequeno e ao diferente em posição ao universal, ao grande e ao igual ou o que há de constante.

É a fragmentação do mundo

⁶ Imaginário é um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determinantes. Coelho 1997, p.213.



contemporâneo que abre que se expressa conceitualmente por um processo de heteroginização caminhando em sentido oposto a homogeneidade promovida pelo pensamento moderno e que tinha por consequência a eliminação do particular que o localismo procura recuperar. O local é um espaço vivido, experiencialmente, como responsável pelo efeito de mundo, e simbolicamente (teatralizado), através de obras de cultura (como efeito de discurso); em contraste o não local é um espaço imaginário, vivido de modo duplamente mediado: simbolicamente e a distância. É esse lugar que investido por uma imagem coletiva, adquire uma função de matriz: dá origem e preserva uma cultura e uma coletividade. Não é um mero terreno ou conjunto de fronteiras físicas, mas um “estado de espírito”. O localismo opõe-se, na atualidade à globalização, com a qual constitui um par de elementos em tensão a cuja volta se tece – ou se esgarça – o tecido social ou, na expressão preferida pelo pensamento pós-moderno, o tecido comunitário. O localismo em política cultural é entendido como indicio que aponta para o papel que o afetual representa nas

relações entre indivíduos mediados ou não pelas obras formais de cultura. Diferentes programas de ação cultural desenvolvem-se no sentido de oferecer uma possibilidade de ligação ou religação afetual do indivíduo e sua cidade e entre os próprios indivíduos. (ibid p. 242/243)

Coelho aponta ainda que em questão a globalização, são os aspectos comportamentais que as políticas culturais vêm lidando na forma de problemas. As soluções que procuram dentro do âmbito que lhe compete, acabam ocorrendo nas experiências dos centros culturais independentes.

Os Centros Culturais Independentes será a função de cada Ponto em sua comunidade. onde através das atividades culturais poderão oferecer uma possibilidade ou religação afetual do indivíduo e sua comunidade, cidade e entre os próprios indivíduos.

Mario Pedrosa apostou que a próxima revolução seria a da estética.

Guattari (1993, p 116) viu nas artes uma grande contribuição para

a ecologia virtual e ecosofia, do qual acredita “agirá como ciência dos ecossistemas, como objeto de regeneração política, mas também como engajamento ético, estético, analítico, na iminência de criar novos sistemas de valorização, um gosto pela vida, uma nova suavidade entre os sexos, as faixas etárias, e as etnias [...]”

Foucault (Ortega 1999, p.171) pergunta nas suas reflexões sobre a ética e a amizade em busca da experimentação de novas formas de vida e de comunidade: Como produzimos uma existência artística?

Desta forma, baseado na política da amizade e da solidariedade apontada na experiência da Descentralização da Cultura de Porto Alegre, do qual vimos ser a arte e a criatividade capaz de fomentar novos intercâmbios e territórios de criticidade, participação social e construção de novas redes sociais de ação cultural para a mudança, como nos aponta Freire (1980); e a partir das reflexões dos autores acima, pode-se perguntar: Serão os Pontos de Cultura, através de suas atividades artísticas e culturais capazes de fomentar a solidariedade horizontal, de que fala Santos (2001 p.85) nos territórios de suas comunidades e no território – rede? Esta solidariedade das horizontalidades será um espaço de “vocalização solidária” (ibid, p.111), capaz de construir laços de resistência aos atores hegemônicos do processo de globalização capitalista, que permite através dos Pontos e da Rede Cultura Viva “ser um aporte da vida, uma parcela de emoção que permite aos valores representar um papel” (ibid, p.111)?

Cabe ainda outra questão: A partir das trocas de experiências entre os Pontos, se esta for utilizada como uma forma sistêmica do conhecer global de uma forma crítica e política, poderá promover o que Santos (Santos 1999, p.116) diz sobre a existência “ser produtora de sua própria pedagogia?”.

Assim, ao investigar como se desenvolverão os Projetos Pontos de Cultura, no espaço local - espaço geográfico de sua comunidade, bem como, no diálogo com a Rede Cultura Viva, investigando como os conceitos de território e territorialidade, se constituem a partir do espaço “geração ambiência” promovida nos Pontos a partir de sua ação cultural, e das possíveis “hermenêuticas instauradoras” que se originam nestes espaços, verificando também de que forma estas se constituem e dialogam com a rede, organizam-se para a sustentabilidade, compreendem a relação local/global, o objetivo desta pesquisa é compreender quais são as singularidades que os Pontos de Cultura da região sul, articulam o processo de construção da Rede Cultura Viva da Região Sul.

E a partir da experiência dos Agentes Cultura Viva, de que forma as experiências educativas de ação cultural vividas pelo projeto contribuem para a compreensão territorial, ampliam o engajamento local, proporcionam novas ações culturais e novos diálogos com a cidade.

A partir das reflexões já apontadas anteriormente neste projeto, ao investigar o desenvolvimento dos Projetos dos Pontos de Cultura nos seu espaço local - espaço geográfico de sua comunidade,



bem como no diálogo com a Rede Cultura Viva, ao investigar como os conceitos de território e territorialidade se constituem a partir do espaço “Geração de Ambiência” promovida nos Pontos de Cultura a partir de sua ação cultural. E ao verificar quais são as “hermenêuticas instauradoras”, que ao se organizarem nestes espaços território-local (comunidade) e território-rede, promovem um “agenciamento de futuro”, o objetivo geral desta pesquisa é compreender no período de investigação da mesma, quais são os elementos agenciadores na troca dos Pontos de Cultura que constituem a Rede Cultura Viva da Região Sul? Considerando estes elementos agenciadores a serem identificados na troca entre os Pontos de Cultura, nas Gerações de Ambiências, nas Hermenêuticas Instauradoras, são eles capazes de promover a consciência territorial em diálogo com a compreensão da identidade?

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DORNELES, Patrícia. Arte e Cidadania - Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular em porto Alegre - Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC - 2001.PPGE [Dissertação de Mestrado]

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pedagogia do Oprimido. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GUATTARI, Félix. Caosmose. Um novo paradigma estético. Tradução por Ana L. de Oliveira e Lúcia C. Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ORTEGA, Francisco. Amizade e estética da existência em Foucault. Rio de Janeiro: Grall, 1999.

REGO, N; SUETERGARAY D; HEIDRICH A (orgs.). Geografia e Educação Geração Ambiências. Porto Alegre Ed. UFRGS 2000. PoA /RS

REGO N; Aigner C; Pires C; Lindau H (orgs). Um pouco do Mundo cabe nas Mãos Geografizando em Educação o Local e o Global Ed UFRGS. 1ª ed. 2003 PoA /RS.

SANTOS M. Por uma outra globalização - do pensamento único á consciência universal Ed. Record. Rio de Janeiro 2001. Da totalidade ao Lugar – Edusp.2002 – São Paulo. A Natureza do Espaço – Tempo, técnica, razão e emoção. Ed. Hucitec. 3ª ed. São Paulo. 1999



AUTONOMIA ENQUANTO VALOR INALIENÁVEL PARA UMA NOVA CULTURA POLÍTICA NO BRASIL



ALICE PIRES DE LACERDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Uma relevante característica do Programa Cultura Viva, especialmente do Projeto Pontos de Cultura, é a inversão da lógica de investir recursos aonde há carência e passar a investir aonde há potência criativa, apostando em iniciativas que já existem nas localidades, enquanto organismos pulsantes e vascularizados, que irradiam cultura pelas veias das comunidades. Acredito ser este um avanço no caminho da construção da cultura da autonomia no âmbito da sociedade civil, pois, independente do convênio com o Ministério, esses grupos sempre foram Pontos de Cultura. Porém, não podemos fechar os olhos para outra cultura presente na nossa história política, construída por processos históricos que marcaram a relação entre Estado e sociedade no país por práticas como assistencialismo e paternalismo, configurando uma relação de dependência entre sociedade e Estado, sendo este último o provedor das carências

do povo. Além disso, o Estado desempenhou, ao longo da história brasileira, o papel de reprimir e tolher todo e qualquer viés de caráter autônomo que emanasse do tecido social.

Para que se proponha uma mudança na relação estabelecida entre Estado e sociedade é preciso redefinir as atribuições e funções do Estado, passando esse a ser entendido pela sociedade enquanto instância organizacional originária na própria sociedade para servi-la, potencializando a sua capacidade de desenvolvimento e organização e equalizando o acesso aos direitos humanos e civis de seus membros.

Assim, o repasse de recursos públicos pelo governo federal a iniciativas da sociedade organizada não pode representar uma ameaça a autonomia desses grupos, configurando-se como dependência financeira nem submissão política. Os Pontos de Cultura precisam desenvolver seus posicionamentos e aspirações políticas independente da relação estabelecida com o governo, seja ele de quaisquer das três esferas, mediante convênio ou não.

Essa mudança de paradigma político passa, inevitavelmente, pelo desafio de transformar políticas culturais de governo em políticas culturais de Estado, reforçando, dentre outras coisas, a autonomia dos grupos sociais diante das oscilações de mandatos. Esse processo de construção de uma nova relação entre Estado e sociedade requer uma compreensão ampliada de política, contemplando gestões compartilhadas a exemplo das experiências de Orçamentos Participativos, inclusive.



Mesmo sendo os Pontos de Cultura iniciativas que antecedem o estabelecimento do convênio com o poder público, não podemos descartar o fato de que os recursos aportados nesses grupos potencializam suas ações, passando a ampliar a visibilidade das iniciativas não só no cenário local, mas também no cenário nacional, proporcionando às comunidades onde atuam experiências inéditas ou até mesmo a manutenção de tradições. Por isso mesmo, não podemos reduzir o repasse de recursos realizados pelo Ministério a um fator circunstancial, já que esses recursos representam, muitas vezes, a sustentabilidade de muitos projetos em curso.

Essas reflexões me acometeram enquanto eram apresentados alguns dados preliminares da pesquisa empreendida pelo IPEA junto aos Pontos de Cultura em todo Brasil, na ocasião do Seminário realizado pelo Ministério da Cultura na Fundação Casa de Rui Barbosa no último mês. Fiquei me questionando o quanto dessa cultura subserviente ainda está impregnado na sociedade brasileira e como ela pode interferir nos

resultados de pesquisas como essa.

A pesquisa realizada pelo IPEA é de inegável importância para o desenvolvimento do próprio Programa, além de ser uma base avaliativa para as políticas culturais empreendidas pela atual gestão de uma forma geral. Porém, não podemos olvidar de que essa pesquisa foi solicitada pelo mesmo órgão que seleciona os projetos e realiza o repasse de recursos aos Pontos de Cultura selecionados, o Ministério da Cultura.

Fico me perguntando se os entrevistados, gestores dos Pontos de Cultura conveniados ao MinC, ao responderem as questões colocadas pela pesquisa, não se perguntaram (assim como eu) se suas respostas influenciariam na tomada de decisões quanto a continuidade dos repasses de recursos por parte do poder público. A forma como a atual gestão vem conduzindo o Programa Cultura Viva aponta para uma provável negação desse questionamento, mas se pensarmos que esses dados servirão de referência para gestões vindouras, talvez a cautela seja necessária.



Muitas das questões colocadas a esses gestores pela pesquisa do IPEA tiveram como objetivo sondar o nível de apropriação, por parte dos Pontos de Cultura, dos valores que norteiam e baseiam o Programa Cultura Viva: autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão em rede. Podemos supor que muitas das respostas supervalorizaram os processos de incorporação desses valores, seja pelo entusiasmo individual do gestor, ou até mesmo pela intimidação causada pela pesquisa e sua possível vinculação a futuras seleções de renovações de convênios com o Ministério, prática comum haja vista a estreiteza dos recursos da pasta.



Entendo que para compreender as transformações estruturantes que esses valores operam no tecido social é preciso, antes de tudo, fomentar, fortalecer e difundir a autonomia enquanto condição sine qua non.. Sem autonomia, as noções de empoderamento, protagonismo e gestão em rede tornam-se fora propósito em qualquer projeto político que se proponha emancipatório.

PROGRAMA CULTURA VIVA, A AÇÃO CULTURA DIGITAL E O DESAFIO DA GESTÃO EM REDE



HANAYANA BRANDÃO G. FONTES
LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O Programa Cultura Viva, surge como uma política de governo que objetiva fomentar a cultura, em suas mais diversas formas, origens e manifestações, promovendo a formação artístico-cultural dos brasileiros, através do apoio aos núcleos culturais, localizados, principalmente, em comunidades populares, no desenvolvimento de uma vida cultural intensa, compartilhada e diversificada. Instituído em julho de 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, o Cultura Viva, tem como objetivo promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, garantir o direito a cultura aos cidadãos brasileiros e fazer da cultura uma economia ativa e capaz são algumas

das diretrizes que norteiam o Programa. Como o próprio Ministro Gilberto Gil declarou em seu discurso de posse "...se o povo sabe o que quer, ele também quer o que não sabe" (MINC, 2005, p.40), portanto, o programa Cultura Viva é antes de tudo um projeto de empoderamento do povo através do conhecimento de suas potencialidades, da troca de experiências culturais, da descoberta do novo e da consagração da tradição.

As propostas do Programa Cultura Viva se materializam através das suas ações, sendo a ação prioritária do Programa o Projeto Pontos de Cultura que articula todas as demais ações. O MinC concebeu o Projeto Pontos de Cultura como um mediador entre estado e sociedade, referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Este projeto consiste no fortalecimento de grupos e iniciativas culturais já existentes nas comunidades urbanas e rurais do país, através do apoio do MinC a grupos e iniciativas sob forma de repasse

de recursos financeiros e técnicos, suporte institucional e facilitação das ações de trocas de informações e intercâmbios entre as diferentes comunidades e suas manifestações.

Atualmente, existem mais de 2 mil pontos de cultura pelo Brasil, espalhados por todos os estados do país, localizados nas capitais e nos municípios do interior. O projeto caracteriza-se pela transversalidade do tema da cultura e por uma gestão compartilhada entre poder público e comunidade, sendo cultivados valores como autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede nessa relação.

O Projeto Pontos de Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva, é considerado por alguns autores a sua “[...] principal ação, através do qual o MINC apóia projetos culturais promovidos pela sociedade civil selecionados por Editais públicos”. (BARBALHO, 2007, p. 54). Para Rubim (2009), os Pontos de Cultura representam o exercício de descentralização das atividades do Ministério sendo fundamental para capilarizar a atuação ministerial. Para que essa capilarização

visualizada por Rubim (2009) seja efetivamente conquistada, não se pode perder de vista as dimensões territoriais do nosso país nem, tão pouco, a complexa diversidade de expressões, grupos e manifestações culturais com suas demandas e necessidades específicas. Para tanto, o MinC planeja alcançar essa robustez, capaz de dar conta dos desafios brasileiros, tais como extensão territorial, diversidade cultural e desigualdade de oportunidades, através da Ação Cultura Digital, dentre outras iniciativas.

A Ação Cultura Digital, em consonância com o Programa Cultura Viva e o Projeto Pontos de Cultura, utiliza-se, desde sua origem, de conceitos da cultura hacker, tais como: liberdade, colaboração, compartilhamento e generosidade intelectual, baseando sua estrutura informacional em um modelo horizontal e multilateral, com diversos emissores e receptores, quebrando a lógica do monopólio da emissão dos grandes meios de comunicação. Essa nova forma de perceber e utilizar as tecnologias possibilita, segundo Bandeira (2009, p.12), “o compartilhamento de informações e a instataneidade na sua difusão, os trabalhos colaborativos, bem como um reordenamento dos fluxos comunicacionais”, que assim “vêm promovendo um entrelaçamento tanto das culturas quanto de suas formas de produção e organização.”. Nas palavras do ex-ministro Gilberto Gil: [...] O digital responde a uma mudança de paradigmas maior, a uma mudança cultural muito ampla. Rede, conexão e compartilhamento são características desse novo

momento em várias áreas, e não apenas na tecnologia de comunicação. (GIL apud Almanaque Cultura Digital Colaborativa e Livre, s/d)

Um dos braços estratégicos da Ação Cultura Digital é a adoção, tanto ideologicamente quanto operacionalmente, no âmbito do projeto, dos Softwres Livre, enquanto uma das condições primordiais para o efetivo processo de democratização da produção, circulação e fruição dos conteúdos culturais pela sociedade brasileira. Acompanha esse posicionamento do Ministério outra postura marcadamente de caráter paradigmático que é a noção de direitos autorais flexibilizada, tomando como parâmetro a proposta do Creative Commons.

Porém, o posicionamento favorável do Governo ao uso e expansão dos Softwares Livres no país, aliada a noção flexibilizada de direito autoral, esbarra numa forte oposição de setores da sociedade que representam os interesses das indústrias culturais nacionais e transnacionais. O coordenador da Ação Cultura Digital, José Murilo, em entrevista concedida ao Blog Cultura e Mercado declarou ser necessário garantir possibilidades de usos legítimos da internet, estando otimista com uma outra abordagem da discussão da regulação da internet no Brasil que não seja a criminalização mas por uma discussão acerca de possibilidades de usos e de direitos de usuários de rede, que assegure a rede como um ambiente de colaboração criativa.

Outra esfera estratégica do Programa Cultura Viva, que aponta na direção de uma articulação

nacional dos Pontos de Cultura é a TEIA – Encontro Nacional de Pontos de Cultura. Além de acontecer no ciberespaço, através de fóruns de discussão, blogs e portais compartilhados e construídos coletivamente pelos Pontos de Cultura, a TEIA compreende encontros presenciais desses Pontos para troca de experiências, intercâmbios culturais e avaliações conjuntas das ações do Programa que tem como filosofia abarcar o máximo de iniciativas culturais no território nacional em uma rede de relacionamento solidário, troca de conhecimento e mobilização social.

Embora tenha no MinC um dos facilitadores e engenheiros da estrutura da Rede, a TEIA é uma estratégia desenvolvida e utilizada pelos Pontos de Cultura, pois como bem expressa Turino (2006) “Com isso vamos compondo a rede, ou melhor, tecendo a rede. E de uma forma diferente, mudando a tradicional relação entre Estado e Sociedade; no lugar de concentrar, liberar energias; no lugar de impor, dispor”. Assim, os Pontos de Cultura constroem seu próprio espaço de expansão e penetração mútua, ampliando o raio de atuação e difusão de suas produções culturais, bem como o seu acesso aos processos criativos de seus pares, afinal “a cultura das redes digitais, portanto, potencializa a ação individual e desestabiliza os operadores tradicionais da difusão cultural e do conhecimento, estabelecendo novos expedientes para a ciência e tantos outros desafios para a humanidade.” (BANDEIRA, 2009, p.13)

Porém não podemos nos esquecer de que toda rede social, por melhor



uso de tecnologias que faça, são perpassadas pelas mesmas dinâmicas que permeiam o tecido social, ou seja, o poder hegemônico também possui suas estratégias de infiltração e gerenciamento em ambiente de rede, podendo, inclusive, se estabelecer, mais uma vez, enquanto discurso e prática dominantes.

Certamente que problemas existem em algumas etapas do Projeto Pontos de Cultura e na Ação Cultura Digital como, por exemplo, a restrita equipe do Ministério, precariedade de infra-estrutura básica para instalação dos estúdios multimídias e a própria resistência ao uso de software livres, dentre outros. Porém, essas dificuldades não tiram o mérito e pioneirismo da gestão Gilberto Gil à frente do MinC, conduzindo políticas culturais que contemplam a diversidade de públicos e suas expressões culturais, construindo caminhos para a democracia cultural, sob forma do fomento a produção, fruição e distribuição da cultura no país, proporcionando a utilização das ferramentas tecnológicas digitais criativa, mas também crítica, e estimulando a colaboração e compartilhamento em rede.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Messias G. A Hiperfídia e as Novas formas de se produzir e experimentar a cultura. www.messias.art.br

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Coleção CULT. Salvador. EDUFBA, 2007. p. 37-60.

GIL, Gilberto. Uma nova política cultural para o Brasil. Revista Rio de Janeiro, n.15, jan.-abr. 2005 Rio de Janeiro. p.103-110 p. 108.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Almanaque Cultura Digital Colaborativa e Livre. Brasília, s/d. RUBIM, Antônio Albino Canelas. Painel 13 - Cooperação cultural Ibero-americana como fator de coesão social (apresentação oral). II Congresso de Cultura Iberoamericana. São Paulo, 02 de outubro de 2009.

TURINO, Célio. Teia cultura promove a união em torno da arte. São Paulo. 2006.







CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA

LILIANA SOUSA E SILVA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A atual gestão do Ministério da Cultura reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural, considerando três dimensões interdependentes da cultura: a dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais; a cultura como cidadania, direito assegurado na Carta Magna, nas Declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano; a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda.

A visão de que a capacidade transformadora da cultura deve envolver mudanças simbólicas na vida cotidiana da população, fez com que os programas do Ministério da Cultura buscassem aproximar-se do dia-a-dia dos brasileiros e do que ocorre nas comunidades locais, ou seja, em campos de formação de valores, práticas sociais solidárias e redes de cooperação. A opção por um conceito ampliado de cultura vem

configurando uma política cultural que não se resume ao fomento das artes e do patrimônio cultural, mas que busca estender-se ao plano do cotidiano, considerando que diversas experiências culturais podem ser valorizadas, desenvolvidas ou colocadas como alternativas disponíveis ao conhecimento e à apropriação de diversos segmentos sociais.

Nas últimas décadas, com a consolidação democrática no país, temos assistido a uma valorização crescente da participação da sociedade civil nos processos de gestão da coisa pública, o que envolve relações mais horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação. Ao discutir a questão da participação da sociedade civil nas esferas públicas, Maria da Glória Gohn (2004) alguns pressupostos gerais:

Uma sociedade democrática só é possível por meio da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados. As mudanças sociais não ocorrem apenas por meio da participação no plano local; mas é a partir do

plano local que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade mais ampla.

É no plano local que se concentram as energias e forças sociais da comunidade e onde as experiências ocorrem; é no local que os indivíduos adquirem autoconfiança para superar suas dificuldades.

É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população. Mas esse poder local não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais.

Neste contexto de valorização da participação da sociedade civil na esfera pública, as noções de autonomia, empoderamento e protagonismo assumem destaque especial. Segundo Gohn, o empoderamento da comunidade relaciona-se a processos que possam gerar um desenvolvimento autosustentável, com a mediação de agentes externos, que são atores fundamentais na organização e no desenvolvimento dos projetos. O significado de empoderamento não tem um caráter único: pode tanto referir-se ao processo de mobilização e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora progressiva de suas vidas –, como pode referir-se a ações destinadas a promover a pura integração dos excluídos em sistemas precários que, de fato, não contribuem para organizá-los.

Peter Oakley e Andrew Clayton entendem empoderamento como “poder nas mãos dos atores sociais”, podendo ser relacionado

à participação (desenvolvimento participativo); à democratização (meio para fortalecimento da sociedade civil e das organizações comunitárias); ao desenvolvimento da capacidade (compromisso com o fortalecimento das instituições da sociedade civil para negociar melhor com outros stakeholders); à melhoria das condições econômicas (inclusão e controle; melhores oportunidades de geração de emprego e renda); ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos (aumento de sua autoconfiança; expansão dos horizontes pessoais).

Ao adotar como conceitos estruturantes o empoderamento, a autonomia e o protagonismo, o Programa Cultura Viva pretende apoiar ações que contribuam para o fortalecimento de grupos e indivíduos que atuem no universo das artes e da cultura, o que pode ocorrer de diversas formas. Pode ser pela garantia do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, ou pela potencialização das capacidades expressiva e criativa, na perspectiva anotada por Montesquieu de ‘ampliação da esfera de presença do ser’. Pode passar também pela ampliação da capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural, atualizando-se as tradições culturais locais e adaptando-as às necessidades contemporâneas da comunidade. Ou pelas oportunidades de sustentabilidade financeira e de desenvolvimento técnico dos grupos, ao incorporar novas relações, ao incrementar sua capacidade de estabelecer parcerias e agregar diferentes atores sociais (públicos ou privados). Ou, ainda, pelas possibilidades de identificação de demandas culturais locais, assim como pela



criatividade e flexibilidade para o atendimento dessas demandas ou a resolução de problemas. Também pela ampliação dos canais de participação da comunidade nos processos sociais e políticos, assim como na participação nas decisões sobre o fazer cultural local e municipal. Também pela participação dos cidadãos na formulação, monitoramento e implementação das políticas públicas.

Esses conceitos convergem para uma visão de gestão que pode ser relacionada ao conceito de ação cultural, que, na acepção de Francis Jeanson, remete à criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem sujeitos da cultura. Para Teixeira Coelho (2001), a ação cultural é um processo com um início claro, mas sem um fim específico, portanto, sem etapas intermediárias pelas quais deva necessariamente passar. Na ação cultural, o agente dá início a um processo cujo fim não prevê e não controla. Em suas palavras:

“O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se

apossuem de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta”.

Assim, a gestão no Programa Cultura Viva, além de compartilhada entre governo e sociedade civil, envolvendo diversos atores, órgãos e instituições, poderia assumir como um dos princípios norteadores a criação de condições para que as pessoas inventem seus próprios fins culturais.

BIBLIOGRAFIA

OAKLEY, P. & CLAYTON, A. Monitoramento e avaliação do empoderamento. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

COELHO NETTO, Teixeira Coelho. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 42.

MONTESQUIEU, Charles L. de. Ensaio sobre o gosto. São Paulo: Iluminuras, 2005. [Tradução e posfácio de José Teixeira Coelho Netto]



INTERAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A GESTÃO COMPARTILHADA E EM REDE NA AÇÃO GRIÔ NACIONAL

JULIANA LOPES
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

O presente artigo tem por objetivo colaborar para a revisão da compreensão do conceito de gestão compartilhada e gestão em rede do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva a partir da pesquisa realizada no ponto de cultura da Associação Grãos de Luz e Griô, localizada na cidade de Lençóis – BA, e

seu desdobramento por meio do programa nacional Ação Griô desenvolvido em parceria com o Ministério da Cultura.

O convite do Ministério da Cultura à Associação Grãos de Luz e Griô para criar e gerir um programa nacional teve como pressuposto o interesse pela metodologia social da Pedagogia Griô elaborada e desenvolvida pela ONG. Podemos dizer que a participação de atores sociais na formulação

e implementação de políticas públicas de cultura apresenta novas dinâmicas de interações entre o poder público e a sociedade civil. A metodologia da ONG teria agregado novos conceitos ao Programa Cultura Viva tais como a relação escola e comunidade, a discussão do conceito e de uma identidade griô, a construção de uma política afetiva nos processos de educação formal com professores e estudantes e o reconhecimento e participação de

griôs e mestres de tradição oral na educação.

O reconhecimento e convite feito pelo Ministério da Cultura à organização da sociedade civil apresenta um importante caráter de inovação na formulação e implementação das políticas públicas de cultura no Brasil. Porém, o conflito entre Estado e terceiro setor, permanece tendo em vista o tempo restrito de um governo para a elaboração e

execução de políticas públicas e a necessidade da implementação e do atendimento em escala na sociedade.

A parceria da Associação com o Poder Público chama a atenção para a relação contemporânea entre Estado e terceiro setor.⁷ A gestão compartilhada ou gestão associada seria aquela que ocorre em espaços de empreendimento conjunto entre Estado e a sociedade civil, sendo consequência do processo de abertura do Estado em virtude de sua própria crise. Essa crise aconteceria em dois aspectos: seria resultado da debilitação do Estado-Nação diante do avanço da globalização e das pressões externas de caráter-internacional, mas também é produto da derrubada do arcabouço de produção e serviços do Estado do Bem- Estar Social (NEIROTTI E POGGI, 2005, p. 53).

A Ação Griô Nacional tem como missão “Fortalecer a ancestralidade e a identidade do povo brasileiro por meio do reconhecimento do lugar político sociocultural e econômico de griôs e mestres de tradição oral na educação” (Nação Griô – O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro, 2009). O programa é dividido nacionalmente em sete regionais, intituladas “redes regionais de transmissão oral” articuladas e mobilizadas por pontos de culturas e griôs aprendizes regionais, assessores pedagógicos e parceiros/ produtores.

O conceito de gestão em rede é vivenciado por 130 organizações da sociedade civil, 650 griôs e mestres de tradição oral, 600 instituições de



educação e cultura e 130.000 estudantes por meio de ações que proporcionam o encontro presencial entre seus agentes em nível regional e nacional, visando garantir a circulação e a troca de conhecimentos, valores e a avaliação permanente do desenvolvimento do projeto. Importante dizer que todas as decisões são definidas coletivamente em fóruns virtuais por meio da troca de emails e formulação de documentos entre a Comissão Nacional dos Griôs e Mestres, mobilizadores regionais e a coordenação nacional.

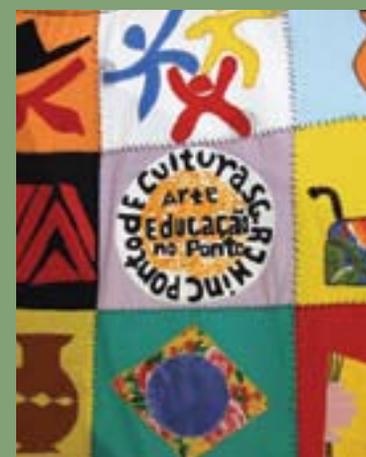
Atualmente esta rede enfrenta o desafio de garantir maior autonomia para as regionais – em termos de auto-financiamento e sustentabilidade – e trabalha na formulação e mobilização da Lei Griô com o objetivo de produzir impacto na esfera pública e consolidar uma política valorizadora dos saberes de tradição oral em espaços formais de educação. A consolidação de um projeto de educação e tradição oral em âmbito nacional, formulado e articulado pelas bases

sociais, pode vir a inaugurar novas perspectivas para as formulações acerca do Patrimônio Imaterial, no que tange à garantia das condições para a transmissão às novas gerações de saberes e fazeres.

BIBLIOGRAFIA

PACHECO, Lílian e CAÍRES, Marcio (Org.). Nação Griô – O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro. 1. ed., Grão de Luz e Griô, Lençóis/BA, 2009.

PINSKY, Jaime e Carla Pinsky. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. Revista Ação Griô Nacional 2007. Associação Grãos de Luz e Griô. Lençóis, Bahia.



Cultura Viva.

O desenvolvimento destas características propicia a sustentabilidade onde as comunidades poderão optar por alternativas econômicas que permitam a manutenção das suas formas de viver e das atividades impulsionadas pela ação Pontos de Cultura. Dentre estas alternativas se encontra o turismo que, para se desenvolvido de forma sustentável em comunidades como as relacionadas aos Pontos de Cultura, necessita que estes grupos “sejam donos de si”, ou seja, sejam autônomos e conscientes no sentido de decidir como o turismo deve ser organizado de forma a trazer benefícios para a comunidade.

Além disto, a identificação destes grupos como Pontos de Cultura e a gestão em rede difundida pelo programa podem facilitar a identificação destas comunidades pelos gestores do turismo e propiciar o desenvolvimento de roteiros turísticos entre os Pontos. A gestão em rede propicia também o intercâmbio de informações que pode ser de grande importância para o compartilhamento das experiências voltadas ao turismo e o fortalecimento de suas ações, podendo gerar representações que atuem no diálogo com as políticas do turismo.

BIBLIOGRAFIA

COOPER, C. et al. Turismo, princípios e práticas. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
DIAS, R. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMES, M.E. Reflexões acerca turismo e cultura. Revista Espaço Acadêmico. Ano VII, N° 73, jun. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/073/73gomes.htm> Acesso em: 15 dez. 2007.

TURISMO CULTURAL E PONTOS DE CULTURA- ONDE SE ENCONTRAM?

SOFIA ARAUJO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA

Turismo e cultura estão intrinsecamente ligados, pois sendo a motivação ou não do turista conhecer os aspectos culturais de uma destinação, ele terá contato inevitável com a cultura local estando esta presente nas edificações, nos hábitos dos residentes, na organização econômica e social, no idioma, nos costumes, enfim, em todas as características criadas pelos habitantes da localidade visitada. Porém, entre os diversos tipos de turismo encontra-se o turismo cultural que se distingue dos outros, segundo Gomes (2007, p.1), pelo: **interesse na obtenção de novas informações, conhecimentos, o encontro com outras pessoas, comunidades e lugares, a fim de se conhecerem os costumes, tradições, enfim, a identidade cultural do local visitado. [...] compreende a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais [...].**

Este tipo de turismo se diferencia

dos demais tipos por ter como principal motivação conhecer os bens culturais sejam eles materiais ou imateriais expostos por uma determinada localidade.

As tendências do turismo para as próximas décadas apontam que os turistas buscarão por uma maior interatividade, procurando se envolver com a realidade do lugar que visitam, assim irão preferir conhecer destinos turísticos onde as culturas locais estejam preservadas, como uma corrente diferenciadora da uniformização de culturas causada pela globalização (DIAS, 2003).

O turismo pode trazer benefícios para localidades, dentre os quais se incluem: geração de emprego e divisas, desenvolvimento regional, resgate e conservação do patrimônio cultural. Porém, esta atividade pode ocasionar também impactos negativos, como por exemplo, a espetacularização de manifestações artísticas ou rituais. Por outro lado, a visitação ao contexto de criação dos grupos (sedes, terreiros, comunidades, etc) pode ocasionar alterações no modo de vida e nas manifestações culturais (COOPER et al., 2001).

Diante desta realidade, vem-se estudando formas de como transformar a cultura em produto, trazendo benefícios para a própria comunidade. A utilização de culturas tradicionais como atrativos turísticos, no Brasil, ainda ocorre ocasionando impactos negativos nas culturas locais como referido acima. Isto ocorre porque o turismo é, muitas vezes, implementado nessas comunidades sem a devida participação das mesmas. As comunidades não se tornam protagonistas das ações turísticas desenvolvidas, pois são ações onde não se respeitam a dinâmica própria da comunidade e não a incluem nos processos de planejamento da atividade turística no local.

A ação Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, atuando com os princípios de autonomia, empoderamento e protagonismo fortalecem grupos tradicionais que tenham vocação turística. Este fortalecimento ocorre através do respeito à dinâmica própria do local, das transferências de responsabilidades e da ativa participação dos grupos no desenvolvimento do programa



CONTRIBUIÇÃO AO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

VICTOR NEVES DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Uma avaliação do Programa Cultura Viva, no sentido de adquirir dimensão históricoprocessual e um maior nível de concretização, deveria chamar à atenção um aspecto que envolve, influenciando decisivamente em seu direcionamento, a política pública para a área da cultura nos dias de hoje, e não só no Brasil. É a noção, que se espalha e se consolida em todo o mundo, de que não só existe uma “economia da cultura” com forte potencial mercadológico e que carece, para se desenvolver em sua plenitude, de iniciativas de parceria entre o “Estado e a sociedade civil” – como apregoado, por exemplo, pela UNESCO –, como, ainda, de que esta matriz econômica tem função mais abrangente.

Ela, associada às outras dimensões específicas da cultura, é considerada um vetor fecundo para, nos países “em desenvolvimento” (assolados por ondas de violência urbana, pela desigualdade na distribuição de renda, pela pobreza de amplos segmentos da população, pelo desencanto com a política e com os políticos), constituir (afora a repressão policial, é claro) um componente na promoção da “coesão social” e, com esta, da possibilidade de “desenvolvimento”.

O problema é que tudo indica que as propostas neoliberais contemporâneas, subseqüentes ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social (que no Brasil sempre foi incipiente), contemplam, além da “coesão” a resultar da

“solidariedade”, uma crescente penalização das chamadas “classes perigosas”, configurando a constituição de verdadeira hipertrofia da dimensão penal do Estado. Estas dimensões da coerção e do consenso na manutenção do status quo têm andado indissociavelmente juntas. O interessante – tanto mais interessante quanto mais paradoxal – é que algo que poderíamos chamar sem forçar a mão em demasia de “nova política cultural brasileira”, materializada no Programa Cultura Viva (e que poderíamos considerar a causa primeira do fortalecimento do MinC no governo Lula) pode se articular, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização de políticas públicas – seletividade do público-alvo combinada a transferência da gestão / administração dos recursos públicos à iniciativa privada – e com a nova-velhíssima noção de “instituições privadas de interesse público”. Tal noção parece se relacionar a pretendida re-significação do termo autonomia nos marcos do pensamento neoliberal, que a transforma, de palavra de ordem do movimento social combativo, em simples transferência de responsabilidades do Estado para a “sociedade civil”.

A articulação aludida nos fornece uma hipótese a partir da qual temos refletido, que é a de que os Pontos de Cultura guardam uma ambigüidade intrínseca.

Considerando a necessária transversalidade e inter-setorialidade ao avaliarmos políticas públicas, parece que o mesmo Programa, articulando-se com um conjunto de políticas que caminhe em direção a uma



ampliação dos direitos sociais, pode ter potencializada sua face de interessantíssima política pública capaz de liberar as mais pulsantes energias culturais presentes em nossa sociedade. Entretanto, com a orientação do governo permanecendo qual está – ou se aprofundar-se a orientação que acentua os mecanismos coercitivos do Estado face às possibilidades de consenso baseadas na ampliação da democracia (ampliação esta que passa por garantia dos direitos sociais, socialização da política e da propriedade) –, o mais provável é que comece a manifestar-se a tendência a um possível engessamento e à institucionalização dos Pontos.

Nesta situação, os Pontos de Cultura poder-se-iam tornar um tipo de clientela tendencialmente permanente do MinC, num processo de “focalização contra a focalização”, situação esta que empanaria as belas possibilidades que uma iniciativa como o Cultura Viva permite que se desenvolvam – e que representaria algo como a negação mesma, na prática, da autonomia dos Pontos.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA



EDUARDO GOMOR DOS SANTOS
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Com a Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora, o Programa Cultura Viva comporta-se como uma rede horizontal de produção, articulação e disseminação de iniciativas culturais. Como o próprio nome incita, transforma-se num organismo vivo, e sua definição metodológica e conceitual tende a se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. O programa aposta na potencialização do que já existe, apresentando inclusive uma perspectiva de repensar o Estado e suas definições e funções, permitindo que por suas portas entrem novos e tradicionais sujeitos sociais, dividindo espaços e possibilidades, partilhando poder e conhecimento.

A gestão do Programa articula-se na concepção da promoção da autonomia, do protagonismo e do empoderamento dos sujeitos sociais. O início do caminho já se mostra mais favorável, com o Ministério da Cultura dizendo quanto pode oferecer e os movimentos sociais, no sentido de terem nascido na sociedade, dizem como e em que poderão utilizar tais recursos. A questão da autonomia é um ponto fundamental na relação Ponto de Cultura – comunidade e vai se fortalecer no processo relacional com seus pares, sejam outros Pontos de Cultura, na interação com a autoridade sociedade-Estado e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.

O posicionamento do Estado com relação à sociedade civil também

se altera profundamente com esse tipo de gestão compartilhada. A coordenação do Programa precisa definir um modelo de gestão que seja flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura. E nessa forma de “subversão estatal”, de compartilhar poderes com novos sujeitos sociais, o Estado ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou; e não se enfraquece (quando acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato (BRASIL, 2004; p. 33). Diferentemente dos marcos do liberalismo, que entende “cultura como bom negócio”, e do iluminismo, em que se deve “levar luzes à inculta massa”, o programa busca o protagonismo das organizações sociais, na medida em que essas são reconhecidas como sujeitos de suas práticas, interventoras de suas realidades sociais e que devem influenciar as políticas públicas. Por outro lado, o protagonismo é abafado quando as políticas não reconhecem a criação cultural da paneleira de Goiabeira do Espírito Santo ou do mestre dos brinquedos do Vale do Jequitinhonha, excluindo-os de pronto de seus objetivos ou, no máximo, tratando-os como folclore ou como expressões “simples” da cultura.

Nessa ótica, que tem a matriz da cultura vinculada ao conceito de civilização, a cultura passa a ser pensada como o meio pelo qual se mede o “desenvolvimento” e o “progresso”, com parâmetros de









reconhecimento e validade para algumas manifestações culturais e não para outras, deixando incompleto o patrimônio cultural da sociedade. Dessa forma, quando apenas uma pequena elite é apresentada como única detentora de um padrão estético respeitável, as comunidades acabam sucumbindo ao poder dessas elites, sendo que o processo se torna uma forma de assegurar a sobrevivência de regimes sociais e formas de dominação, de legitimação de classes (BRASIL, 2004; p. 35).

O empoderamento social é entendido como um processo e deve permear todas as ações do Programa, sendo entendido como o instrumento pelo qual se poderão se modificar as relações econômicas e de poder. Ao respeitar e fomentar iniciativas culturais que já existem, de segmentos sociais em geral marginalizados da sociedade e das políticas públicas, cria-se condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Assim, promover o empoderamento desses atores sociais é uma das mais importantes motivações do Programa.

Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos prontos a serem seguidos. No seu inter-relacionamento e no relacionamento com as comunidades é que se supera o paradigma da participação e da cidadania e se promove a gestão compartilhada e transformadora do programa. A quebra desse paradigma se dá no início de um novo processo, expresso na relação dialética pressuposta entre tradição, memória e ruptura. Enquanto processos em construção

nas relações ocorridas no âmbito do programa, autonomia, protagonismo e empoderamento devem ter como eixo orientador tal relação dialética entre tradição enquanto ponto de partida, memória como re-interpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro.

Um dos objetivos principais do Programa é fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”. Nesse caso a ação estatal busca a formação de uma síntese cultural, em que atores coletivos marginalizados, a partir de suas próprias concepções e modos de vida, participam e são envolvidos em “esferas públicas” mais amplas, articuladas com base em valores ético-políticos e dissipando práticas solidárias que possam corroborar para a emancipação dos indivíduos.

A partir da ação do Estado, é estimulada a união de energias dissipadas pelos atores culturais, uma forma de “política pública subversiva” – na verdade contrapontos necessários ao momento histórico da “cultura”, globalizada e mercantilizada em quase todos os seus aspectos, da produção à difusão, da criação à fruição. Nesse sentido, qualquer política cultural que se deseje progressista deve necessariamente agir como um mediatizador de forças, atuando com vistas a tratar desiguais como desiguais na medida de suas desigualdades, garantindo direitos à produção, difusão/circulação e fruição a todos as sincréticas manifestações culturais de nossa sociedade.

Ao articular de forma inovadora a cultura, sem dirigismos ou liberalismos demasiados, como uma nova forma de manifestação

das subjetividades, respeitando suas dimensões simbólicas, de cidadania e de valor econômico agregado, o programa passou a reconhecer efetivamente aquilo que já é produzido exatamente por públicos que atuam à margem da indústria cultural. Renegados pela mundialização, esses movimentos são interlocutores infinitamente mais legítimos na busca de uma solução progressista para os problemas sociais brasileiros do que uma fundação ou instituto empresarial ligado a um grande conglomerado financeiro. Certamente os Pontos de Cultura também poderiam ser chamados de “Pontos de Catarse”, em busca da formação de novos “aparelhos públicos de hegemonia” a partir da práxis dos sujeitos históricos envolvidos com o Programa. No caso da cultura, a política pública visa acertadamente proporcionar a articulação dos movimentos marginalizados e o devido e crescente afastamento do mercado, potencializando a formação de um verdadeiro Estado regulado pela própria sociedade humana, politizada, socializada, comunizada.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Cultura. Cartilha do Programa Cultura Viva. 2004. Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/. Acessado em 20/08/2006

GOMOR DOS SANTOS, Eduardo. Formulação de políticas culturais: leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV. São Paulo, 2008.

4. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PROGRAMA CULTURA VIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA

MARIA LUCIA MONTES

O DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO GILBERTO GIL : O “DO-IN ANTROPOLÓGICO”

Em qualquer área de governo, e em especial no Governo Federal, programas desenvolvidos por seus órgãos administrativos buscam traduzir, numa área específica, princípios, conceitos e valores que desenharam a proposta política e

de governo do mandatário eleito e que se expressam em projetos mais ou menos abrangentes. Tais projetos e programas, por outro lado, muitas vezes guardam a marca do ocupante do cargo no órgão incumbido de sua implementação, identificando-se em maior ou menor grau com a sua gestão. No caso do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, é quase impossível não associá-lo à figura do extraordinário artista Gilberto Gil, a quem foi entregue a pasta por ocasião da

eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Seu discurso de posse, a 2 de janeiro de 2003, constitui uma peça memorável e que já traz inscrita a idéia do que seriam os Pontos de Cultura que passariam a funcionar como os elementos de articulação do futuro Programa Cultura Viva. Segundo o novo Ministro, a eleição presidencial havia sido “a mais eloqüente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela

urgência da mudança”. E o cerne de uma mudança “essencial e estratégica” na política de cultura do país, que o Ministro assumia como sua tarefa implementar, consistia em por em prática um tipo de ação que acabou sendo por ele definida por um conceito à primeira vista estranho: um “do-in antropológico”. O termo não deixou de causar surpresa, valendo ao Ministro, inclusive, alguns comentários maldosos da imprensa, diante da metáfora inusitada, quando não





incompreensível... No entanto, nada poderia ser melhor fundamentado, no seu discurso, do que esse conceito, que parecia apontar para algo enigmático...

Enigmático e incompreensível era, na verdade, o novo olhar que Ministro lançava sobre o universo da "cultura", tal como o termo foi sempre "naturalmente" entendido nos círculos oficiais e de elite, resumido ao circuito estreito das "artes", e que reservava para o universo da criação popular apenas o nome de "folclore": enquanto "nós" fazemos arte e cultura, "eles" fazem folclore e artesanato, meros repetidores e copistas dos verdadeiros processos de criação que se encontram... na "alta" cultura, a cultura "erudita"! Em que pese as aparências, a diferença nunca foi tanto relativa a processos de criação e qualidade estética ou artística quanto à origem social dos criadores. Pois não é verdade que a criação do povo, para ter direito de cidadania em um museu, precisa de adjetivo que a qualifique - ou antes, desqualifique... - como "arte popular"? Este foi o ponto central que o Ministro Gilberto Gil colocou em questão.

Admitindo que a escolha do Presidente da República significara a "consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro", Gil encarava sua nomeação como um gesto simbólico, como a escolha de um homem do povo como [o Presidente]. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negromestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de

um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular - e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo. Por esta razão, o Ministro assumia como uma de suas tarefas principais "tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros", de modo a torná-lo "presente em todos os cantos e recantos de nosso País", como "a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil, (...) a casa da cultura brasileira". Era em vista desse propósito que se tornava necessário desconstruir a visão tradicional sobre o significado do termo "cultura popular", ampliando o conceito de "cultura" às suas dimensões verdadeiramente antropológicas. Convém citar o próprio Ministro:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antigüidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente

contra essa armadilha. Não existe "folclore" - o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os une.

Era desta perspectiva que também deveriam ser definidos, segundo o Ministro, o âmbito e o modo de atuação do Estado na área da cultura. Descartando, por um lado, a opção pela "omissão" que significaria deixar todo financiamento, apoio e incentivo à produção cultural por conta do mercado, ele recusava, por outro, o modelo que delegaria ao Estado a função de "fazer cultura". Para ele, [o Estado] não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado.

É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior



importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências. O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial.

No entanto, o Ministro reconhecia também que, ao descartar a visão não-intervencionista do Estado, segundo a idéia neoliberal de um “Estado mínimo”, também não caberia recorrer ao velho modelo “de esquerda” que imiscui a ação estatal – com toda a sua carga política e ideológica – à produção da cultura de um povo e de uma nação, arriscando a vê-los afastar-se dos caminhos da democracia pela

ação de um governo totalitário ou um Estado despótico. Coerente com a visão antropológica ampliada do conceito de cultura, só poderia assim concluir que não cabe ao Estado fazer cultura.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Nessa perspectiva, a cultura é vista como criação da própria sociedade, e o acesso aos seus bens como um direito de cidadania, cabendo ao Estado intervir apenas para, por assim dizer, “destravarr” a criação cultural secularmente não legitimada dos grupos subalternos, dar-lhe espaço e visibilidade no cenário cultural da nação, com conseqüências insuspeitáveis em termos das transformações sociais que a isso poderão seguir-se. Nas palavras do próprio Gil,

[não cabe ao Estado fazer cultura] porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas – já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. É preciso ter humildade, portanto. Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir.

Esta ação estatal será, portanto, em um sentido bem específico, “fazer cultura” porque, refletindo a cultura política da sociedade em que tem lugar, ela se integra à sua dinâmica, interagindo com outras formas de produção cultural. No entanto, será um tipo de ação também





específica: estratégica, porém pontual, incidindo sobre “pontos” já existentes – as mais diversas formas de criação cultural de grupos sociais subalternos – mas até então invisíveis ou negligenciados – mais bem, deslegitimados – ela libera uma energia criadora represada que alterará de maneira significativa a produção da cultura como um todo e em suas mais diferentes áreas de criação. Este é o sentido do famoso “do-in antropológico” preconizado pelo Ministro Gilberto Gil.

(...) não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras,

estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo.

Os “pontos” antropológicamente relevantes deste “corpo cultural do país”, em toda a extensão do território nacional, a serem submetidos a tal processo de estimulação para que, desbloqueados, deixem fluir sua insuspeitada energia criadora serão transformados, em setembro de 2004, nos Pontos de Cultura, ao ser lançado o edital para a seleção dos primeiros projetos da primeira fase do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura.

Cultura brasileira: unidade e diversidade, entre a tradição e a invenção contemporânea. Uma das conseqüências da incorporação pelo Ministro Gilberto Gil de uma compreensão mais abrangente e de cunho antropológico do conceito de cultura está na desconstrução sistemática das implicações do



uso do conceito de folclore, sob o qual as manifestações culturais populares tradicionalmente foram compreendidas. Entendidas como fósseis arcaicos, testemunhos de um passado que o avanço da civilização deixou para trás, elas se vêem duplamente prisioneiras, confinadas num tempo pretérito e congeladas no interior da “tradição” graças à qual foram repassadas de geração em geração, devendo assim manter-se “fiéis” a ela. Por outro lado, mesmo quando são

valorizadas por uma concepção de origem romântica segundo a qual, sedimentadas ao longo da história, as manifestações culturais populares condensam a “essência” da cultura de um povo e, portanto, de sua “identidade nacional”, tais expressões populares são mantidas apartadas da cultura erudita de elite, que as “contaminaria” com valores externos à “tradição”.

No entanto, a visão antropológica é incapaz de conferir qualquer sentido



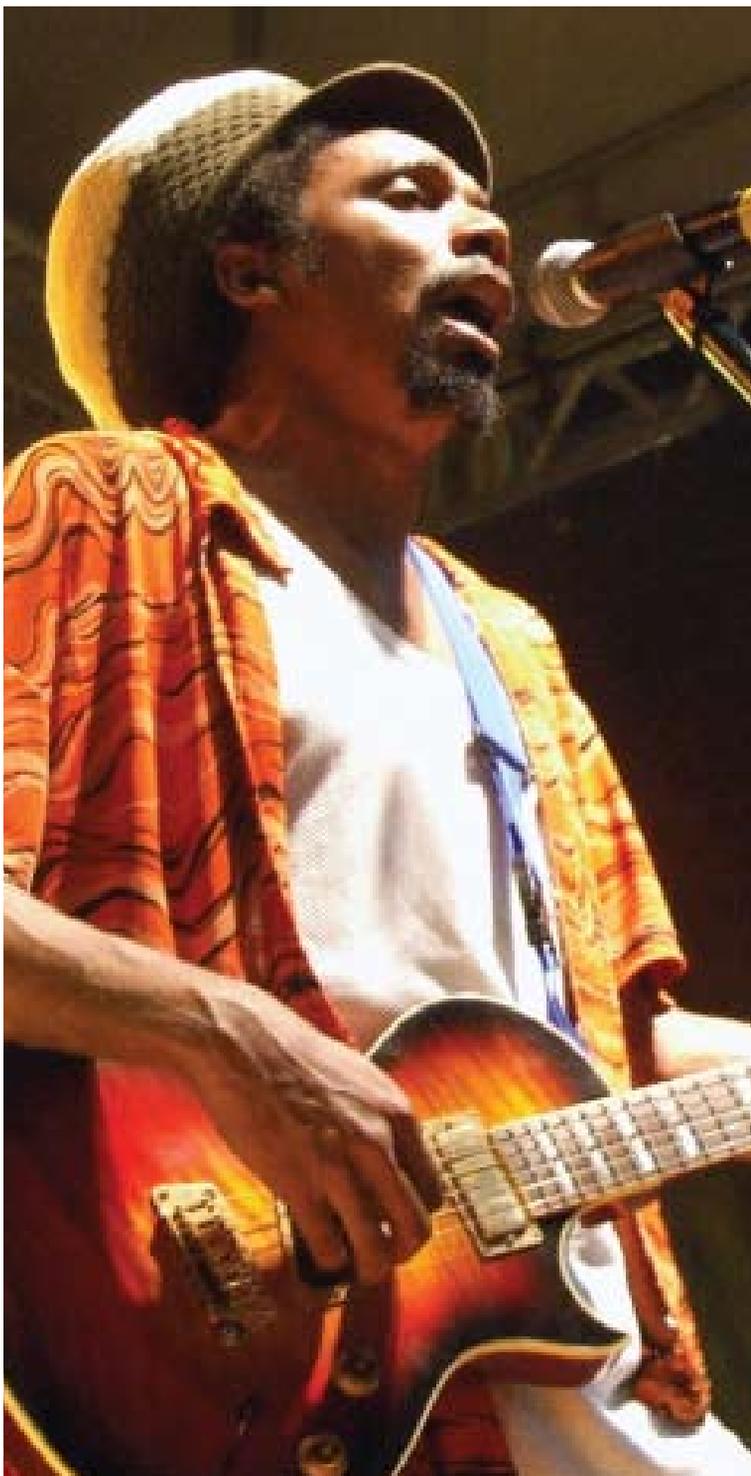
à palavra cultura sem pensar em seu correlato essencial, a dinâmica cultural, graças à qual mesmo as mais arraigadas “tradições” permanecem vivas precisamente em razão de suas transformações, que as põem em diálogo constante com o tempo presente para que possam manter-se como referências que dão sentido à experiência humana no mundo. Deste modo, não há tradição sem invenção e ressignificação constantes, assim como não há unidade de uma cultura, que traga em si sua “essência”, sem a diversidade dos elementos que a integram, em constante movimento, pela dinâmica que comanda sua interação, tornando-se, no caso do Brasil, ainda mais complexa por incorporar tradições de povos distintos que estão na raiz da nossa formação cultural. São esses processos que sustentam o raciocínio do Ministro Gilberto Gil quando, ainda em seu discurso de posse, ele afirma:

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura – unidade básica, abrangente e profunda – também. Em verdade, podemos mesmo dizer

que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se – e, de fato, sejam – igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural – mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é uma: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.

No entanto, à luz da dinâmica da cultura, não há também como pensar em unidade cultural que não seja conflitiva e muitas vezes contraditória, porque os diferentes universos simbólicos e de significação que assim são amalgamados se sustentam em bases sociais e de poder desiguais. No caso do Brasil, questões étnicas e raciais se sobrepõem às





desigualdades de riqueza, prestígio e poder existentes de modo flagrante na sociedade, como um elemento essencial a ser levado em conta na dinâmica cultural que, desde o início, marcou a constituição de uma cultura brasileira pela incorporação da “contribuição” das “três raças formadoras”. Por isso o Ministro, tendo a lucidez de reiterar na dinâmica cultural existente na sociedade brasileira contemporânea a justaposição e o convívio de tradições de milênios e das mais avançadas tecnologias de comunicação, assinala também sua valoração e sua distribuição desigual na sociedade, encarando a tarefa do Ministério como a de correção dessa distorção. (...) a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social.

Não por acaso, portanto, o discurso do Ministro irá em seguida recorrer ao conceito gramsciano de hegemonia, definido como (uma nova) direção moral e intelectual da sociedade que será preciso construir, para restituir aos subalternos a legitimidade de suas criações culturais fundadas em tradições milenares e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o acesso aos benefícios sociais da modernidade do qual foram excluídos por processos igualmente milenares

de marginalização social. Este é um processo cultural que exigirá uma mudança de mentalidade e ela se faz mediante a promoção de novos valores e de ação social determinada. Por isso, conclui o Ministro,

Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.

O papel ativo das políticas culturais no processo de transformação social que a sociedade brasileira impõe, em vista da correção da iniquidade de suas desigualdades sociais, é enfaticamente salientado pelo Ministro, que vê nisso uma diretriz do governo ao qual serve, consoante com as propostas do Presidente recém escolhido pela vontade popular. Num momento em que a imagem do Brasil no exterior era ainda marcada pelo noticiário de práticas de violência inadmissível de que eram vítimas os membros mais indefesos da sociedade brasileira, assim como da impunidade de seus perpetradores – como no caso dos detentos da prisão do Carandiru, trazendo à memória o eco de episódios anteriores como o extermínio de meninos de rua na Candelária e o assassinato do índio Galdino – este era um tema que não poderia deixar de estar presente no horizonte das políticas públicas de um governo eleito sob a bandeira da



esperança da renovação. O Ministro da Cultura assume nessa empreitada o papel que lhe é delegado pelo posto que ocupa, ao afirmar:

Penso, aliás, que o presidente Lula está certo quando diz que a onda atual de violência, que ameaça destruir valores essenciais da formação de nosso povo, não deve ser creditada automaticamente na conta da pobreza. Sempre tivemos pobreza no Brasil, mas nunca a violência foi tanta como hoje. E esta violência vem das desigualdades sociais. Mesmo porque sabemos que o que aumentou no Brasil, nessas últimas décadas, não foi exatamente a pobreza ou a miséria. A pobreza até que diminuiu um pouco, como as estatísticas mostram. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil se tornou um dos países mais desiguais do mundo. Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira. Ou o Brasil acaba com a violência, ou a violência acaba com o Brasil.

Esta é, segundo o Ministro, uma parte essencial da tarefa de construção de uma nova hegemonia, uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira que seja capaz de reconstruir a imagem que ela tem de si mesma e pela qual é reconhecida pelos outros. Disso depende a correção de rumos que deverá ser capaz de preservar os valores tradicionais mais arraigadamente vistos como característicos do povo brasileiro, dentro e fora do país. Por isso esta é uma tarefa que o Ministro vê como a mais alta expressão da ação política, no trabalho de concluir a construção de uma Nação.

O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um país de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como





nos afirmar plenamente no mundo. Como sustentar a mensagem que temos a dar ao planeta, enquanto nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório. E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico – é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano.

Note-se que, como negro, o Ministro não pode ignorar os efeitos perniciosos que o racismo e a discriminação racial tiveram e continuam a ter na vida social do país, contribuindo para aprofundar ainda mais suas desigualdades sociais, o que levou a militância dos movimentos negros a denunciar o “mito da democracia racial” supostamente criado por Gilberto Freyre. No entanto, Gilberto Gil tem a grandeza de pensar esta questão para além do horizonte imediato da luta política e das experiências cotidianas que tornam palpável a presença do racismo na sociedade brasileira. Ao contrário, busca ver no “racismo à brasileira” – o “racismo envergonhado”, que se traduz no reconhecimento da existência do fenômeno social por cada brasileiro que seja entrevistado em uma pesquisa, o qual, no entanto, nega que ele próprio seja racista ou aprove práticas dessa natureza – a expressão de um valor da sociedade brasileira, como ideal generoso que deve ser enfatizado e preservado. Até porque ele é também realidade concreta na experiência de vida de milhares de subalternos, brancos, índios, negromestiços, mamelucos

e caboclos, igualados pela pobreza e irmanados na solidariedade por quase todos os rincões mais remotos do país ou na periferia das grandes metrópoles, aquém ou além das diferenças que os separam em termos de identificação étnica e racial.

Daí a idéia igualmente generosa da “aposta na realização plena do humano” externada pelo Ministro. Aqui também há uma espécie de grandeza, aliada a uma sensibilidade sutil, de quem não separa a valorização das conquistas materiais das tecnologias modernas do valor intrínseco da experiência subjetiva, da memória e da tradição com a qual se constrói a imagem de si mesmo ou se reconstruem a auto-imagem e a auto-estima frente a situações de deterioração da própria identidade. Isto se torna patente como filosofia de ação do Ministério da Cultura quando, em outro contexto, a propósito de políticas de preservação de patrimônio, o Ministro trata os museus – vistos tradicionalmente pelo senso comum como depósito de “velharias” – como repositório de memórias que se entrelaçam e nos



memória se encontra com outras memórias e outros cantos. E se transforma a partir dos encontros feitos. Os museus de pedra e cal e os museus virtuais são baús abertos da memória afetiva da sociedade, da subjetividade coletiva do país, da soma dos museus pessoais.

Penso no velho baú de prata, penso no matulão, penso num projeto de viagem com mala e cuia, penso nas arcas de alianças e chego aos relicários, aos realejos e seus desejos de reinvenção do real, e também na arte contemporânea, no futebol, na tecnologia. Por este sertão de memórias e suas veredas, chego aos grandes museus das capitais e também aos pequenos museus do interior, e mais ainda aos museus portáteis, tão caros aos homens e mulheres do povo, aos artistas, aos museólogos, aos educadores, aos antropólogos, aos cientistas do microcosmo social, e a todos os que se dedicam ao pensamento e à expressão. Há, como se sabe, museus de diversos tipos, todos igualmente significativos. O importante é que estejam vivos, que pulsem, consagrando o jogo de tradição e invenção que dialeticamente marca a construção da cultura brasileira. Museus vivos, Cultura Viva. Memória, subjetividade, reconstrução da auto-imagem, reconquista da auto-estima, na experiência dos subalternos. Recriação de si mesmos, construção da Nação e de um país de todos. Tradição e reinvenção, no acesso às tecnologias de ponta da comunicação. Inclusão social, inclusão digital. Arte – em todas as suas linguagens e formas de expressão – e transformação social. Muitas das ações que irão materializar o Programa Cultura Viva já estão prefiguradas desde

falam de uma “subjetividade coletiva do país” que deve ser incorporada na tarefa de construção de uma nova hegemonia. Aqui, a valorização do imaginário em seu aspecto criativo é também força política que impulsiona a “reinvenção do real”. Ainda em 2004, pouco depois do lançamento do Programa Cultura Viva, um discurso do Ministro a propósito de uma nova política para os museus do IPHAN fala sobre “A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva”.

Este assunto [dos museus] evoca os versos de uma velha canção: “Tanta saudade preservada num velho baú de prata dentro de mim / Digo num velho baú de prata porque prata é a luz do luar”. Ela fala de um tempo de retorno ao Brasil e de um tempo de exílio, e da memória afetiva preservada num velho baú de prata. Este baú é como um museu pessoal, o museu que todos temos, feito de lembranças, quinquilharias e reminiscências que alimentam o nosso presente. Como todos os museus pessoais, o da canção tem “qualquer coisa” que vai além do “eu”. Há um momento e um território em que o canto da





o discurso de posse de um novo Ministro e nas primeiras atividades do Ministério da Cultura, que passam a integrá-lo como prioritário nas políticas públicas voltadas para a mudança do país. Entretanto, elas se explicitam de forma mais clara por intermédio do órgão encarregado de sua execução, na visão do Secretário responsável pelo setor, como se verá a seguir.

Os Pontos de Cultura da Secretaria de Projetos e Programas Culturais, vistos pelo Secretário Celio Turino Desde o início da gestão do Ministro Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, o historiador e administrador cultural Célio Turino – que já antes trabalhara na Secretaria de Cultura de Campinas, SP, com o antropólogo Antonio Augusto Arantes, nomeado em 2004 para a presidência do IPHAN – foi encarregado da direção da Secretaria de Projetos e Programas Culturais do MinC, sob cuja responsabilidade foi desenvolvido o Programa Cultura Viva. Em seus textos de apresentação do Programa a um público externo delineia-se a forma como foram sendo transformadas em ações concretas as diretrizes do Ministério, bem como sua evolução, inclusive em termos de organização interna da sua gestão. Assim, sua palavra é complementar aos pronunciamentos do Ministro, reiterando os mesmos princípios, mas expondo-os a partir da experiência concreta de convívio com os grupos sociais e as formas de criação popular que paulatinamente foram lhe dando corpo. Seu texto Por uma cultura viva desescondendo o Brasil profundo guarda os ecos dessa experiência ao apresentar o Programa sob sua direção.

Precisamos descobrir o Brasil!
Precisamos desesconder o Brasil,

mostrá-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil: em lugar de conceitos rígidos, noções líquidas; em lugar da reta, a curva. Precisamos fundir-nos com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas. Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem em contato com a realidade viva. Para compreender o Brasil, precisamos nos transformar em poetas. Precisamos transformar o Brasil!

Tal como o Ministro, seu Secretário denuncia a incongruência entre valores e práticas que fazem parte do universo cultural popular e a precariedade das condições em que vivem os grupos subalternos de onde saem esses produtores de uma cultura riquíssima, porém pouco valorizada ou reconhecida.

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, defrontamo-nos com iniquidade, injustiças, maus cheiros, maus tratos... Milhões habitando periferias, favelas e cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade; índios sem direitos; um povo mestiço mas sem igualdade racial; os esquecidos; os desvalidos... os sem Estado.

Mesmo assim, o País resiste na solidariedade popular. Mães sem emprego cuidam das crianças de mães que encontram trabalho. Aos domingos, amigos fazem mutirão para construir casas. Ao final da jornada, churrasco, samba e cerveja. Os brasileiros são inventivos, empreendedores e alegres. "Serão

os atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo" (José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência do Brasil). Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo.

Moldar o Estado à imagem do povo significa criar políticas públicas, programas de governo e formas de gestão que estejam mais próximas da experiência cotidiana de vida daqueles aos quais se destinam essas ações. E o Programa Cultura Viva tem essa ambição. Situando-o em um contexto de iniciativas autônomas que já vinham tendo curso na sociedade brasileira, assim o descreve o Secretário encarregado de sua execução:

É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia. Há muitas ações de combate à exclusão social, cultural e digital já acontecendo. Fala-se da criminalidade e do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro (e em todas as outras grandes cidades), mas as pessoas envolvidas com isso são minoria. Muito mais gente se mobiliza para recuperar os morros, desenvolver música, dança, teatro... E com estética inovadora! Quem assistiu ao filme Cidade de Deus se impressiona com a narrativa ágil e os atores vibrantes. Gente das favelas. Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, as casas estão sendo pintadas com cores vivas, unindo a comunidade, um conceituado arquiteto e empresas. No morro da Mangueira, o samba é fator de





inclusão, mas vem junto com uma orquestra de violinos, emissoras de rádio e TV comunitárias e grafiteagem colorindo paredes e muros. No campo, trabalhadores sem terra criam suas próprias escolas educando mais de 120.000 crianças, além de alfabetizar jovens, adultos e idosos. Em um lixão de Maceió há um circo-escola e valentes guerreiras lutando contra a exclusão social. Uma nova postura vem sendo construída em um Brasil escondido.

Assim, independentemente da ação estatal, os mais diversos agentes da sociedade civil, por um conjunto variado de iniciativas de ONGs e outras entidades – impulsionadas em parte pela voga que então conhecia o chamado “terceiro setor” em expansão, com a valorização do voluntariado, e uma crescente consciência de responsabilidade social por parte das empresas – vinham já deixando claro o vínculo entre inclusão e transformação social, tendo como mediação atividades culturais e artísticas. Como aprofundar esses processos em nível de política pública e ação de governo? Em primeiro lugar, partindo das experiências concretas já existentes entre os próprios criadores populares de cultura; e, em seguida, procurando encontrar um modelo de gestão – para além do laissez faire liberal ou de uma postura estatizante de tipo iluminista que acreditasse saber o que é melhor para o povo – em que eles pudessem ser integrados em algum tipo de parceria na própria ação do Estado. Como afirma o Secretário Celio Turino:

Por isso potenciar o que já existe. Acreditar no povo, firmar pactos e parcerias com o que o Brasil tem de melhor: o brasileiro. “O melhor do Brasil é o brasileiro” (Câmara

Cascudo, folclorista). Mas isso não significa um simples “deixar fazer”, porque, neste caso, os gostos e imposições da indústria cultural acabariam por prevalecer. Da mesma forma, querer levar “luzes”, selecionar cursos e espetáculos que julgamos mais adequados e sofisticados, também continuaria reproduzindo a mesma relação de dependência e subordinação e apenas trocaríamos o dirigismo de mercado pelo de Estado.

Resulta daí uma proposta inovadora, em que a verticalidade nas relações entre Estado e sociedade civil é substituída pela horizontalidade de uma relação inter pares, os próprios Pontos de Cultura. Celio Turino considera este projeto quase de uma maneira experimental – talvez por seu ineditismo – levando em conta que os processos assim desencadeados não são suscetíveis de um controle antecipado, já que se trata de fomentar a criação de uma rede de relações abertas e que, por isso mesmo, estarão sempre tendo como resultado algo novo: no intercâmbio que assim se poderá produzir entre os mais diferentes grupos e suas linguagens artísticas e expressões culturais, de fato não há como antecipar a direção em que eles serão desenvolvidos e nem seus resultados práticos imediatos. Eis o que exige uma revisão da própria concepção de organização e gestão de um Programa de política pública.

Com o Cultura Viva vamos experimentar uma outra alternativa, o desenvolvimento por aproximação entre os Pontos de Cultura. Nossa idéia é a de que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteçam num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas. Um



Ponto auxiliando outro Ponto. Alguns oferecem uma experiência mais avançada em teatro, outros em dança; ações sócio-educativas aprendem com a vanguarda estética que se encontra com a tradição e ajudam a construir o novo. Uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença.

Na partida, evitamos um estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública. Menos consensos fabricados (e sonhos roubados) e mais conexões de trabalho que respeitem a diversidade e a busca de microsoluções para o fortalecimento de redes sociais. Para sedimentar a rede, os Pontos de Cultura.

Daí porque considerar esse trabalho como uma espécie de monitoramento de um organismo vivo – subentendido na metáfora do “do-in antropológico” – que pode ser estimulado e eventualmente direcionado para a solução de determinadas contradições, mas que sempre, em seu conjunto, funcionará segundo um dinamismo



que lhe é próprio. “Quando há vida, há inacabamento” (Paulo Freire, educador), mais processo e menos estruturas pré-definidas, menos fossilização e mais vida”, afirma o Secretário. O resultado é uma proposta inédita de gestão de política pública e de ação do Estado, voltada mais para os processos que põe em movimento do que para os produtos que deve poder antecipar, dado o desenvolvimento orgânico de uma rede cuja expansão e consolidação deveriam, paradoxalmente, levar à dissolução do vínculo com as estruturas em que se apoiou a sua formação. Não por acaso os conceitos de protagonismo, empoderamento e autonomia estão no cerne dessa proposta.

A rede Cultura Viva deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade, e por isso, ágil e tolerante como um organismo vivo. O objetivo é fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. A interação entre o global e o local deve respeitar o crescimento das ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura, de modo que eles ganhem musculatura e estrutura óssea e conquistem sua sustentabilidade e emancipação. Tal modo de pactuar com a sociedade foi definido como Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. Enquanto nos afastamos das velhas “neo” cartilhas, clareamos os conceitos, à medida que a experiência social avança e os fenômenos tornam-se explicitados. Menos receitadores e mais educadores, este parece ser um bom caminho.

Vê-se, portanto, que não é casual o fato de a proposta ambiciosa do MinC ter sido desde o início chamada de Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Nele, deveria caber ao Estado essencialmente uma função educativa de orientação e coordenação, pois, como afirma o Secretário,

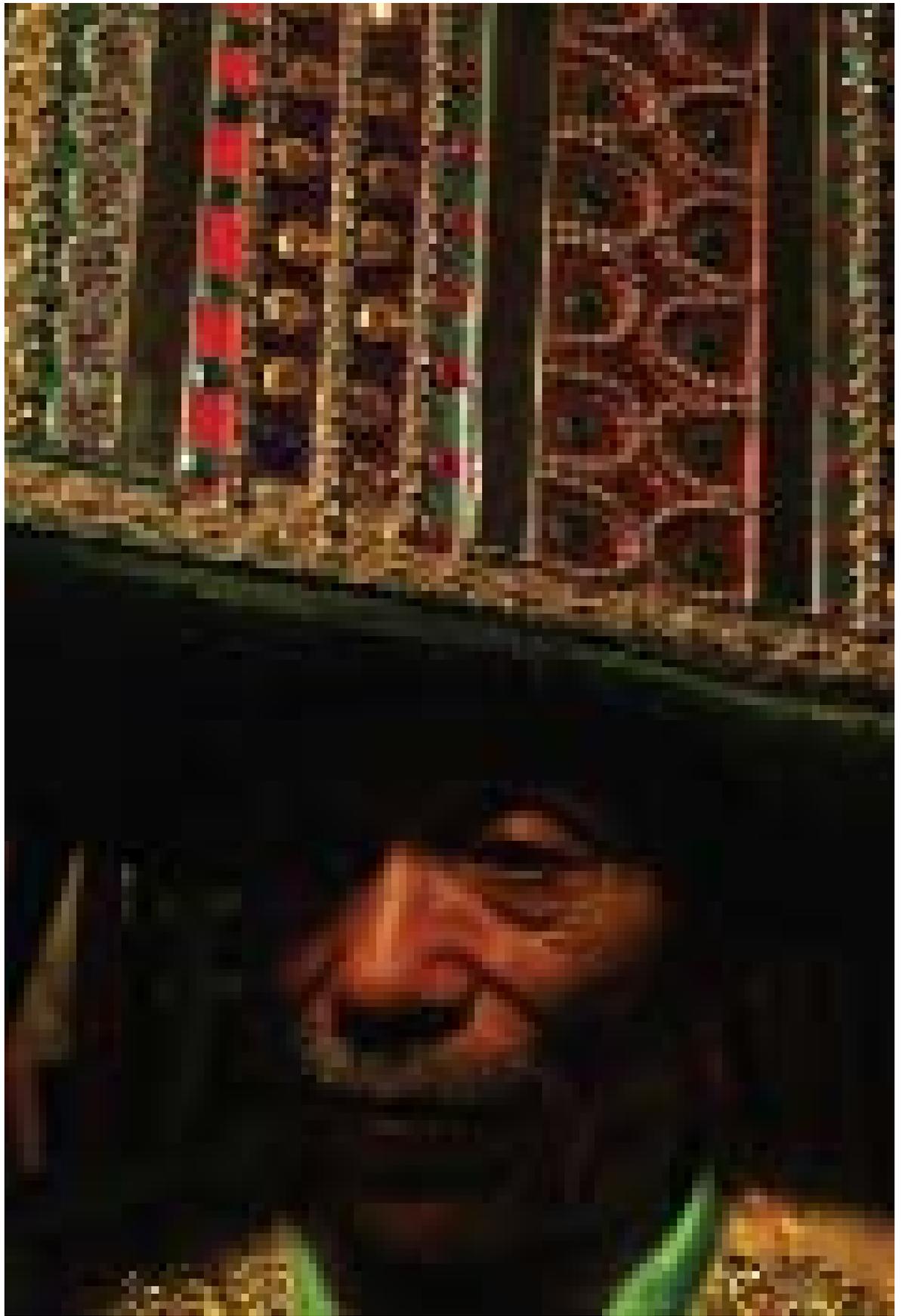
O papel da coordenação do programa é o de localizar e formar mediadores na relação entre Estado e sociedade, aproximando as diferentes formas de expressão e representação artística, bem como diferentes visões do mundo. O programa Cultura Viva ainda não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se inicia, mas, tenta identificar caminhos. Ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados.

Seguramente, os caminhos a não serem trilhados são aqueles que deixariam as políticas públicas na área da cultura sob controle da iniciativa do mercado ou do próprio Estado, poderes externos ao universo da criação cultural



popular, e cujo contraste se reduziria a um jogo de cara ou coroa, como as duas faces de uma mesma moeda. Em sua concepção ambiciosa, o Cultura Viva, um programa de governo a cargo do Ministério da Cultura, requer, para a sua consolidação, que possa ser tratado como “política de Estado, desenvolvendo ações transversais entre os Ministérios, Estados e Municípios”. Desde o início do Programa, tais ações conjuntas se multiplicaram, em parcerias que visavam ora atender a necessidades de infra-estrutura de um projeto cultural sob a chancela do MinC, ora a uma demanda de inclusão social para a qual a cultura pudesse trazer uma contribuição significativa, complementando-se mutuamente no objetivo comum de promoção da cidadania. O Secretário Célio Turino faz um histórico dessas relações transversais que configuram uma verdadeira política de Estado, mostrando a abrangência desta proposta que integra a cultura a um grande projeto de transformação social do país:

A primeira ação foi assinada com o Ministério do Trabalho e Emprego





e vai garantir 50.000 bolsas anuais para jovens do Primeiro Emprego. Na seqüência, parcerias com os Ministérios das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: ligação por internet em banda larga pelo Governo Eletrônico - Serviço de atendimento ao Cidadão (Gesac) e distribuição de produtos culturais produzidos pelas comunidades; Ministério do Meio Ambiente (Salas Verdes); Ministério da Educação (Escola Viva); Ministério do Desenvolvimento Social (erradicação do trabalho infantil e o Fome Zero); Ministério da Ciência e Tecnologia (Casa Brasil e Telecentros) e todos os outros programas e ações onde a cultura couber (e a cultura cabe em todo lugar).

É interessante notar que a listagem das parcerias constantes neste texto de Célio Turino, publicado em 2005 (Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005), não mais se reproduzirá em textos posteriores sobre o Programa Cultura Viva divulgados pelo site do MinC, mostrando o dinamismo de ações conjuntas que vão se alterando segundo as circunstâncias do momento, sendo substituídas por outras de igual relevância da perspectiva da promoção da cidadania e da transformação social. O permanente inacabamento de suas ações é assim inerente ao próprio Programa Cultura Viva, e por uma questão

de princípio: mais do que um programa do MinC que corporifica uma política pública de governo, ou mais do que uma política de Estado, no limite ele ambicionaria ver desaparecer a marca de sua relação com o Estado ao ser absorvido pela sociedade civil e o próprio povo brasileiro. Como declara o Secretário:

Para transformar o Brasil é preciso ir além de uma política de Estado, afinal, o Estado ainda é de tão poucos. É preciso transformar o Cultura Viva em política pública efetivamente apropriada por seu povo. "A sociedade é produzida por nossas necessidades, o governo por nossa perversidade" (Thomas Paine, O Bom Senso). Mais que oferecer serviços públicos "para" o povo, é preciso compartilhar, unir afeições, promover felicidade.

Por certo, poderá parecer excessiva a injunção aqui posta ao Estado de "promover felicidade", ainda mais quando acompanhada de uma citação que a reforça enfaticamente – "A alegria é a prova dos nove" (Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago), qualidade que o povo brasileiro tem de sobra" – mesmo que seja para depois acrescentar: "Porém, o caminho não é fácil".... Não se trata aqui, na verdade, de fazer ao Estado uma exigência descabida, mas antes de salientar

o etos que deverá ser o de uma cultura política que queira propor ao Estado aproximar suas ações do "espírito" do povo ao qual elas se destinam.

Trata-se da dimensão subjetiva do "encantamento", ao qual o Secretário Célio Turino irá referir-se muitas vezes em seus pronunciamentos, para designar o entusiasmo e a energia coletiva criados no convívio de um grupo que encontra no trabalho conjunto o caminho para rever a auto-imagem e reconstruir a auto-estima. Esse elemento subjetivo acaba por se constituir assim em força de agregação, de reconhecimento de um sentido de pertencimento e de afirmação de identidade, ao mesmo tempo em que serve também de incentivo para estimular cada vez mais a participação, o protagonismo e a apropriação, por meio de uma experiência concreta, do significado da palavra cidadania ou, em outras palavras, o empoderamento que irá reforçar sua autonomia.

Concluindo seu texto aqui analisado, o Secretário Célio Turino esboça brevemente, em linhas gerais, os elementos que estruturam o Programa Cultura Viva, referindo-se a "algumas idéias, conceitos e ações que nos permitiram iniciar a caminhada, apresentados a seguir:

o Ponto de Cultura como espaço de sedimentação da macro rede Cultura Viva – de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre estado e sociedade e entre outros Pontos, constituindo redes por afinidade; a Cultura Digital como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica); os Agentes

Cultura Viva como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória; a Escola Viva como uma ação que integra o Ponto de Cultura à escola, apontando para um outro modelo de envolvimento social com a educação, que vai além dos muros escolares e ganha a cidade.

Definidas estas quatro ações (Ponto de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva e Escola Viva) observamos que faltava uma integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto reinterpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro. Assim, incluímos uma quinta ação, o Griô, que será lançada até o final de 2005 e oferecerá bolsas para os velhos mestres do saber popular: os organizadores de quadrilhas, de folias de reis, congadeiros, artesãos, paneleiras, rendeiras, repentistas, rabequeiros, contadores de histórias, construtores de brinquedos, baianas do acarajé, mestres de capoeira... velhos brasileiros que tanta sabedoria têm a nos oferecer. Cada um receberá um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes e continuar fazendo exatamente o que já fazem. Griô foi a forma abraçadeira que encontramos para a expressão em francês Griot, que designa artistas e narradores de história da África Ocidental, homens que caminhavam (e caminham) de aldeia em aldeia repassando a história de seu povo. Ao transformarmos o Griô em uma ação do Programa Cultura Viva, pretendemos nos aproximar ainda mais do saber popular e nos encontrar com a África.

Unindo o conjunto de ações, um programa na televisão, uma revista, cartazes murais e portal pela





internet, efetivando a integração em rede e o protagonismo dos Pontos de Cultura, assim, mergulhamos em um Brasil profundo, escondido. "Um outro mundo é possível" (Fórum Social Mundial). Esse é o caminho que escolhemos e para o qual convidamos todos aqueles, brasileiros ou não, a caminhar conosco, por uma Cultura Viva.

Alguns conceitos para a definição do Programa Cultura Viva Esboçados, como vimos, no texto do Secretário Célio Turino, alguns conceitos basilares em que se apóia o Programa Cultura Viva, era inevitável que eles fossem encontrados depois, com maior ou menor grau de aprofundamento, no site do próprio Ministério da Cultura. O que é interessante notar é que, em suas diferentes versões, eles trazem mudanças e atualizações que evidenciam o dinamismo do próprio Programa, ora reformulando as parcerias com Ministérios que viabilizem uma nova ação proposta, ora acrescentando precisões quanto à estrutura organizacional e de gestão do Programa, dados e números relativos às diferentes etapas de sua implantação e

consolidação etc.

Para ilustrar esse procedimento, apresentamos a seguir duas dessas versões. A primeira é um texto de autoria de Karen Silva para o site do MinC, produzido em 20/05/2006 e modificado pela última vez em 30/06/2006. O segundo texto, que também recorre aos dados encontrados no site do MinC em 2009, é, no entanto, produto de uma "colagem" e de uma adaptação, feita a partir da garimpagem de conceitos-chaves encontrados em diferentes links do site e reunidos em vista da apresentação, nos termos do próprio Ministério, da estrutura de organização e gestão do Programa Cultura Viva.

A notar, sobretudo, entre uma e outra versão, a substituição de uma ação do Programa – Agente Cultura Viva – por uma nova ação ainda em fase de implantação – Cultura e Saúde – indicando, portanto, o encerramento de um convênio com o Ministério do Trabalho e sua substituição por outro, recém firmado com o Ministério da Saúde. Além de explicitar o

sentido do "inacabamento" que o Programa Cultura Viva reivindica como sua característica própria, essas mudanças revelam também a abrangência do Programa e o processo progressivo de sua transformação, de programa de Governo em política de Estado, pelo caráter transversal, de âmbito interministerial, de suas ações. A notar igualmente os números relativos aos Pontos de Cultura já implantados ou em fase de implantação registrados nos dois textos, que mostram a progressiva expansão do Programa Cultura Viva. A seguir, as duas versões encontradas em diferentes momentos no site do MinC sobre o Programa Cultura Viva, aqui apresentadas em cores distintas, para melhor diferenciá-los.



CONHEÇA AS DIRETRIZES DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Compreendendo a importância de cada uma das várias manifestações da cultura popular brasileira, e, ao mesmo tempo, ciente dos riscos oriundos da padronização dos hábitos e costumes, frutos da cultura de massa, o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), desenvolveu, em 2004, o Programa Cultura Viva: projeto concebido para resgatar, incentivar e preservar a cultura brasileira.

Em 2005, a SPPC consolidou a primeira etapa de trabalho, na qual estruturou as bases e objetivos do Programa Cultura Viva e firmou convênio com 445 entidades da sociedade civil para implantação e organização dos Pontos de Cultura em todos os Estados do país, mais o Distrito Federal, e em três países (três Pontos nos Estados Unidos, um na França e um na

Alemanha). Além dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva conta com outras quatro ações, todas empenhadas em estabelecer esse trabalho em prol da cultura brasileira: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô.

A implantação do Programa prevê um processo contínuo e dinâmico, e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com os Pontos de Cultura pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade. O efeito desejado é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, criando

uma mágica motivadora na qual os cidadãos sentem-se, cada vez mais, estimulados a criar e participar. Nesse contexto, o papel da coordenação do programa é o de fomentar o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo. Pontos de Cultura Por meio da criação dos Pontos de Cultura – convênio formal do MinC com organizações da sociedade civil, que contempla repasse de uma verba no valor de R\$ 185.000,00 (divididos em seis parcelas semestrais), equipamentos de registro audiovisual e de informática para comunicação, acompanhamento e interlocução via web, o Cultura Viva apóia projetos que registrem, resgatem ou preservem manifestações da cultura brasileira. O objetivo

é que os Pontos de Cultura se constituam numa rede orgânica, cuja intenção é criar um espaço de sustentabilidade, que permita a formação de um panorama amplo, democrático e constantemente atualizado da cultura brasileira, a todos os interessados.

Ação prioritária do Programa Cultura Viva, os Pontos de Cultura articulam todas as suas demais ações, formando uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras, formadas em diversos municípios do Brasil. Funciona como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, os Pontos agregam agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades. O recurso dos Pontos de Cultura é usado para potencializar sua ação, na





compra de instrumentos, figurinos, matérias-primas, enfim, do material necessário para as atividades em questão, na realização de produções audiovisuais, na montagem de espetáculos e outras atividades.

Até maio de 2006, 443 Pontos de Cultura foram conveniados pelo Programa Cultura Viva, e mais 203 foram selecionados e aguardam convênio, por meio de editais – foram lançados quatro desde julho de 2004. O MinC considera capazes de se transformarem em Ponto de Cultura as entidades que representam as manifestações culturais e sociais que registram a história de uma comunidade: capoeira, maracatu, contadores de histórias, mulheres rendeiras, mulheres doceiras, índios que fazem vídeos, tocadores de tambor, cultura digital, teatro, dança, rádios comunitárias, bonecos, mamulengos, projetos em bibliotecas, museus, arte com grafite, cordel. O programa possui uma diversidade que não cabe em qualquer molde. Da mesma maneira, as comunidades envolvidas nessas ações são

plurais: rurais, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, da periferia, interioranas, urbanas. O Ponto de Cultura deve ser autônomo, empoderador e protagonista da sua realidade. Deve ser atuante e aglutinador. As entidades conveniadas compõem uma rede que preserva essas características e eleva a cultura popular ao espaço que lhe é de direito; desesconde o Brasil; abre as comportas da represa que tenta conter nossa diversidade cultural. Essa ação governamental não pretende ensinar, formatar e nem refazer: simplesmente contempla iniciativas culturais que têm a capacidade de agregar outros atores sociais, envolver sua comunidade, dividir toda a experiência e o conhecimento acumulado.

CULTURA DIGITAL

A ação Cultura Digital é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais “palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial” (discurso do ministro Gilberto Gil, no ato de entrega do Prêmio

Mérito Cultural), dando visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura: os tambores do Tocantins, o samba do Recôncavo, a ciranda de Pernambuco, a viola do Brasil Central.

Com a Cultura Digital, as comunidades podem gravar sua própria imagem, como acontece com o Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias, com os índios Ashaninka e Kaxinawá, no estado do Acre, em que há uma inversão no tradicional processo de registro da imagem audiovisual das manifestações populares. Ao invés de serem filmados por um olhar externo, os índios são capacitados para utilizar uma câmera de filmagem, fazer roteiros e edição e, assim, se apresentam por eles mesmos. Outro Ponto de Cultura, Thydewá – índios on line, apresenta um processo semelhante interligando em rede os índios do Nordeste brasileiro, principalmente nos Estados da Bahia e de Alagoas; essas comunidades estão sendo capacitadas para produzir a sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo o seu protagonismo.

Na Cultura Digital, cada Ponto de Cultura recebe um estúdio multimídia. Um equipamento nada sofisticado, quase caseiro (mesa em dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição), mas permite gravar um CD, produzir um vídeo, colocar uma rádio no ar e uma página na internet, tudo com programas em softwares livres. O equipamento digital deixa de ser apenas um meio, uma ferramenta, e passa a ser entendido em sua dimensão filosófica, por isso o tratamos como cultura. Desta forma, cada comunidade pode

gravar sua música, registrar sua imagem e colocá-las no ar, exercitando o processo de troca cultural entre os Pontos. Por meio da internet é possível produzir um programa de rádio com pessoas em diversas regiões do país (e mesmo em outros países), ou então compor uma música coletivamente, experimentar novos sons, ritmos, timbres; juntar tambores japoneses, o Taykô, com percussão baiana.

A manipulação destas tecnologias em softwares livres assume uma dimensão estratégica, não pela questão de custos dos programas, o que já seria justificável, mas pelo conceito. Operar em software livre significa que o código fonte dos programas estará aberto, podendo ser modificado e melhorado por toda a comunidade que o utiliza. Isto é autonomia, poder. Ao contrário de capacitar as pessoas apenas para aprender a “mexer” nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretendemos que nos Pontos de Cultura elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação. O software livre traz consigo conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo, estabelecendo um novo patamar de vida social.

Uma rede digital interligando todos os Pontos de Cultura viabiliza, em escala nacional, experiências de compartilhamento da gestão pública, inovando no processo de controle e participação em políticas públicas. Trata-se de uma tentativa de adotar uma concepção ampliada de política, na qual a sociedade civil deve ocupar espaços participativos de deliberação pública, sem ter que assumir



responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado, preservando sua autonomia.

AGENTE CULTURA VIVA

O Agente Cultura Viva é a ação que se articula aos Pontos de Cultura visando transformar o jovem em multiplicador do próprio Ponto. O Agente Cultura Viva é a potencialização na formação do Ponto; formação de bens culturais que o Ponto já têm e que oferece aos jovens da comunidade, para que estes se apropriem desse conhecimento e, ao mesmo tempo, busque isso como geração de renda. Onde for maracatu ou escola de samba: confecção de fantasias, oficinas musicais...; com hip hop: grafiteagem, DJ, organização de eventos; nos Pontos em que houver uma ação com o audiovisual: capacitação em roteiro, câmera... assim por diante. A capacitação específica é definida pelo Ponto de Cultura e a coordenação da ação contribui com o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. O objetivo





é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária. A ação Agente Cultura Viva é uma parceria com o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego. Jovens de 16 a 24 anos, com renda per capita familiar menor ou igual a meio salário mínimo, recebem (durante seis meses) um auxílio financeiro de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês para desenvolver ações previstas no projeto de seu Ponto de Cultura.

ESCOLA VIVA

A ação Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Desta forma, o programa estará contribuindo para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual o “saber-fazer” e o “saber-ser” de cada canto do país possa ser alargado e aprofundado, mantendo-se aberto à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania. Com esta ação é possível resgatar a interação entre cultura e educação, sem que haja distinção de valor e de atitude entre emoções, sentimentos, pensamento e conhecimento, de modo que a cultura seja praticada como uma forma de inteligibilidade da identidade nacional, da emoção.

A cultura em suas diversas linguagens não será tratada apenas como representação,

mas também como construção estética do ser brasileiro. A intenção é atuar em duas frentes, transformando as experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura ou transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira, lançando edital conjunto entre os Ministérios da Educação e da Cultura para incentivar e convidar escolas que já desenvolvem propostas inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais a cultura seja elemento estruturante.

A outra frente será estabelecer parceria direta com as escolas. Cada Ponto pode se transformar em um “Parque da Escola”, resgatando a proposta original do educador Anísio Teixeira, em bases mais comunitárias, inclusive, fazendo uma integração com outro programa governamental, o Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes. Antes ou depois do horário das aulas, em um segundo turno, crianças e jovens participam de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem o tema transversal cultura. No Jardim São Luís, na Zona Sul de São Paulo, ao lado do cemitério com a maior concentração de meninos assassinados em todo o Brasil, já acontece uma experiência semelhante no Ponto de Cultura Casa dos Meninos. Depois do horário das aulas eles se dirigem à Casa e têm aulas de artes, fazem jornal comunitário, mapeamento socioeconômico e cultural das ruas vizinhas em uma aprendizagem que interage com a realidade local. Os Pontos que optarem por este tipo de ação receberão preparo e acompanhamento pedagógico



especializado. Desta forma, constituiremos um espaço de interação dialógica e vivencial, permitindo que a partir das experiências culturais desenvolvidas em cada Ponto, o aluno possa identificar os signos e códigos da cultura local, e na troca de experiência com outros Pontos, apropriar-se do conhecimento estético e ético do que é a cultura brasileira e de como ela se relaciona com as outras culturas.

GRIÔS

Griô é o “abrasileiramento” da palavra francesa griot, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral, diziam: “a morte de um griot representa um incêndio em uma biblioteca”. Assim, consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo, também expressado na palavra dielis.

Griôs, ou mestres do saber, são

pessoas que por diversas razões, circunstâncias e habilidades, acumularam conhecimentos que pertencem às suas comunidades, e que podemos entender como “patrimônio cultural imaterial”. São as práticas, representações, expressões e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração a geração.

Aproximando-se do Programa “Living Human Treasures”, literalmente: Tesouros Humanos Vivos, da UNESCO, a ação Griô visa preservar esses bens, incentivando a transmissão desses conhecimentos acumulados, das habilidades, do “saber fazer”. Como forma de potencializar essas ações que já ocorrem, o programa busca parcerias com os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Educação, para dar apoio financeiro e material a esses mestres dos saberes, para que continuem, com

menos dificuldades, a preservar e reinventar nossa cultura.

PROGRAMA CULTURA VIVA

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira, ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária.

Com a missão de “des-esconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo”, em 2004, a então Secretaria de Programas e Projetos Culturais (atualmente Secretaria de Cidadania Cultural) do MinC iniciou a implantação dos Pontos de Cultura, que são a expressão de uma parceria firmada entre Estado e sociedade civil.

Por meio de edital público, os Pontos recebem recursos do Governo Federal para, assim, terem condições de potencializar seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros.. Além dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva é integrado por um conjunto de ações: Cultura Digital, Griô, Escola Viva e, mais recentemente, Cultura e Saúde.

PONTOS DE CULTURA

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura

Viva e articula todas as suas demais ações. Para se tornar um Ponto de Cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para o repasse de recursos e o Ponto de Cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O Ponto de Cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade.

Atualmente, existem já cadastrados mais de 800 Pontos de Cultura em todo o Brasil, que foram selecionados pela antiga Secretaria de Programas e Projetos Culturais, hoje Secretaria de Cidadania Cultural, do MinC por meio de editais. Cada um dos Pontos recebe uma quantia de R\$ 60 mil/ ano, divididos em parcelas semestrais e renováveis por 3 anos, para investir de acordo com a proposta do projeto apresentado.

Parte do incentivo recebido na





primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, é utilizado para aquisição de equipamento básico multimídia em software livre, composto por microcomputador, mini-estúdio para gravação de CD, câmera digital e outros materiais que sejam importantes para o Ponto de Cultura. Esta iniciativa está integrada a uma das ações do programa Cultura Viva, a Cultura Digital.

PONTOS DE REDE

Pontos de Rede são todos os Pontos de Cultura que, uma vez aprovados, passam a integrar a Rede de Pontos de Cultura e que, atuando em diferentes níveis – municipal, estadual e federal –, passam, nessa qualidade, a também participam dos encontros setoriais que definem a gestão compartilhada do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura entre o poder público e a sociedade civil, por meio de Fóruns, Teias e Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

PONTÕES DE CULTURA

Quando em uma localidade houver

certa densidade de Pontos de Cultura, o Ministério da Cultura propõe a constituição de Pontões. Grupos de Pontos e governos locais também podem pleitear a condição de Pontão de Cultura. Os Pontões são articuladores dos Pontos de Cultura de suas áreas de especialização, ligadas às ações nacionais do Programa Cultura Viva, Ação Griô, Cultura Digital, Escola Viva e Cultura e Saúde, auxiliando na capacitação desses Pontos de Cultura e na difusão do conhecimento por eles produzido.

Os Pontões são constituídos de, no mínimo, 10 Pontos de Cultura, geridos em consórcio e que recebem recursos de até R\$ 500 mil por ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais.

AÇÃO CULTURA DIGITAL

A Ação Cultura Digital visa ao compartilhamento de produções simbólicas e conhecimentos tecnológicos gerados pela ação autônoma, porém em rede, dos Pontos de Cultura. O programa tem como diretriz interligar as ações locais e promover a troca de experiências dos Pontos, bem como a comunicação entre eles a partir da tecnologia digital, possibilitando a circulação da sua produção textual e audiovisual. Cada Ponto de Cultura recebe um kit de cultura digital, com equipamentos avançados, e que podem variar de acordo com a vocação da entidade. Todos recebem um equipamento composto de uma mesa com dois canais de áudio,



filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição para a produção de conteúdos multimídia, permitindo a gravação de arquivos de áudio e vídeo, a publicação de páginas na Internet e a realização de programas de rádio, sempre com o uso de programas em software livre.

AÇÃO ESCOLA VIVA

A Ação Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos de Cultura à escola, a fim de colaborar com a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Desta forma, o programa pretende contribuir para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual o “saber-fazer” e o “saber-ser” de cada canto do País possam ser alargados e aprofundados, mantendo-se abertos à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania.

A proposta desta ação é resgatar a interação entre cultura e educação, atuando em duas frentes. Uma delas visa à transformação de experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura ou à transformação do Ponto em uma escola de cultura brasileira, a partir do lançamento do edital conjunto entre os Ministérios da Educação e o da Cultura. Com isso, a ação Escola Viva incentiva e convida escolas que já desenvolvem propostas inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais a cultura seja elemento estruturante.



A outra frente é o estabelecimento de parceria direta com as escolas. Cada Ponto pode se transformar em um “Parque da Escola”. Antes ou depois do horário das aulas, em um segundo turno, crianças e jovens participarão de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem a cultura como tema transversal.

Os Pontos que optarem por este tipo de ação receberão preparo e acompanhamento pedagógico especializado para a construção de um espaço de interação dialógica e vivencial. A ação permite que, a partir das experiências culturais desenvolvidas em cada Ponto, o aluno possa identificar os signos e códigos da cultura local e, na troca de experiência com outros Pontos, apropriar-se do conhecimento estético e ético de diversas manifestações culturais.

AÇÃO GRIÔ

Griô é uma versão abrigada da palavra francesa griot, que designa os contadores de história, responsáveis, nas sociedades africanas, por carregar consigo a tradição oral na qual é transmitida a história de seu povo e o patrimônio de sua cultura.

A Ação Griô visa à implementação de uma política de valorização da tradição oral presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por “contadores de histórias”, pessoas que adquiriram conhecimentos de seus antepassados e os repassam em forma de narrativas ou casos contados. É a eles que é dado o nome de griôs. A principal proposta desta iniciativa é

reaprender com os mestres da tradição oral, nossos griôs, o jeito de construir um conhecimento integrado à ancestralidade, além de incentivar a troca de experiências. Seu objetivo é estimular e sistematizar o vínculo entre educadores e a comunidade, bem como a dinâmica de fortalecimento da identidade local.

A Ação Griô atua com a vivência, a criação e a sistematização de práticas pedagógicas relacionadas aos saberes e fazeres da cultura oral, envolvendo Pontos de Cultura, escolas, universidades e comunidades. A missão desta rede é criar e instituir uma política pública de Estado que promova o reconhecimento do lugar político, social e econômico dos griôs e mestres de tradição oral na educação das crianças e jovens brasileiros.

A ação prevê a distribuição de bolsas de trabalho a esses mestres griôs e seus aprendizes no valor de R\$ 350 mensais, durante o período de um ano, para divulgarem e pesquisarem as tradições orais do país. O primeiro edital, lançado em setembro de 2006, distribuiu 250 bolsas.

A origem desta iniciativa foi um convênio com a instituição Grãos de Luz e Griô, de Lençóis (BA), que firmou parceria com o MinC em 2004, como Ponto de Cultura. O trabalho desenvolvido por ela acabou originando um Pontão de Cultura e uma das ações do programa Cultura Viva em âmbito nacional, a Ação Griô..

AÇÃO CULTURA E SAÚDE

A Ação Cultura e Saúde tem como objetivo ampliar e qualificar

os processos de promoção da saúde por meio de atividades culturais, reconhecendo o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida. A iniciativa promove e fomenta ações que utilizem as mais diversas linguagens culturais como forma de potencializar a melhoria do atendimento à população, por meio de instrumentos que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimento à saúde com a rede de equipamentos culturais, de modo a democratizar o acesso às políticas de saúde em benefício dos cidadãos brasileiros.

Criada em consequência de um acordo de cooperação firmado em 2007 pelo Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Saúde (MS) em vista do desenvolvimento de ações conjuntas, a Ação Cultura e Saúde envolve Pontos de Cultura que incluam projetos voltados à garantia do acesso aos bens e serviços culturais, à qualificação do ambiente hospitalar, de casas e centros de saúde, a promoção do diálogo entre os serviços convencionais de saúde e as práticas de saúde desenvolvidas em espaços sagrados como terreiros de Candomblé, Umbanda e casas de Xangô, entre outros, e o fortalecimento das iniciativas de atividades culturais na rede de assistência à saúde.

TEIA, FÓRUM E COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Teia é o encontro nacional da rede dos Pontos de Cultura que integram o programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e que se realiza anualmente, desde sua primeira edição em 2006.

Criado na Teia 2007, o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, reconhecido como a instância política dos Pontos de Cultura, reúne representantes dos Fóruns Estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. O Fórum tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e desafios na

gestão compartilhada do programa Cultura Viva.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura articula a participação dos Pontos de Cultura nos encontros e fóruns setoriais e regionais que garantem a representatividade de sua participação no Fórum e nos encontros e seminários de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, visando ao reconhecimento do programa Cultura Viva não como política de governo do MinC, mas como política de Estado.

Considerações finais: abrangência e significação do Programa Cultura Viva
Ainda que o presente estudo represente apenas uma avaliação preliminar do Programa Cultura Viva, a exigir aprofundamento de alguns aspectos, cabe desde já, no entanto, tecer algumas considerações sobre sua natureza e a significação de sua contribuição cultural e política para o país.

Ao ser apresentado ao público em outubro de 2004, o Programa Cultura Viva recebeu uma acolhida desigual por parte da imprensa que se dignou a resenhar ou apresentar uma matéria sobre o tema, a partir de um alentado documento de 150 páginas em espaço simples que divulgava seus objetivos e princípios. Já o discurso de posse de Gilberto Gil enquanto Ministro da Cultura havia suscitado no ano anterior algum ceticismo ou mesmo referências irônicas sobre o fato de o artista “deitar falação gongórica” sobre cultura e, em especial, sobre a famosa imagem do “do-in antropológico”, cujo significado deve ter escapado à maioria dos jornalistas da imprensa especializada dos críticos de arte e literatura que cobriam a pauta da cultura. Não seria muito diferente a reação à apresentação oficial do Programa Cultura Viva.

Um artigo publicado na revista Continente Multicultural comentava que, mais de um ano após a posse do novo Ministério, finalmente se assistia ao “parto da montanha”, mesmo que fosse para ver como resultado o nascimento de “um ratinho”... Queixando-se do texto de apresentação, do seu formato ao próprio

conteúdo, que afirmava não ter certeza de ter compreendido por inteiro, o jornalista via-se obrigado a declarar, no entanto, em vista do documento, que estava verdadeiramente diante do primeiro programa de cultura de um governo no Brasil! E isto apesar de evidenciar em seus outros comentários que pouco entendera de fato sobre o conceito antropológico de cultura que sustenta o Programa Cultura Viva e até sobre os próprios Pontos de Cultura, que lhe haviam lembrado “de imediato as Casas de Cultura do México e de Cuba, os Art Centres da Inglaterra e as Maisons des Arts et de la Culture da França, investigados há 20 anos por Teixeira Coelho”. E, é claro, também manifestava dúvidas quanto à inclusão da cultura hip hop como algo a ser apoiado pelo MinC nos Pontos de Cultura, quando uma política cultural deveria se preocupar com programas de “formação de público”, divulgando as grandes obras de uma “arte universal” desconhecidas de um público popular...

Assim, mesmo reconhecendo a importância do Programa Cultura Viva, os mal-entendidos seriam inevitáveis. Em primeiro lugar, por considerar os Pontos de Cultura semelhantes a instituições européias e latino-americanas que, na realidade, são equipamentos mantidos pelo Estado, centros culturais destinados a fornecer serviços a seus usuários, de vocação generalista e pluridisciplinar ou voltados para linguagens artísticas específicas, segundo a natureza das diferentes instituições. Desta perspectiva, o segundo mal-entendido, decorrente do anterior, é conceber os Pontos de Cultura como núcleos de formação, expansão e fidelização de público, ainda que a diversidade das atividades culturais desenvolvidas nas instituições congêneres da Europa e da América Latina, com grande dispersão geográfica em seus respectivos países, possa dar lugar não só à difusão da produção cultural nacional e local, mas também à produção nas mais diversas áreas artísticas – e inclusive multimídia – por pessoas e grupos locais, profissionais ou

amadores. O terceiro equívoco que se segue aos demais como sua conseqüência é descartar algum tipo de produção ou manifestação cultural – como a cultura hip hop – que seria mesmo “desvalorizada” se os Pontos de Cultura se destinassem à formação de público ou, mais especificamente, à formação do gosto do público, a ser naturalmente orientado para os valores universais da arte e da cultura.

O viés estatizante e a postura iluminista por trás desses equívocos impedem de perceber o que é essencial nos Pontos de Cultura. Antes de mais nada, eles nascem de uma preocupação em legitimar as expressões da cultura popular – habitualmente deixadas de fora das políticas públicas exceto sob a rubrica do folclore – a partir do apoio dado a núcleos já existentes de produção das mais diversas manifestações culturais nessa área. Não são, portanto, equipamentos criados ou mantidos pelo Estado para fornecer serviços, nem destinados à formação de público – espaço e público já existem – e menos ainda à formação do seu gosto – já consolidado, mas em torno de expressões culturais desvalorizadas da perspectiva da “grande cultura” oficial, a cultura erudita e de elite. Se de formação de público ou de gosto se tratasse, o Programa Cultura Viva se destinaria a andar na contra-mão, dando visibilidade e legitimidade a essas manifestações da cultura de um outro social, ao torná-las conhecidas e eventualmente apreciadas por um público de elite que as ignora... Desta perspectiva, os Pontos de Cultura podem ser vistos como instrumentos básicos de inclusão cultural, tanto por legitimar as expressões da cultura popular para seus próprios produtores quanto por inseri-las de uma nova forma no espectro múltiplo da diversidade cultural brasileira. Entretanto, para o Programa Cultura Viva – que não por acaso atende pelo nome completo de Programa de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva – não é somente de inclusão cultural que se trata. Trata-se também e, sobretudo, de inclusão social dos produtores e criadores da cultura do povo. À ilegitimidade de sua

produção cultural corresponde a condição às vezes de inteira miséria em que vive a maioria deles, numa sociedade marcada por um grau iníquo de desigualdade social. Por isso o Programa Cultura Viva se ocupa não só de memória, pertencimento, auto-estima e identidade, mas também de educação, formação, geração de renda, protagonismo, empoderamento, cidadania. Acoplar a cultura e as mídias digitais às formas tradicionais da cultura popular, dos povos indígenas ou dos quilombos é apenas dar a essas populações ferramentas adicionais, próprias à modernidade, para assegurar sua inclusão social. Um programa cultural de inclusão é também um projeto de transformação social.

De certo modo, sob esta prisma, o Programa Cultura Viva poderia ser visto como filiado às grandes discussões que, no âmbito da UNESCO, levaram à criação de protocolos de defesa da diversidade cultural da humanidade e do patrimônio imaterial da cultura dos diferentes povos do mundo, postos em risco pelos processos de globalização que atingem também e de forma dramática o universo da cultura. No Brasil, fazendo eco a essas discussões, o IPHAN criou um novo departamento voltado ao patrimônio imaterial ou intangível da cultura brasileira, como contraponto à tendência da instituição em apenas julgar digno de defesa, tombamento e proteção o patrimônio edificado, as obras de pedra e cal consideradas de valor histórico e artístico nacional – vale dizer, da história e da arte produzidas pelos que fizeram a Nação, suas elites socioeconômicas,

políticas e culturais – o que, naturalmente, sempre excluiu de seu âmbito qualquer registro de memória, história ou arte do mundo dos subalternos. Foram seus “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”, incluindo portanto manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, e privilegiando-se não a edificação, mas os lugares em que se apresentam essas frágeis arquiteturas do efêmero, “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”, que acabaram por encontrar registro nos diferentes livros do patrimônio imaterial brasileiro. E a melhor forma de garantir sua defesa e proteção é assegurar aos detentores desses saberes e fazeres as condições materiais de vida que lhes permitam continuar a produzir essas práticas. Em outras palavras, assegurar-lhes condições de uma verdadeira inclusão social.

É nesse sentido que se aparentam, dentro do Ministério da Cultura, os programas de identificação, salvaguarda e registro do patrimônio imaterial brasileiro do IPHAN e o Programa Cultura Viva da atual Secretaria de Cidadania Cultural. Entretanto, embora originalmente voltado para as formas tradicionais da cultura do povo brasileiro, a preocupação com a inclusão social levou o Programa Cultura Viva a estender-se além dessas expressões culturais. Um Ponto de Cultura não será necessariamente reconhecido como tal apenas se for organizado em





torno de um Maracatu rural, um grupo de teatro de mamulengos, uma Folia de Reis. O Centro de Teatro do Oprimido criado por Augusto Boal é um Ponto de Cultura por sua capacidade de transmitir a integrantes de outros Pontos – numa ação da Cultura Ponto a Ponto – por meio de técnicas e práticas teatrais, instrumentos de reflexão e ação que se tornam parte do processo de empoderamento que é condição da construção da cidadania. Por constituir a chamada terceira idade um grupo de pessoas tradicionalmente sujeitas à discriminação e à exclusão numa sociedade de consumo dominada pelo fetiche da juventude, o Teatro das Fases, em Curitiba, será um Ponto de Cultura voltado à inclusão pela arte de senhoras e senhores que só em fase tardia da vida descobriram a magia do teatro. Em Recife, o Ponto de Cultura C.A.I.S. do Parto se dedica a revalorizar uma prática dos tempos antigos, quando as mulheres eram acompanhadas durante sua gestação, no trabalho de parto e mesmo após o nascimento de um filho por outra mulher mais velha e experiente que lhe dava apoio e segurança numa fase delicada de sua vida. Mas se assim atua não é num sentido saudosista de querer voltar aos velhos tempos, e sim com o propósito de dar às parturientes e suas famílias informações sobre seus direitos na escolha do modo como querem dar à luz os seus filhos, já que, segundo o lema do Ponto de Cultura, “nascer bem é o primeiro direito humano”. Assim se vê que, para o Programa Cultura Viva, cultura é tradição, mas também invenção, reapropriação, recriação, resignificação. Cultura é dinâmica cultural na sociedade complexa do

Brasil contemporâneo. Estas são algumas das características inovadoras do Programa Cultura Viva que seria difícil compreender sob os velhos paradigmas que tradicionalmente balizaram, por exemplo, as análises da economia da cultura, da indústria cultural ou dos fluxos de investimento e retorno das instituições culturais. Ao lado dessas características, há que mencionar as formas de organização e gestão do Programa enquanto modelo de execução de políticas públicas: uma política de governo do Ministério da Cultura, que em sua implementação se converte em política de Estado pelo caráter transversal de suas ações, e que almeja à sua própria dissolução paulatina enquanto ação do Estado pela sua forma de gestão compartilhada emancipadora, permitindo-lhe ser apropriada pela sociedade civil, que passaria a gerir de modo autônomo essas práticas. E cabe ainda enfatizar a característica de inacabamento inerente a uma proposta que configura um Programa permanentemente in the making, resultando daí as alterações freqüentes em suas ações, nas parcerias interministeriais para sua execução e mesmo na organização de sua gestão compartilhada com os Pontos de Cultura, ao longo do processo que das Teias e Fóruns de âmbito local levou à formação do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Dele participam representantes dos Fóruns estaduais, setoriais, das ações nacionais e das redes que integram os Pontos de Cultura, chegando enfim à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, cujos delegados participam dos seminários e encontros organizados em vista da criação do Sistema Nacional de



Cultura.

Por fim, é necessário referir-se ao impacto político global do Programa Cultura Viva, dentro e fora do país. Se de um ponto de vista interno o crescimento constante dos Pontos de Cultura integrados à rede nacional do Programa mostra o interesse que ele vem suscitando desde o seu lançamento em 2004, avaliar seu impacto externo nos obriga a retornar ao discurso de posse do Ministro Gilberto Gil, no qual, de maneira quase profética quando visto em retrospectiva, este tema é antecipado. Nele o Ministro confere uma abrangência inédita às políticas de cultura do atual governo ao considerá-las como a “argamassa” – Gramsci diria “cimento” – de um novo projeto nacional, isto é, o elemento essencial de construção de uma nova hegemonia, que deverá revelar-se tanto no plano interno como externo. Por isso, ao mostrar a importância da coordenação da ação inter ministerial para a consolidação do Programa, ele elenca, ao lado dos parceiros mais evidentes, como os Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e

outros, também o Ministério das Relações Exteriores: ele deverá ser mobilizado para apresentar ao mundo a imagem de um país que, no contexto da globalização, se ocupa de temas de relevância internacional, cuidando da biodiversidade amazônica tanto quanto de sua diversidade cultural.

E não por acaso me referi, antes, ao plano internacional. Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios. Alguns dessas parcerias se desenham de forma quase automática, imediata, em casos como os dos ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional. Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Se há duas coisas que

hoje atraem irresistivelmente a atenção, a inteligência e a sensibilidade internacionais para o Brasil, uma é a Amazônia, com a sua biodiversidade – e a outra é a cultura brasileira, com a sua semiodiversidade. O Brasil aparece aqui, com as suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização.

“Inserir a imagem do Brasil no mundo”, pensada e modelada como posicionamento estratégico de afirmação soberana do país no cenário mundial: este é o lugar e o propósito da parceria entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores, segundo o Ministro Gilberto Gil, visando a afirmação de valores que devem ser vistos como o “recado” brasileiro ao mundo. “Exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente”, tolerância que leva à afirmação do valor da paz, expresso na natureza sincrética de nossa cultura de mestiçagem e hibridização de muitas culturas, no convívio ente tradição e invenção.

Esta é a lição que o país tem a dar ao mundo, diz o Ministro, aludindo aqui mais uma vez ao tema polêmico do “racismo à brasileira”, em que muitos – de modo nada inocente e desinteressado – querem ver um sinal de “hipocrisia” e onde ele prefere ver um valor e um ideal que apontam para a construção de uma nova cultura mundial da paz.

Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula,

com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário internacional. E sobretudo temos de saber que recado o Brasil – enquanto exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente – deve dar ao mundo, num momento em que discursos ferozes e estandartes bélicos se ouriçam planetariamente. Sabemos que as guerras são movidas, quase sempre, por interesses econômicos. Mas não só. Elas se desenham, também, nas esferas da intolerância e do fanatismo. E, aqui, o Brasil tem lições a dar – apesar do que querem dizer certos representantes de instituições internacionais e seus porta-vozes internos que, a fim de tentar expiar suas culpas raciais, esforçam-se para nos enquadrar numa moldura de hipocrisia e discórdia, compondo de nossa gente um retrato interessado e interesseiro, capaz de convencer apenas a eles mesmos. Sim: o Brasil tem lições a dar, no campo da paz e em outros, com as suas disposições permanentemente sincréticas e transculturativas. E não vamos abrir mão disso.

Visto à distância do tempo, o parágrafo que encerra o discurso de posse de Gilberto Gil enquanto Ministro da Cultura, em janeiro de 2003, parece uma antecipação de uma nova imagem e uma nova situação do país que hoje, em setembro de 2009, aparecem estampadas em manchetes da imprensa em todo o mundo:

Em resumo, é com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o presidente



Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e mais profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção. Sem dúvida, a atuação pessoal de Gilberto Gil enquanto Ministro da Cultura e do próprio Presidente Luis Inácio Lula da Silva no cenário internacional representou uma contribuição significativa para que hoje o país se pareça um pouco mais com a imagem que dele se esperava como em um sonho visionário em 2003. Nesta trajetória selou-se em definitivo a associação entre cultura e transformação social que desde o seu início foi a marca do Programa Cultura Viva. Esta talvez seja sua mais importante contribuição cultural e política para o destino futuro do nosso país.









Seminário
Internacional
do Programa
Cultura Viva

18 a 20 de novembro de 2009 - Pirenópolis GO - Brasil



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura

